



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM – Bacharelado



Passo Fundo, março de 2025.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil
CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitora de Graduação: Marilane Maria Wolff Paim

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sergio Begnini

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo
Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski
Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel
Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici
Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel



Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	21
3.1 Coordenação de curso.....	21
3.2 Equipe de elaboração:.....	21
3.3 Núcleo Docente Estruturante do curso (NDE).....	21
3.4 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	21
4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO.....	23
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	27
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	35
6.1 Objetivo Geral:.....	35
6.2 Objetivos específicos:.....	35
7 PERFIL DO EGRESSO.....	36
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	37
8.1 Articulação entre os domínios curriculares.....	37
8.2 Atendimento às legislações específicas.....	39
8.3 Estrutura Curricular.....	44
8.4 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	52
8.5 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso.....	53
8.5.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I).....	53
8.5.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO II).....	53
8.5.3 Trabalho de Curso (Normatização no ANEXO III).....	54
8.5.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura (Normatização no ANEXO IV).....	54
8.5.5 Proficiência em língua estrangeira (Normatização no ANEXO VI).....	55
8.5.6 Demais configurações.....	56
8.6 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.....	57
8.6.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura curricular (Domínios: Comum, Conexo, Específico).....	57
8.6.2 Componentes curriculares optativos (com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa).....	104
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	130
10 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO.....	132
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	135
12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	137
13 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	139
14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	140
15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	148
15.1 Bibliotecas.....	148
15.2 Laboratórios.....	149



15.3 Demais itens.....	154
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
17 ANEXOS.....	159
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO.....	159
ANEXO II - REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO.....	167
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO.....	170
ANEXO IV: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO DE ENFERMAGEM - BACHARELADO.....	179
ANEXO V — REGULAMENTO DA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – BACHARELADO	185
ANEXO VI — REGULAMENTO INTERNO DE ENSINO PARA A PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO <i>CAMPUS</i> PASSO FUNDO.	187
ANEXO VII — RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	191



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do curso: Enfermagem

1.4 Grau: Bacharel em Enfermagem

1.5 Título profissional: Enfermeiro (a)

1.6 Local de oferta: *Campus* Passo Fundo

1.7 Número de vagas: 30 vagas com uma entrada anual

1.8 Carga horária total: 4.095 horas

1.9 Turno de oferta: Integral

1.10 Tempo mínimo para conclusão do Curso: 5 anos (10 semestres)

1.11 Tempo máximo para conclusão do Curso: 10 anos (20 semestres)

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 480 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 180 horas

1.14 Coordenadora do curso: Alessandra Regina Müller Germani

1.15 Ato Autorizativo: Resolução Nº 179/CONSUNI/UFFS/2024

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de va-



gas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:



- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw
Guilherme José Schons

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoo panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem

¹ SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

² TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeações do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluimos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesores, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as enti-

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



dades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construir caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteiriça no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFMS) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

⁵ RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

⁶ RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, edu-

⁷ NICTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

⁸ Idem. Ibidem. p. 44-66.

⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



cacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

¹⁰ LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

¹¹ PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a aces-

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.



sibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de

¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore**: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.



graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o

¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

¹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

¹⁷ NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.



exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado aca-

¹⁸ UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



dêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação

¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-gra-

²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



duação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGAE)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Alessandra Regina Müller Germani

3.2 Equipe de elaboração:

Alessandra Regina Müller Germani

Daniela Teixeira Borges

Regina Inês Kunz

Shana Ginar Da Silva

Vanderlei de Oliveira Farias

Yaná Tamara Tomasi

3.3 Núcleo Docente Estruturante do curso (NDE)

O NDE do curso de Enfermagem foi formalizado pela Portaria nº 233/PROGRAD/UFFS/2022, de 03 de março de 2022, a partir de um grupo de trabalho que, há mais tempo, elaborou o projeto inicial do curso. Destaca-se que a Portaria nº 67/DIR-PF/UFFS/2024, retificada pela Portaria nº 68/DIR-PF/UFFS/2024, de 22 de julho 2024, atualizou a composição do NDE, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1: Composição do NDE.

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Alessandra Regina Muller Germani	Doutorado	Específico
Daniela Teixeira Borges	Mestrado	Específico
Regina Inês Kunz	Doutorado	Específico
Shana Ginar Da Silva	Doutorado	Conexo
Vanderlei de Oliveira Farias	Doutorado	Comum
Yaná Tamara Tomasi	Doutorado	Específico

3.4 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Pedro Adalberto Aguiar Castro (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)



Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica – PROEC)

Revisão das referências: Cristiano Silva de Carvalho

Assessoria Pedagógica do *Campus* Passo Fundo: Marina Miri Braz Beccari



4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

O SUS vem se consolidando como um sistema universal de atenção à saúde, tornando o Brasil reconhecido mundialmente como o único país com mais de 150 milhões de habitantes que mantém uma estrutura de tal porte, o que inclusive já rendeu premiações e significa o implemento a um direito fundamental à saúde da população, garantido constitucionalmente. Entretanto, ainda há um conjunto de desafios a serem enfrentados para a sua real efetivação, os quais perpassam desde investimentos até a supressão da falta de profissionais atuantes. Dentre os principais, destaca-se a formação dos profissionais para atuação no cuidado integral à população brasileira, capazes de trabalhar em equipe e nos espaços tradicionalmente desassistidos.

Acompanhando as justificativas de criação do Curso de Medicina do *Campus*, embora as mesmas tenham sido realizadas em meados de 2012 e 2013, verifica-se que estas continuam, atuais ou até mesmo amplificadas. À época, foi relatado que a região de abrangência da UFFS se caracteriza pela pequena propriedade rural e pela diversificação da produção agrária e urbana, oriundas da colonização imigrantista europeia. Essa formação social dá origem a pequenas cidades emancipadas com razoável estrutura urbana e qualidade de vida e que no contexto geográfico da UFFS, representam mais de 500 municípios.

Desses, surgiram cidades de médio porte, impulsionadas pela expansão rodoviária, que atuam de forma cooperada ou independente. O que falta, na maioria das vezes, são oportunidades, o que explica a própria conquista da UFFS. No entanto, faltam investimentos públicos, os quais são destinados historicamente ao litoral. A sua existência, contudo, repercute excelentes resultados, como os que estamos vendo com o estabelecimento do *Campus* Passo Fundo.

Como dito, no que se refere à saúde, essas características regionais produzem o mesmo efeito. Investimentos públicos de pequena monta, atingindo apenas a baixa complexidade. A estrutura simplificada condiciona os serviços que são prestados e os próprios recursos humanos, sendo que faltam profissionais da saúde em quase todos os municípios. Mesmo nos centros urbanos mais encorpados e desenvolvidos, a saúde é parcialmente atendida, seja por razões de não haver estrutura de atendimento e capacidade técnica e científica completa; seja pela não adesão dos profissionais às redes públicas de saúde.

Nesse sentido, a criação de cursos públicos nesses lugares tende a criar conexões sólidas entre os estudantes e o contexto geográfico e cultural onde ocorre a prática acadêmica, sobretu-



do se puder contar com uma organização curricular orientada para a consolidação da teoria e da prática, permeada pela tríade, ensino, pesquisa e extensão. Isto significa que, ao longo do processo formativo, a práxis é o exercício através do qual cada estudante se transforma em profissional da saúde, aprendendo a teorizar a prática e a praticar a teoria com base nas vivências nos diferentes cenários de prática social em saúde, em níveis diversos de complexidade.

A proposta exarada, acompanhada já da existência de fortes parcerias com o setor de assistência à saúde do município de Passo Fundo e região, como também de toda uma rede e estrutura organizada e em pleno funcionamento, que permite a inserção do aluno do Curso de Graduação em Enfermagem de forma imediata, tanto a nível hospitalar quanto da rede de saúde básica tende a contribuir não só com formação do aluno, como também solidificar uma proposta de atendimento público qualificado na área da saúde, fixar profissionais da região e aprimorar o atendimento no SUS.

Outrossim, a solidificação do *Campus* em toda a sua estrutura administrativa, física, pedagógica e de pesquisa e extensão contribui para a possibilidade, a custo acessível, da abertura de um novo curso, já que a sua existência implica em um pequeno aporte de investimentos. No entanto, os benefícios podem ser exponenciais, já que dados estatísticos demonstram a necessidade imediata de formação de profissionais qualificados na área de enfermagem na região.

Segundo dados do COFEN - Conselho Federal de Enfermagem, estima-se que desde março de 2020, quando a pandemia da COVID-19 chegou ao país, hospitais públicos e particulares criaram quase 12,5 mil novos leitos de terapia intensiva, até a data do levantamento, em maio de 2020. Nessa época, o levantamento demonstrou um déficit de pelo menos 17 mil profissionais, entre enfermeiros e técnicos de enfermagem. Considerando que a duração da pandemia ultrapassou dois anos, estima-se que esse número seja ainda maior, conjugando o aumento da demanda, demissões e óbitos de profissionais. (Dados obtidos em: http://www.cofen.gov.br/levantamento-revela-deficit-de-1-mil-enfermeiros-e-tecnicos-de-enfermagem-no-pais_80221.html).

Nesse contexto, é preciso considerar também que muitos estudantes dos cursos da saúde tiveram que trancar seus cursos ou até mesmo desistir, em função da crise econômica que acompanhou a pandemia. Muitos não conseguiram mais custear seus estudos e até mesmo perderam seus empregos. Essa realidade afetou inúmeros jovens no país e pode ser capaz de fragmentar, em um futuro próximo, ainda mais a formação de novos profissionais para aten-



der essas demandas. Ou seja, o déficit de enfermeiros, que já era grande, pode ser ainda maior.

No entanto, a pandemia reduziu e muito o número desses profissionais, restando uma lacuna que terá sérias implicações futuras. Da mesma forma, é preciso considerar que o quantitativo de profissionais da enfermagem e técnicos no estado do Rio Grande do Sul, embora atenda ao índice que preconiza como ideal, por órgãos como Organização Mundial para a Saúde (OMS), de 1 profissional de enfermagem para cada 500 habitantes (1:500), é desigual.

Considerando o panorama apresentado, ressalta-se que o foco do curso proposto permitirá uma formação profissional consistente através da inserção no complexo de assistência à saúde existente, bem como potencializará o progresso científico por meio do desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão, repercutindo positivamente nos níveis de saúde da população.

O Curso ofertará 30 vagas anuais, cujo dimensionamento foi feito com base na estrutura existente no *Campus* Passo Fundo, na envergadura dos sistemas de saúde local e regional e nas demandas por profissionais da enfermagem. Em termos de servidores o *Campus* Passo Fundo já conta com 71 (setenta e um) professores da carreira do magistério superior e 31 (trinta e um) técnico-administrativos, atuando, até o momento, com o curso de graduação em medicina, 26 Programas de Residências Médicas e 1 Programa de Residência Multiprofissional. Em função desses projetos a UFFS sedimentou parcerias com o poder público municipal de Passo Fundo e demais 7 municípios da região, além de 6 instituições hospitalares. Considerando as instituições hospitalares de Passo Fundo, estão disponíveis 1.297 leitos SUS.

Além disso, Passo Fundo e os municípios da região dispõem de uma rede de Atenção Básica, com equipes de Saúde da Família e hospitais de pequeno e de médio porte. Os cenários regionais foram selecionados considerando o potencial pedagógico e a viabilidade técnica, atentando para a diversidade de territórios, contemplando saúde rural, populações vulneráveis, quilombolas, indígenas, imigrantes, entre outros. O complexo de assistência de saúde de Passo Fundo e da região, bem como a diversidade econômica, social e ambiental, favorecem a formação de um enfermeiro com o perfil de egresso proposto pelo Curso.

Enfim, importa referir que o *Campus* Passo Fundo elaborou, em 2014, por meio de um extenso trabalho realizado pelo Conselho Comunitário, o seu Plano de Expansão Interna. O plano previu a implementação de nove cursos de graduação, na seguinte ordem de prioridade:



1) Enfermagem; 2) Saúde Coletiva; 3) Farmácia; 4) Fisioterapia; 5) Terapia Ocupacional; 6) Psicologia; 7) Nutrição; 8) Fonoaudiologia; 9) Odontologia.

Para a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 da UFFS, o *Campus* reexaminou o Plano de Expansão Interna e estabeleceu que ele deveria priorizar três cursos: inicialmente o Curso de Enfermagem, seguido do Curso de Biomedicina e de Psicologia.

Nesse contexto, a Direção do *Campus*, em diálogo com o Reitor, encaminhou ao MEC um Plano de Implantação do Curso de Enfermagem, recebendo, desse órgão, a incumbência de inserir no Sistema e-MEC o PPC do Curso de Enfermagem. Esse trabalho foi realizado pelo *Campus* tendo recebido Comissão de avaliação externa, para fins de autorização do Curso, entre 11 e 12 de agosto de 2022. O relatório de avaliação concedeu nota máxima (5) ao projeto (ANEXO VII).



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

Os referenciais orientadores do processo de construção do projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS leva em consideração os pressupostos teórico-metodológicos da Reforma Sanitária no Brasil, o qual tem influenciado a formação profissional na área da saúde, e consequentemente a do enfermeiro, posteriormente expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem.

Neste contexto, a enfermagem é entendida como uma prática social, historicamente construída, compreendida como uma profissão dinâmica, sujeita a transformações permanentes e que está continuamente incorporando reflexões sobre novos temas, problemas e ações. Entender a enfermagem como prática social é considerá-la como um trabalho necessário e de interesse da sociedade, inserido no processo de trabalho que produz serviços de saúde, cujo produto final é o cuidado de enfermagem à pessoa no seu processo saúde-doença (cf. Trezza; Santos; Leite, 2008).

Com o movimento da Reforma Sanitária no Brasil, fica assegurado na Constituição Federal Brasileira de 1988, a necessidade de termos um novo perfil de profissional enfermeiro, que saiba articular a sua prática à realidade social, sustentada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS. Nesta perspectiva, o enfermeiro desenvolve suas atividades essenciais, quais sejam: assistencial, gerencial, educativa e de pesquisa, de forma criativa, buscando aliar a autonomia e o compromisso social à solução de problemas da população, e desta forma, contribuindo para a efetivação do SUS.

Essas proposições são igualmente defendidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (2001), cuja ênfase está em permitir que os currículos propostos possam construir um perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdo, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referenciais nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade, no SUS, considerado o processo da Reforma Sanitária.

Da mesma forma, as discussões acerca do SUS na formação profissional do enfermeiro tem percorrido os Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem – SENADEn, destacando-se o 2º, ocorrido em Florianópolis, em 1997, que enfocou de maneira inovadora a articulação dos três níveis de ensino de enfermagem, quais sejam, médio, gradua-



ção e pós-graduação, na construção de um novo modelo de saúde e educação. Estudos nos mostram que, comparada às demais profissões na área da saúde, a enfermagem conquistou grandes avanços, mas ainda tem muito a avançar, na perspectiva de contribuir para a formação de enfermeiros capazes de provocar mudanças na realidade dos serviços de saúde e, consequentemente, causar impacto nas condições de vida da população brasileira.

Neste sentido, o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem da UFFS visa contemplar estas questões, entendendo que o ensino em enfermagem vive as contradições próprias de um momento de transição de paradigmas, no qual enfrentar as mudanças necessárias a fim de concretizar um novo modelo de saúde não constitui uma questão de “opção”, e sim de compromisso.

Nesta perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem adotado possibilitará uma atuação educativa comprometida com a mudança social e a construção da cidadania, o que poderá ser alcançado através de trocas de experiências entre professor-aluno-comunidade, em que o fluxo de informações e conhecimentos necessita circular de forma espontânea, porém crítica e reflexiva.

Por conseguinte, o processo educativo voltado para estas mudanças apresenta características transformadoras. Experiências desta natureza lançam os docentes do Curso de Graduação em Enfermagem da UFFS ao desafio de implantar e implementar estratégias pedagógicas que sustentem uma aprendizagem significativa, transformadora e adequada às demandas sociais e profissionais.

O processo de ensino aprendizagem no presente Curso articula formação teórica e prática laboratorial e profissional, utilizando métodos e estratégias compatíveis com as atividades propostas e necessárias à formação integral do enfermeiro.

Para a organização da metodologia do curso, levou-se em consideração as Diretrizes que norteiam a organização do ensino de enfermagem, apontando para a necessidade de utilizar estratégias que privilegiem a participação ativa do acadêmico na construção do conhecimento e na integração entre os conteúdos, assegurando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Ademais, o PPI da UFFS também aborda importantes contribuições no que tange aos princípios metodológicos, defendendo que o processo de construção do conhecimento ocorra por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilitando compreensões mais abrangentes e complexas e, por conseguinte, uma intervenção mais qualificada na realidade.



Diante do exposto, a proposta metodológica adotada é compreendida como um conjunto amplo e diversificado de procedimentos didáticos, expressos pelos métodos e técnicas de ensino que visam possibilitar a participação ativa do acadêmico na elaboração e reelaboração dos conteúdos dos diferentes componentes curriculares, colocando-o diante de situações desafiadoras e estimulando-o na busca de soluções e respostas, de tal modo que sejam desenvolvidas as competências, habilidades e atitudes almejadas no perfil do egresso.

Desse modo, a atuação docente, enquanto ação mediadora do processo ensino e aprendizagem, está em permanente planejamento, a fim de promover uma interação efetiva entre o acadêmico e o conhecimento, na perspectiva da acessibilidade atitudinal e pedagógica (BATISTA, 2015).

A metodologia, enquanto elemento de intervenção didática, está articulada com os objetivos, os conteúdos e a avaliação do curso, de um modo geral e, em específico de cada componente curricular, através de interlocuções permanentes, visando uma aprendizagem significativa, considerando as experiências e conhecimentos prévios de cada acadêmico.

Enfatiza-se, ainda, que a estrutura curricular do curso, composta por componentes curriculares organizados em Domínios – Comum, Conexo e Específico, permite a materialização de ações interdisciplinares, através de um diálogo horizontal (durante o semestre) e vertical (entre os semestres), além de integrá-los ao ensino, à pesquisa e à extensão, possibilitando assim, a formação integral do futuro profissional enfermeiro.

Em outras palavras, pretende-se que o acadêmico construa seu próprio saber, compreenda o erro como suporte para aprendizagem, busque e avalie criticamente fontes teóricas diversificadas e, desenvolva habilidades e atitudes necessárias para o trabalho em equipe, a liderança, a tomada de decisões e a ética profissional, aprimorando assim as relações interprofissionais e comprometendo-se com a sociedade em que está inserido.

Considerando que ensinar muitos sujeitos utilizando um único método ou estratégias de ensino uniformizadas desconsideraria os modos particulares de como cada um constrói seu conhecimento (GARDNER, 1994), e que, nesse sentido, não basta apenas oferecer informações e conteúdos, o itinerário formativo do curso contempla atividades teóricas, práticas e de extensão, tais como: aula expositiva dialogada, estudo de caso, estudo dirigido, estudo de artigos, seminários, oficinas, fóruns, sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas (PBL), aprendizagem baseada em equipes (TBL), simulações/dramatizações, mapa conceitual, portfólio, treinamentos e avaliações em laboratórios, atendimentos de enfermagem orienta-



dos e atividades de campo com a integração do ensino-serviço-comunidade.

Como suporte das estratégias mencionadas, utilizam-se Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), enquanto recursos pedagógicos potencializadores da prática pedagógica, que contribuem para qualificar e enriquecer as aulas desenvolvidas. São utilizados, entre outros, laboratórios de informática, sala de videoconferência, acesso à internet, projetores multimídia, lousa digital, simuladores de procedimentos de enfermagem, ambiente virtual do aluno, moodle, sistema de biblioteca informatizado (Pergamum), acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Considerando ainda a relação forte e direta entre o fazer do enfermeiro e o conhecimento científico, o curso oferece componentes curriculares voltados à busca, à sistematização, à compreensão e à aplicação das evidências científicas disponíveis e, à elaboração, execução e divulgação de resultados de novos estudos, contribuindo assim com o processo formativo e com a formação continuada enquanto profissional, de modo comprometido a contribuir, positivamente, com a transformação da realidade local.

5.1 Referenciais Legais e Institucionais

ÂMBITO NACIONAL:

- **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996** – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
-
- **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002** – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.
-
- **Portaria nº 3.284, de 07/11/2003** – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
-
- **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004** – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer



CNE/CP nº 3/2004.

-
- **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.
-
- **Lei nº 11. 645, de 10 de março de 2008** – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.
-
- **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008** – dispõe sobre estágio de estudantes.
-
- **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010** – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.
-
- **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012** – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.
-
- **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012** – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).
-
- **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012** – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.
 - No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.
-
- **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior** e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.
-
- **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014** – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.
-
- **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017** – dispõe sobre o exercício das



funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

- **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017** – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.
-
- **Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018** – estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.
-
- **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019** – dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

ÂMBITO INSTITUCIONAL:

- **PPI** – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS. São 10 pontos, com destaque ao respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.
-
- **PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.
-
- **Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD** – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.
-
- **Resolução nº 11/2012 – CONSUNI** – reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.
-
- **Resolução nº 33 – CONSUNI/UFFS/2013** – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 6 – CGRAD/UFFS/2015** – aprova o Regulamento do Núcleo de



Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

-
- **Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015** – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.
-
- **Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016** – aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 04 – CONSUNI/PPGEC/2017** – aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018** – regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.
-
- **Resolução nº 16 – CONSUNI/UFFS/2019** – institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 23 – CONSUNI/PPGEC/2019** – aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 39 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022** – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
-
- **Resolução nº 40 – CONSUNI CGAE/UFFS/2022** – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS).
-
- **Resolução nº 106 – CONSUNI/UFFS/2022** – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 42 – CONSUNI CGAE/UFFS/2023** – dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.
-
- **Resolução nº 43/ CONSUNI CGAE/UFFS/2023** – regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.



-
- **Resolução nº 93/2021 – CONSUNI** – aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.
-
- **Resolução nº 53/2024 – CONSUNI – CGAE** – regulamenta a elaboração/reformulação, os fluxos e os prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e dá outras providências.
-
- **Resolução nº 54/2024 – CONSUNI – CGAE** – institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos Cursos de Graduação da UFFS e estabelece as normas de seu funcionamento.

ESPECÍFICAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM:

- **Constituição Federal Brasileira de 1988**
-
- **Lei nº 7498 de 1986** – Lei do Exercício Profissional
-
- **Decreto nº 94.406 de 1987** – Decreto do Exercício Profissional
-
- **Lei nº 8080 de 1990** – Lei Orgânica da Saúde
-
- **Lei nº 8142 de 1990** - Lei Orgânica da Saúde
-
- **Lei nº 9394 de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
-
- **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008** - dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
-
- **Parecer CNE/CES Nº1133/2001** – dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Enfermagem, Medicina e Nutrição;
-
- **Resolução CNE/CES nº 03/2001** – Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem.
-
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009**, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos da saúde.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

Tendo em vista a efetivação das competências e habilidades gerais e específicas apresentadas na Resolução CNE/CES nº03/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, o Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS tem como objetivo geral:

- Formar profissional enfermeiro generalista, humanista, com capacidade crítica, reflexiva e criativa, habilitado para o trabalho de enfermagem nas dimensões do cuidar, gerenciar, educar e pesquisar, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos, interdisciplinares, considerando o perfil epidemiológico e o contexto sócio-político, econômico e cultural da região e do país, contribuindo para a concretização dos princípios e diretrizes do SUS.

6.2 Objetivos específicos:

- Propiciar condições para o desenvolvimento de competências e habilidades gerais, específicas e atitudinais que permitam ao educando atuar nos diferentes cenários da prática profissional do enfermeiro, considerando os princípios e diretrizes das políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente;
- Desenvolver uma formação acadêmica/profissional que contemple a articulação do ensino, pesquisa e extensão/assistência, tendo como elemento nuclear o processo saúde-doença e seus determinantes políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos.
- Possibilitar a formação de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva.

Diante disso, a proposta pedagógica do Curso de Graduação em Enfermagem foi construída em consonância com os pressupostos do SUS, quais sejam: universalidade, equidade, resolutividade, igualdade, integralidade, descentralização da gestão e participação social, de forma a atender as necessidades de saúde da população e contribuir ao fortalecimento da participação e autonomia dos sujeitos individuais e coletivos na produção de sua saúde.



7 PERFIL DO EGRESSO

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, o Enfermeiro, profissional da área da saúde, egresso da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com formação generalista e capacidade crítica, humanista, reflexiva e criativa deverá estar habilitado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual, pautado nos princípios éticos profissionais.

O egresso também será capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. O enfermeiro estará capacitado para atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Além disso, deverá ser capaz de trabalhar em equipe e de conhecer e intervir no processo de viver, adoecer e ser saudável, individual e coletivo, com responsabilidade e compromisso com as transformações sociais, a cidadania e a promoção da saúde, contribuindo para a concretização dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Em resumo, o Curso tem preocupação essencial de garantir que os acadêmicos recebam uma formação que lhes permite atuar, com excelência, em todos os espaços das atividades de enfermagem, mirando, de maneira especial, os desafios do SUS quanto à descentralização, interiorização e democratização da presença dos enfermeiros nos serviços de saúde, multiplicando, dessa forma, as possibilidades de inserção, com segurança profissional, dos futuros enfermeiros no mercado de trabalho.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

A organização curricular do Curso de Graduação em Enfermagem segue o disposto no regulamento dos Cursos de Graduação da UFFS, bem como as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem. Neste sentido, abrange um conjunto de componentes curriculares ordenados por meio de pré-requisitos que constituem um corpo de conhecimento organizados em três eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

O Domínio Comum representa um conjunto de conhecimentos ofertados a todos os cursos da UFFS para a formação científica e cidadã dos discentes. Cada projeto pedagógico escolhe, desse conjunto de conhecimentos, aqueles que considera mais adequados à formação proposta, totalizando 420h na estrutura curricular. No quadro a seguir são arrolados os componentes curriculares do Domínio Comum do Curso de Graduação em Enfermagem do *Campus* Passo Fundo.

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum.

DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Produção textual acadêmica	60
Iniciação à prática científica	60
Estatística básica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
História da Fronteira Sul	60
Introdução à filosofia	60
Meio ambiente, economia e sociedade	60
Direitos e cidadania	60
Total	420

Já o Domínio Conexo representa um conjunto de CCRs situados na interface entre áreas do conhecimento, cujo objetivo é a formação integral e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos do *campus*, conforme estabelecido na Resolução nº 35/CONSCPF/UFFS/2022 aprovada em Conselho de *Campus*. Cabe destacar que, além dos CCRs, a conexão entre os cursos do *Campus* Passo Fundo também acontecerá de outras maneiras ao longo dos cursos, conforme previsto na Resolução.

No que se refere à Enfermagem a ser ofertada no *Campus* Passo Fundo, a conexão de



conhecimentos se dará com o curso de Medicina, sendo descrito no quadro a seguir os componentes curriculares do domínio conexo do Curso de Graduação em Enfermagem do *Campus* Passo Fundo.

Quadro 3 - Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo

DOMÍNIO CONEXO	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
Fundamentos da saúde pública*	60
Epidemiologia e bioestatística*	60
Seminário integrador I **	15
Seminário integrador II **	15
Total	150
COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO***	
Língua brasileira de sinais – LIBRAS	30
Educação para as relações étnico-raciais, gênero e direitos humanos	30
Comunicação e saúde	30
Princípios gerais de alimentação, nutrição e terapia nutricional	30
Estudos interdisciplinares sobre mente e cérebro	30
Fundamentos em saúde I	30
Fundamentos em saúde II	30
Fundamentos em saúde III	30
Fundamentos em saúde IV	30
Fundamentos em saúde V	30

* Componente curricular obrigatório e/ou optativo e não idêntico, com conteúdo e/ou atividades integradas, registradas em Plano de Curso;

** Componente curricular obrigatório e idêntico cuja natureza epistêmica seja comum aos cursos ofertantes.

*** Componentes curriculares idênticos, com oferta optativa em um dos cursos, cuja natureza epistêmica seja originária de um dos cursos ofertantes.

E o Domínio Específico diz respeito aos conhecimentos voltados à área de formação profissional do acadêmico. Essa estruturação contempla conteúdos essenciais ligados às áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, e Ciências da Enfermagem, tal como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, como segue.

Em relação às Ciências Biológicas e da Saúde, a estrutura curricular inclui os conteúdos teórico-práticos referentes às bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados da estrutura e da função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados a situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática da assistência de enfermagem.

Nas Ciências Humanas e Sociais, são inclusos os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais no âmbito individual e coletivo do processo saúde-doença sob a ótica do trabalho do enfermeiro.



A respeito das Ciências da Enfermagem, são contemplados conteúdos referentes a Fundamentos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem, Administração de Enfermagem e Ensino de Enfermagem.

Nos Fundamentos de Enfermagem, serão contemplados conteúdos técnicos e metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do enfermeiro, tanto individual como coletivamente.

Na Assistência de Enfermagem, serão abordados conteúdos teóricos e práticos que compõem a assistência de enfermagem individual e coletiva prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher, ao idoso, considerando os determinantes socioculturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais, humanísticos e ecológicos inerentes ao cuidado de enfermagem.

Na Administração de Enfermagem, os conteúdos teóricos e práticos contemplarão a administração do processo de trabalho e da assistência de enfermagem. E no Ensino de Enfermagem, serão abordados conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro.

Serão viabilizados pelo curso a realização do Estágio Curricular Supervisionado, do Trabalho de Curso, das Atividades Autônomas, das Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) e a Proficiência em Língua Estrangeira.

Para a plena efetivação desta organização curricular, o Curso conta com o apoio de diferentes Laboratórios da Universidade e dos serviços de saúde dos municípios de Passo Fundo e da Região, para o desenvolvimento das aulas teórico-práticas e atividades de extensão dos diferentes componentes curriculares.

8.2 Atendimento às legislações específicas

No Curso de Graduação em Enfermagem serão abordados os seguintes temas transversais: Educação ambiental (Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), Educação em direitos humanos (Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012) e Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004).



Quadro 4 – Direitos humanos

Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Direitos e cidadania (obrigatório) Direitos Humanos	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.	BOBBIO, Norberto. <i>A Era dos Direitos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. <i>Cidadania no Brasil: o longo caminho</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. SARLET, Ingo Wolfgang. <i>A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). <i>Teoria dos Direitos Fundamentais</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
Contexto social e profissional da enfermagem II: ética e bioética profissional (obrigatório) Direitos Humanos	A ética e a bioética como exigências interdisciplinares no trabalho em saúde. Comportamento moral e ético do profissional enfermeiro. Legislação e código de ética da enfermagem. Legislação do ensino e do exercício da enfermagem. Penalidades, processos éticos e infrações. Preceitos éticos das pesquisas com seres humanos. Direitos humanos em saúde.	LEONARDI, Victor. <i>Violência e direitos humanos nas fronteiras do Brasil: história social da aids, das drogas e de sua prevenção</i> . Brasília, DF: Paralelo 15, 2007. OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; TELES, Nair; CASARA, Rubens Roberto Rebello. <i>Direitos Humanos e Saúde: reflexões e possibilidades de intervenção</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

Quadro 5 – Educação Ambiental

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Meio ambiente, economia e sociedade (obrigatório) Educação Ambiental	Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.	ALTIERI, Miguel. <i>Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável</i> . Porto Alegre: UFRGS, 1998. BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). <i>A geografia política do desenvolvimento sustentável</i> . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). <i>Economia do meio ambiente. Teoria e Prática</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2003. SANTOS, Milton. <i>1992: a redescoberta da natureza</i> . São Paulo: FFLCH/USP, 1992. VEIGA, José Eli. <i>Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
Saúde coletiva II: vigilância à	O papel do enfermeiro no desenvolvimento dos principais	GIATTI, Leandro Luiz (Org.). <i>Fundamentos de saúde ambiental</i> . Manaus: Editora da Universidade Federal



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
saúde (obrigatório) Educação Ambiental	programas/políticas de saúde na área de vigilância à saúde, quais sejam, vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. Estudo dos fatores ambientais relacionados ao cuidado de enfermagem.	do Amazonas, 2008. FREITAS, Carlos Machado de et al. <i>Mudanças climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz/Saúde Amanhã, 2019. MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Maurício. <i>Território, ambiente e saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. PAPINI, S. <i>Vigilância em Saúde Ambiental – Uma Nova Área da Ecologia</i> . 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Atheneu; 2012. TESTA, Marcelo. <i>Legislação ambiental e do trabalhador</i> . São Paulo: Pearson, 2015. E-book.
Cuidados de enfermagem em atenção básica de saúde: papel do enfermeiro no EACS e ESF (obrigatório) Educação Ambiental	O papel do enfermeiro nos principais programas/políticas de saúde da área estratégica, quais sejam, Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família. Aprofundamento das discussões e reflexões sobre a educação em saúde. Atividades teórico-práticas e de extensão. Identificação dos fatores ambientais relacionados ao cuidado de enfermagem.	GIATTI, Leandro Luiz (Org.). <i>Fundamentos de saúde ambiental</i> . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008. FREITAS, Carlos Machado de et al. <i>Mudanças climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz/Saúde Amanhã, 2019. MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Maurício. <i>Território, ambiente e saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. TESTA, Marcelo. <i>Legislação ambiental e do trabalhador</i> . São Paulo: Pearson, 2015. E-book.

Quadro 6 – Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
História da Fronteira Sul (Obrigatório) Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, J. <i>Teorias da etnicidade</i> . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 185-228 PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In: MARTINS, M. H (Org.). <i>Fronteiras culturais - Brasil, Uruguai, Argentina</i> . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
Saúde coletiva I: políticas de saúde (obrigatório) Relações Étnico-Raciais	Histórico, conceito e estrutura organizacional dos programas/políticas de saúde no contexto brasileiro. O papel do enfermeiro na efetivação dos principais programas/políticas de saúde na área de atenção à saúde,	Coletivo Vozes Indígenas na Saúde Coletiva. <i>Vozes indígenas na produção do conhecimento: para um diálogo com a saúde coletiva</i> . Editora Hucitec, 2022. PAIXÃO, Marcelo. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . São Paulo: Hucitec; Rio de



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	tais como saúde da mulher, criança, escolar, adolescente, adulto, idoso, prevenção e controle das DSTs/AIDS, tuberculose, hanseníase, saúde mental, saúde bucal, saúde do homem, saúde indígena, entre outros.	Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
Educação para as relações étnico-raciais, gênero e direitos humanos (optativo) Direitos Humanos	Leis 10.639/03 e 11.645/08 (Educação Superior). Cultura afro-brasileira e indígena e as práticas de medicina popular. Aspectos históricos, políticos e culturais da construção das relações de gênero. Gênero, poder e desigualdade. Sistema Internacional de proteção dos Direitos Humanos. Direitos humanos e sua interface com as relações de gênero. Gênero, raça e classe. Saúde como um direito universal.	MUNANGA, K (Org.). <i>Superando o Racismo na escola</i> . 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. ROCHA, L. C. P. <i>Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo</i> . Educação. Curitiba: UFPR, 2006. SANTOS, S. A (Org.). <i>Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas</i> . Brasília: MEC, S/D.
O cuidado no processo de viver humano I: assistência de enfermagem ao adulto e idoso (obrigatório) Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	A assistência de enfermagem ao adulto e idoso nas intercorrências clínicas e cirúrgicas, nos processos agudos e crônicos. A assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Aspectos fundamentais do pré e pós-anestésico. As dinâmicas do centro de materiais esterilizados. Planejamento, implementação e avaliação da assistência, na perspectiva da prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde. A assistência de enfermagem ao sujeito, família e comunidade, abrangendo diferentes circunstâncias étnico-raciais. Atividades teórico-práticas e de extensão.	DAVID, Emilianio de Camargo. <i>Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil</i> . 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2023. PAIXÃO, Marcelo. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
O cuidado no processo de viver humano II: assistência de enfermagem à criança, adolescente e mulher (obrigatório) Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de	A assistência de enfermagem no contexto das políticas de atenção à saúde da criança, do adolescente, da mulher e da família, em diferentes circunstâncias étnico-raciais. O nascimento como processo individual e social e o cuidado à família neste processo. O cuidado à criança, ao adolescente e à sua família no processo de viver, nas intercorrências clínicas agudas e crônicas e no contexto da atenção básica, domiciliar e hospitalar, em ações de promoção, prevenção de	DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva (org.). <i>A Cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: autoatenção e medicalização entre os índios Munduruku</i> . 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. PAIXÃO, Marcelo. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	intercorrência e recuperação da saúde. Caracterização do cuidado de enfermagem à mulher com ações interdisciplinares nos diferentes níveis. Estudos e aprofundamentos fisiopatológicos relacionados à integralidade dos ciclos de vida da mulher. Intervenções teórico-práticas no processo saúde/doença no contexto da criança e da mulher. Estudos da assistência sistematizada da enfermagem à criança e à mulher, em diferentes contextos familiares, comunitários e institucionais. Atividades teórico-práticas e de extensão.	
---	---	--



8.3 Estrutura Curricular

Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>					Atividades ^A					Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			Estágio	TCC		
Nível	Nº	Do- mínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio- nista	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
1º nível	01	CM	GCH1722	Iniciação à prática científica	30	30				60	
	02	ES	GCB0767	Citologia e genética	40	20				60	
	03	ES	GCB0768	Bioquímica básica	40	20				60	
	04	CM	GCH1723	História da Fronteira Sul	60					60	
	05	CX	GSA0394	Fundamentos da saúde pública	45	15				60	
	06	ES	GSA0395	Contexto social e profissional da enfermagem I: história da enfermagem	30	15				45	
Subtotal					245	100				345	
2º nível	07	CX	GSA205	Seminário integrador I	09	06				15	
	08	ES	GCB0769	Embriologia e histologia básica	40	20 (2 turmas)				60	2 (GCB0767)
	09	CM	GCH1724	Introdução à filosofia	60					60	
	10	CM	GEX1035	Estatística básica	30	30				60	1 (GCH1722)
	11	ES	GCB0770	Anatomia I	25	20				45	2 (GCB0767)
	12	ES	GCB0771	Fisiologia e biofísica I	40	20				60	2; 3 (GCB0767 e GCB0768)
	13	ES	GSA0396	Saúde coletiva I: políticas de saúde	30	15				45	
	14	ES	GSA0397	Contexto social e profissional da enfermagem	30					30	



Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>					Atividades ^A				Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			Estágio		
Nível	Nº	Do- mínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio- nista	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada	
				II: ética e bioética profissional						
Subtotal					264	111				375
3º nível	15	ES	GCS0678	Meio ambiente, economia e sociedade	60					60
	16	ES	GCB0772	Anatomia II	30	30				60
	17	ES	GCB0773	Fisiologia e biofísica II	40	20				60
	18	CX	GSA0398	Epidemiologia e bioestatística	60					60
	19	ES	GCB0774	Parasitologia e microbiologia	48	12 (2 turmas)				60
	20	ES	GSA0399	Contexto social e profissional da enfermagem III: metodologias de assistência de enfermagem	30	15				45
					268	77				345
4º nível	21	CX	GSA209	Seminário Integrador II	09	06				15
	22	CM	GLA0678	Produção textual acadêmica	50	10				60
	23	CM	GCS0679	Direitos e cidadania	60					60
	24	ES	GCB0775	Imunologia	30					30



Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>					Atividades ^A					Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
Nível	Nº	Do- mínio	Código	Componente Curricular	Aulas presenciais			Estágio	TCC		
					Teórica	Prática	Extensio- nista	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
											(GCB0768 e GCB0774)
	25	ES	GSA0400	Patologia	30	30 (2 turmas)				60	8;16; 17 (GCB0769 e GCB0772 e GCB0773)
	26	ES	GSA0401	Fundamentos para o cuidado profissional I: semiologia e semiótica de enfermagem	45	45 (6 grupos)				90	16; 17; 19 (GCB0772 e GCB0773 e GCB0774)
	27	ES	GSA0402	Saúde coletiva II: vigilância à saúde	30	15				45	
Subtotal					254	106				360	
5º nível	28	ES	GSA0403	Fundamentos para o cuidado profissional II: procedimentos básicos de enfermagem e primeiros socorros	45	45 (6 grupos)				90	26 (GSA0401)
	29	ES	GSA0404	Cuidados de enfermagem em atenção básica de saúde: papel do enfermeiro no EACS e ESF	45		90 (6 grupos)			135	24; 25;26 (GCB0775 e GSA0400 e GSA0401)
	30	ES	GCB0776	Farmacologia aplicada à enfermagem	60	15				75	17; 18; 24; 26 (GCB0773 e GSA0398 e GCB0775 e GSA0401)



Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>					Atividades ^A					Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			Estágio	TCC		
Nível	Nº	Do- mínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio- nista	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	31	ES	GCH1972	Psicologia aplicada à saúde	30					30	
	32	ES	GSA0405	Aprendizagem vivencial	15		15			30	
Subtotal					195	60	105			360	
6º nível	33	ES	GSA0406	O cuidado no processo de viver humano I: assis- tência de enfermagem ao adulto e idoso	120	30 (6 grupos)	120 (6 grupos)			270	28;29; 30 (GSA0403 e GSA0404 e GCB0776)
	34	ES	GSA	(Optativa I)	60					60	
Subtotal					180	30	120			330	
7º nível	35	ES	GSA0407	O cuidado no processo de viver humano II: as- sistência de enfermagem à criança, adolescente e mulher	120	30 (6 grupos)	120 (6 grupos)			270	33 (GSA0406)
	36	ES	GSA	(Optativa II)	60					60	
	37	ES	GSA0408	Trabalho de Curso I	60					60	22; 33 (GLA0678 e GSA0406)
Subtotal					240	30	120			390	
8º nível	38	ES	GSA0409	O cuidado de enfermagem em saúde mental e psiquiátrica	60		30 (6 grupos)			90	35 (GSA0407)
	39	ES	GSA0410	O cuidado de enfermagem ao adulto e idoso em condição crítica de saúde	75	45 (15 gru- pos)				120	35 (GSA0407)
	40	ES	GSA0411	Gestão e gerenciamento em saúde e enferma- gem	90	30 (6 grupos)				120	35 (GSA0407)



Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>					Atividades ^A					Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			Estágio	TCC		
Nível	Nº	Do- mínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio- nista	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	41	ES	GSA0412	Trabalho de curso II	30					30	37 (GSA0408)
Subtotal					255	75	30			360	
9º nível	42	ES	GSA0413	Estágio curricular supervisionado I		450 (10 gru- pos)				450	1; 4; 9; 15; 22; 23; 38; 39; 40 (GCH1722 e GCH1723 e GCH1724 e GCS0678 e GLA0678 e GCS0679 e GSA0409 e GSA0410 e GSA0411)
	43	ES	GSA0414	Trabalho de curso III	30					30	41 (GSA0412)
Subtotal					30	450				480	
10º Nível	44	ES	GSA0415	Estágio curricular supervisionado II		450 (10 gru- pos)				450	42 (GSA0413)
Subtotal						450				450	
Subtotal Geral					1.931	1.489	375			3.795	
Componentes Curriculares Optativos					90					90	
Atividades Autônomas										165	
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs)										45	
Total Geral										4.095	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

a) Atividades descritas conforme previsto no Art. 44 do atual Regulamento da Graduação da UFFS



Quadro 7 - Quadro geral da estrutura curricular

Natureza dos componentes curriculares	Horas
Parte teórica dos componentes curriculares	1.931
Parte prática dos componentes curriculares	1.489
Parte de extensão dos componentes curriculares	375
Componentes curriculares optativos	210
Trabalho de curso (TC)	120
Estágio curricular supervisionado (ECS)	900
Atividades Autônomas	165
Atividade Curricular de Extensão e de Cultura (ACEs)	45

Componentes Curriculares optativos

O acadêmico deverá cursar com aproveitamento, até o final do 8º nível, para poder matricular-se no Estágio Curricular Supervisionado I, a carga horária exigida em CCRs optativos ofertados ao longo do Curso.

Os componentes optativos I (6º nível) e II (7º nível) estão previstos na matriz curricular e poderão ser escolhidos dentre os componentes de 60 horas, listados abaixo. O restante da carga horária exigida, poderá ser cumprida nos demais níveis do curso, anteriores ao ingresso no Estágio Curricular Supervisionado I, de acordo com a oferta. As demais informações sobre a oferta destes componentes constam em Regulamento próprio (Anexo V).

Quadro 8 - Componentes optativos de ementa fechada



Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>			Total de Horas
Nº	Código	Componente Curricular	
45	GSA218	Práticas alternativas ou complementares de saúde e a enfermagem	60
46	GSA0416	Saúde do trabalhador e as doenças relacionadas ao trabalho	60
47	GSA0417	Assistência de enfermagem domiciliar	60
48	GSA221	Enfermagem e as doenças transmissíveis e não transmissíveis	60
49	GSA222	Projeto de prática assistencial em saúde e enfermagem	60
50	GSA223	Psicopatologia	60
51	GLA219	Língua brasileira de sinais – LIBRAS	30
52	GCH1081	Educação para as relações étnico-raciais, gênero e direitos humanos	30
53	GSA256	Comunicação e saúde	30
54	GSA257	Princípios gerais de alimentação, nutrição e terapia nutricional	30
55	GSA150	Estudos interdisciplinares sobre mente e cérebro	30

Quadro 9 – Componentes optativos de ementa aberta

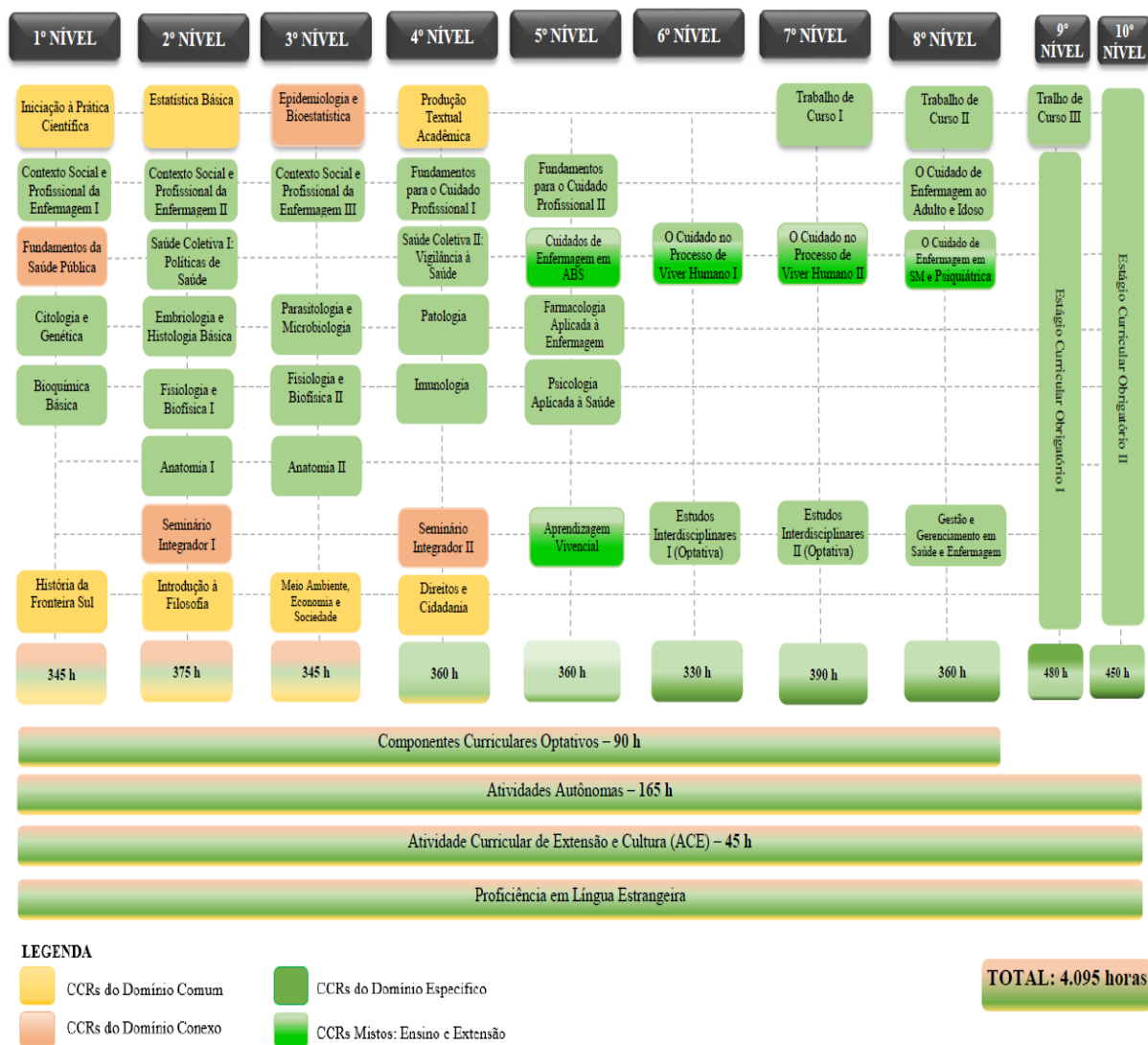
Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>			Total de Horas
Nº	Código	Componente Curricular	
56	GSA0418	Tópicos especiais em Enfermagem I	60
57	GSA0419	Tópicos especiais em Enfermagem II	60
58	GSA0420	Tópicos especiais em Enfermagem III	30
59	GSA0421	Tópicos especiais em Enfermagem IV	30
60	GSA0422	Tópicos especiais em Enfermagem V	30
61	GSA0423	Tópicos de estudos interdisciplinares I	30
62	GSA0424	Tópicos de estudos interdisciplinares II	30



Curso de graduação em Enfermagem – Bacharelado <i>Campus Passo Fundo</i>			Total de Horas
Nº	Código	Componente Curricular	
63	GSA0425	Tópicos de estudos interdisciplinares III	30
64	GSA0426	Tópicos de estudos interdisciplinares IV	30
65	GSA0427	Tópicos de estudos interdisciplinares V	30
66	GSA154	Fundamentos em saúde I	30
67	GSA155	Fundamentos em saúde II	30
68	GSA156	Fundamentos em saúde III	30
69	GSA157	Fundamentos em saúde IV	30
70	GSA158	Fundamentos em saúde V	30



8.4 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)





8.5 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso

8.5.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

A formação do acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) está alicerçada nos princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Enfermagem.

Nesse sentido, além dos conteúdos teórico- práticos desenvolvidos ao longo da formação, está prevista, nos dois últimos semestres, a realização dos Estágios Supervisionados I e II, respectivamente, que proporcionam ao acadêmico o conhecimento *in loco* das características profissionais que circundam as ações de enfermagem, conhecendo e interagindo com as singularidades e pluralidades das comunidades e dos indivíduos e, assim, ampliando e aprimorando a visão acerca da sua futura atuação.

Os Estágios serão supervisionados por docente do Domínio Específico do Curso e orientados/acompanhados por um enfermeiro preceptor do serviço de saúde de instituições conveniadas. Os Estágios Supervisionados I e II totalizarão 900 horas, divididas em: 450 horas no Estágio Supervisionado I e 450 horas no Estágio Supervisionado II. O Estágio Curricular Supervisionado I e II seguirá as normas regulamentadoras que seguem em anexo.

8.5.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO II)

As Atividades Autônomas constituem ações que visam à complementação do processo de ensino-aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso de Graduação em Enfermagem, totalizando 165 horas. As Atividades Autônomas constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Na condição de requisito obrigatório, as Atividades Autônomas respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de



Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece, em seu artigo 3º, a “valorização da experiência extra-classe”, e também pelo que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. As Atividades Autônomas no Curso de Graduação em Enfermagem seguirão as normas regulamentadoras que seguem em anexo.

8.5.3 Trabalho de Curso (Normatização no ANEXO III)

O Trabalho de Curso (TC) constitui-se numa atividade acadêmica individual, de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão do enfermeiro, desenvolvida mediante orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial e obrigatório para a integralização curricular do curso.

O TC será uma pesquisa elaborada em consonância com a Linha de Trabalho de um professor do corpo docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UFFS *Campus* Passo Fundo, devendo ser uma proposta que tenha relação com a realidade dos serviços, ressaltando o compromisso da Universidade em contribuir para a concretização dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. O TC será realizado no 7º, 8º e 9º níveis com total de 120 horas e apresentado segundo critérios expressos na regulamentação vigente na UFFS, no regulamento próprio do TC e nas orientações e prazos determinados nos planos de ensino dos CCRs.

8.5.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura (Normatização no ANEXO IV)

A extensão se presentifica no Curso de Enfermagem ao longo da estrutura curricular, em atendimento aos termos da RESOLUÇÃO Nº 23/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2019, que aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul, e da RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, que aprova as Diretrizes para a Inserção de Atividades de Extensão e de Cultura nos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFFS. A inserção de atividades curriculares obrigatórias de extensão e de cultura no PPC de Enfermagem deve assegurar o percentual mínimo de 10% da carga horária exigida para a integralização curricular, conforme disposto na Resolução 7/2018 CNE/CES.

O Curso de Enfermagem prevê que as atividades de extensão e cultura envolvam diretamente a comunidade regional da área de abrangência da UFFS e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais próprias, que envolvam diretamente a comunidade externa e vinculadas à formação do estudante. O protagonismo do estudante é



condição indispensável para a consolidação da extensão no Curso de Enfermagem.

As linhas temáticas de extensão e cultura respondem aos referenciais orientadores do PPC, bem como, seus eixos norteadores.

As atividades de extensão e cultura no curso de graduação em enfermagem estão organizadas a partir das estruturas listadas a seguir, e são gerenciadas por um docente coordenador de extensão no curso, conforme consta no regulamento desta modalidade de ensino. Assim, ficam estabelecidas: 375 horas de atividades de extensão distribuídas entre os Componentes Curriculares e, 45 horas de extensão como Atividade Curricular de Extensão (ACE), perfazendo total de 420h, como demonstra o quadro abaixo.

Diante do exposto, o Curso de Graduação em Enfermagem contemplou a extensão e cultura no currículo nos formatos de a) Componente Curricular Misto, sendo parte da carga horária registrada como ensino e parte como extensão ou cultura, e b) Atividade Curricular de Extensão e Cultura, explicitados no quadro abaixo:

Quadro 10 - Atividades de Extensão e Cultura

CCR Misto	Horas
Cuidados de enfermagem em atenção básica de saúde: papel do enfermeiro no EACS e ESF	90
O cuidado no processo de viver humano I: assistência de enfermagem ao adulto e idoso	120
O cuidado no processo de viver humano II: assistência de enfermagem à criança, adolescente e mulher	120
O cuidado de enfermagem em saúde mental e psiquiátrica	30
Aprendizagem vivencial	15
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura	45
Carga horária total de extensão e cultura	420

Em relação a operacionalização dos componentes curriculares mistos, a turma será dividida em cada componente curricular em seis grupos e orientados pelos respectivos docentes que irão desenvolver na Atenção Básica atividades de educação em saúde nas escolas, visita domiciliar, grupo de educação em saúde, consulta de enfermagem, capacitação de equipes de saúde envolvendo a saúde da criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e saúde mental.

8.5.5 Proficiência em língua estrangeira (Normatização no ANEXO VI)

Para a integralização curricular, os estudantes do Curso de Enfermagem deverão apresentar nível B1 (intermediário) de proficiência em língua inglesa, de acordo com o Quadro



Comum Europeu de Referência para Línguas (Council of Europe, 2020). A proficiência poderá ser comprovada de três formas:

1. Proficiência interna adquirida por meio de realização da Prova de Nivelamento e Proficiência em Língua Inglesa, aplicada pelo Núcleo de Ensino de Línguas (NELI). Esta modalidade de aquisição da proficiência ensejará o aproveitamento de 20 horas a título de Atividades Autônomas;

2. Proficiência interna desenvolvida nos CCRs de Inglês para as Ciências da Saúde, ofertados pelo Núcleo de Ensino de Línguas (NELI), após realização da Prova de Nivelamento e Proficiência em Língua Inglesa, compulsória a todos os ingressantes. Esta modalidade de aquisição da proficiência ensejará o aproveitamento de 40 horas a título de Atividades Autônomas;

3. Proficiência externa adquirida por meio da realização de testes de proficiência nacionais ou internacionais, vinculados a centros aplicadores oficiais ou a instituições de ensino superior. Esta modalidade de aquisição da proficiência ensejará o aproveitamento de 20 horas a título de Atividades Autônomas.

Demais disposições estão apresentadas no Regulamento de Ensino para a Proficiência em Língua Inglesa dos Cursos de Graduação do *Campus* Passo Fundo.

8.5.6 Demais configurações

O Curso de Graduação em Enfermagem oferece por meio do Laboratório de Informática e de mais recursos de TI possibilidades do aluno desenvolver competências de tecnologias de comunicação e informação. Imersão em plataformas digitais como por exemplo: softwares de simulação de atendimentos em saúde, da SAE, prontuários eletrônicos, sistemas de informação, plataforma de acervos digitais (Pergamus, portal de periódicos da CAPES, UP TO DATE), manipulação de videoconferência e os sistemas digitais da Instituição e do governo.

A Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 (Lei do SINAES) estabelece que: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do estudante.



8.6 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

8.6.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura curricular (Domínios: Comum, Conexo, Específico)

1º Nível

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1722	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.		
GIACIOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0767	CITOLOGIA E GENÉTICA	60
EMENTA		
Estrutura e organização funcional da célula eucarionte e dos tecidos humanos e animais. Composição química da célula. Membrana. Organelas. Ciclo celular. Núcleo interfásico. Mitose e Meiose. Transdução de sinal. Conceitos fundamentais da genética. Genética mendeliana. Padrões de herança. Cruzamento. Heredogramas. Base molecular da genética. Genética da hereditariedade. Tópicos especiais.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreensão da ultraestrutura e organização molecular e funcional dos diversos compartimentos das células. Compreender as bases genéticas conceituais e moleculares da hereditariedade e as principais anormalidades congênitas relacionadas a mutações genéticas e alterações cromossômicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALBERTS, Bruce. <i>Fundamentos da Biologia Celular</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714065 . GRIFFITHS, Anthony J. F.; WESSLER, Susan R.; CARROLL, Sean B. et al. <i>Introdução à Genética</i> , 11ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729963 . BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanyce Miriam. <i>Genética humana</i> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MCINNES, Roderick R. Thompson & Thompson. <i>Genética Médica</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151819 . JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. <i>Biologia celular e molecular</i> . 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2012. ALBERTS, Bruce. <i>Biologia Molecular da Célula</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714232 .		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0768	BIOQUÍMICA BÁSICA	60
EMENTA		
Biomoléculas e sistema tampão no organismo. Estrutura e função das macromoléculas: carboidratos, lipídeos, proteínas e ácidos nucleicos. Enzimas e vitaminas. Bioenergética e transdução de sinais. Metabolismo de carboidratos. Metabolismo de lipídeos. Metabolismo de aminoácidos e nucleotídeos.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreensão da estrutura e função dos principais componentes biomoleculares celulares e compreender os processos metabólicos e suas formas de regulação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPBELL, Mary K.; FARRELL, Shawn O. <i>Bioquímica</i> - Tradução da 8ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125005 .		
CHAMPE, Pamela C.; HARVEY, Richard A.; FERRIER, Denise R. <i>Bioquímica ilustrada</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 520 p. ISBN 9788536317137.		
NELSON, David L.; COX, Michael M. <i>Princípios de Bioquímica de Lehninger</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715345 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MOTTA, Valter. <i>Bioquímica</i> . Rio de Janeiro: MedBook Editora, 2011. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786557830208 .		
VOET, Donald; VOET, Judith G. <i>Bioquímica</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710050		
DEVLIN, Thomas M., (Coord.). <i>Manual de bioquímica com correlações clínicas</i> . São Paulo: Blucher, 2011. xxxviii, 1252 p. ISBN 9788521205920 (enc.).		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1723	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afro-descendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNO-ESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefiarias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Aauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense . Chapecó: Grifos, 1997. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento . Campinas: Ed. Unicamp, 2007.		



ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0394	FUNDAMENTOS DA SAÚDE PÚBLICA	60
EMENTA		
A situação atual de saúde no Brasil. A evolução dos conceitos de saúde e doença, processo saúde e doença, modelos de atenção à saúde através dos tempos. História das Conferências de Promoção à Saúde e da Saúde Pública no Brasil. Processo da Reforma Sanitária e a criação do SUS. Princípios, diretrizes e legislação do SUS. Discussões e reflexões sobre o conceito de saúde pública e saúde coletiva. Fundamentos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento das práticas educativas em saúde.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre a situação atual de saúde no Brasil, a evolução dos conceitos de saúde e doença, processo saúde e doença, modelos de atenção à saúde através dos tempos, bem como sobre a história das Conferências de Promoção à Saúde e da Saúde Pública no Brasil, processo da Reforma Sanitária e a criação do SUS, princípios, diretrizes e legislação do SUS, discussões e reflexões sobre o conceito de saúde pública e saúde coletiva e, por fim sobre os fundamentos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento das práticas educativas em saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BERTOLLI FILHO, C. <i>História da saúde pública no Brasil</i> . 5. ed. São Paulo: Ática; 2011. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. MELO, Enirtes C. P.; CUNHA, Fátima T. S. <i>Fundamentos da saúde</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COSTA, Dina Czeresnia; FREITAS, Carlos Machado, (Org.). <i>Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências</i> . 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009. DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. <i>Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. VASCONCELOS, Eymard Mourão. <i>Educação popular e atenção à saúde da família</i> . 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0395	CONTEXTO SOCIAL E PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM I: HISTÓRIA DA ENFERMAGEM	45
EMENTA		
Os diferentes espaços do viver humano e o processo saúde-doença como componente deste viver histórico e suas relações com a enfermagem e a sociedade. Evolução histórica da prática de enfermagem. Entidades de classe da Enfermagem. Teorias de enfermagem.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para a compreensão dos diferentes espaços do viver humano e o processo saúde - doença como componente deste viver histórico e suas relações com a enfermagem e a sociedade, bem como a evolução histórica da prática de enfermagem, as entidades de classe da enfermagem e as teorias de enfermagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GEOVANINI, Telma. <i>História da enfermagem: versões e interpretações</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. MCEWEN, Melanie. <i>Bases teóricas de enfermagem</i> . 4. Porto Alegre ArtMed 2016. OGUISSO, Taka. <i>Trajetória histórica da enfermagem</i> . Barueri, SP: Manole, 2014		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FERNANDES, Michelle; SILVA, Maria Júlia Paes da. <i>Cuidar em enfermagem é assim</i> . São Caetano do Sul: Difusão, 2010. LIMA, Maria José de. <i>O que é enfermagem</i> . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005. OGUISSO, Taka. <i>Trajetória histórica e legal da enfermagem</i> . 2. ed., rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2007.		



2º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA205	SEMINÁRIO INTEGRADOR I	15
EMENTA		
Integração dos conteúdos dos diferentes CCRs. Elaboração, análise, reflexão e debate sobre situações e casos da área da saúde. Promoção da interdisciplinaridade.		
OBJETIVO		
Integrar os conteúdos desenvolvidos nos diferentes CCRs da fase, por meio da elaboração, da análise, da reflexão e do debate sobre situações e casos da área da saúde, estabelecendo a interdisciplinaridade e a interlocução entre os docentes e discentes.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALBERTS, B. <i>Fundamentos da biologia celular</i> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. GUSSO, G.; LOPES, J. M. C (Org.). <i>Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática</i> . Porto Alegre, RS: Artmed, 2012. NETTER, F. H. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOFF, L. <i>Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra</i> . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. BOTELHO, J. B. <i>História da Medicina: da abstração à materialidade</i> . 3. ed. Valer Editora, 2013. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. <i>Fundamentos de metodologia científica</i> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. <i>Anatomia orientada para clínica</i> . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. REALE, G.; ANTISERI, D. <i>História da filosofia</i> . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2007.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0769	EMBRIOLOGIA E HISTOLOGIA BÁSICA	60
EMENTA		
Gametogênese. Fecundação, fertilização e implantação. Anexos embrionários. Características morfofuncionais dos estágios embrionário e fetal humanos. Teratogênese. Principais anomalias resultantes do desenvolvimento embrionário anormal. Classificação histológica dos tecidos. Origem dos tecidos e hemocitopoese. Histofisiologia básica dos tecidos. Técnicas citológicas e histológicas.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreender os principais mecanismos estruturais e funcionais envolvidos nos estágios da reprodução humana, desde a gametogênese até o nascimento, bem como o desenvolvimento e a estrutura microscópica na composição dos tecidos, órgãos e sistemas do corpo humano.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MOORE, Keith L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA, Mark G. <i>Embriologia Básica</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159020 . GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. <i>Tratado de histologia em cores</i> . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007. JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. <i>Histologia básica: texto e atlas</i> . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SADLER, T. W. Langman <i>Embriologia Médica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737289 . KIERSZENBAUM, Abraham L.; TRES, Laura L. <i>Histologia e Biologia Celular - Uma Introdução à Patologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595158399 . OVALLE, William. <i>Netter Bases da Histologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2014. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151901 .		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1724	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60
EMENTA		
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.		
OBJETIVO		
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lúlio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1035	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.		
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.		
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.		
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.		
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.		
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.		
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0770	ANATOMIA I	45
EMENTA		
Introdução ao estudo da anatomia humana. Anatomia do sistema esquelético. Anatomia do sistema articular. Anatomia do sistema muscular. Anatomia do sistema tegumentar. Anatomia do sistema nervoso: divisão, neurônio e tipos de neurônio, fibras nervosas. Órgãos dos sentidos: visão, audição e equilíbrio.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreensão da organização morfológica do aparelho locomotor, do sistema tegumentar, do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
NETTER, Frank H. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2019. TORTORA, Gerard J; NIELSEN, Mark T. <i>Princípios de Anatomia Humana</i> , 14ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734868 . DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. <i>Anatomia humana: sistêmica e segmentar</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MACHADO, Angelo; HAERTEL, Lucia Machado. <i>Neuroanatomia funcional</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2015. COUTINHO, Andreia Orjana Ribeiro; COSTA, Aline do Amaral Zils; SILVA, Márcio Haubert da. <i>Anatomia aplicada à enfermagem</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028265 . GRAAFF, Kent M. Van de. <i>Anatomia Humana</i> . Barueri: Manole, 2003. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520452677 .		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0771	FISIOLOGIA E BIOFÍSICA I	60
EMENTA		
Transporte de membrana. Bioeletrogênese e potencial de ação. Sinapses e junções neuro-musculares. Biofísica e fisiologia do sistema muscular. Biofísica e fisiologia do sistema tegumentar. Biofísica e fisiologia do sistema nervoso: sistemas sensorial e motor, sistema nervoso autônomo.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreender os princípios biofísicos e mecanismos fisiológicos gerais da homeostase e da bioeletrogênese, bem como os principais mecanismos de regulação orgânica dos sistemas tegumentar, sensorial e motor.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COSTANZO, Linda. <i>Fisiologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151642 . KOEPPEN, Bruce M. Berne e Levy. <i>Fisiologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151406 . SILVERTHORN, Dee Unglaub. <i>Fisiologia humana: uma abordagem integrada</i> . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HALL, John E.; HALL, Michael E. Guyton & Hall. <i>Tratado de Fisiologia Médica</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595158696 . CURI, Rui; PROCOPIO, Joaquim. <i>Fisiologia Básica</i> , 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527732307 . TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. <i>Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia</i> . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. xxviii, 676 p. ISBN 9788582713631 (enc.).		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0396	SAÚDE COLETIVA I: POLÍTICAS DE SAÚDE	45
EMENTA		
Histórico, conceito e estrutura organizacional dos programas/políticas de saúde no contexto brasileiro. O papel do enfermeiro na efetivação dos principais programas/políticas de saúde na área de atenção à saúde, tais como saúde da mulher, criança, escolar, adolescente, adulto, idoso, prevenção e controle das DSTs/AIDS, tuberculose, hanseníase, saúde mental, saúde bucal, saúde do homem, saúde indígena, entre outros.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita compreender o histórico, conceito e estrutura organizacional dos programas/políticas de saúde no contexto brasileiro, discutir e refletir sobre o papel do enfermeiro na efetivação dos principais programas/políticas de saúde na área de atenção à saúde, tais como saúde da mulher, criança, escolar, adolescente, adulto, idoso, prevenção e controle das DSTs/AIDS, tuberculose, hanseníase, saúde mental, saúde bucal, saúde do homem, saúde indígena, entre outros.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 871 p. ISBN 852710704-X. Coletivo Vozes Indígenas na Saúde Coletiva. <i>Vozes indígenas na produção do conhecimento: para um diálogo com a saúde coletiva</i> . Editora Hucitec, 2022. FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de (Org.). <i>Ensinando a cuidar em saúde pública</i> . 2. ed. São Paulo, SP: Yendis, 2012. xx, 427 p. (Práticas de enfermagem). ISBN 9788577282685. PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de, (Org.). <i>Saúde coletiva: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro, RJ: MedBook, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (Org). <i>Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013. DESLANDES, Suely Ferreira (Org). <i>Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas</i> . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. <i>Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. PAIXÃO, Marcelo. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0397	CONTEXTO SOCIAL E PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM II: ÉTICA E BIOÉTICA PROFISSIONAL	30
EMENTA		
A ética e a bioética como exigências interdisciplinares no trabalho em saúde. Comportamento moral e ético do profissional enfermeiro. Legislação e código de ética da enfermagem. Legislação do ensino e do exercício da enfermagem. Penalidades, processos éticos e infrações. Preceitos éticos das pesquisas com seres humanos. Direitos humanos em saúde.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre a ética e bioética como exigências interdisciplinares no trabalho em saúde, o comportamento moral e ético do profissional enfermeiro, a legislação e código de ética da enfermagem, a legislação do ensino e do exercício da enfermagem, as penalidades, processos éticos e infrações, bem como sobre os preceitos éticos das pesquisas com seres humanos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GELAIN, Ivo. <i>A ética, a bioética e os profissionais de enfermagem</i> . 4. ed. ampl. e atual. São Paulo: EPU, 2010. LEONARDI, Victor. <i>Violência e direitos humanos nas fronteiras do Brasil: história social da aids, das drogas e de sua prevenção</i> . Brasília, DF: Paralelo 15, 2007. OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; TELES, Nair; CASARA, Rubens Roberto Rebello. <i>Direitos Humanos e Saúde: reflexões e possibilidades de intervenção</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. OGUISSO, Taka. <i>O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal</i> . 5. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018. SOUZA, Eduardo Neves da Cruz de. <i>Legislação e exercício profissional</i> . Porto Alegre SER - SAGAH 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
OGUISSO, Taka. <i>Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde</i> . 2. São Paulo Manole 2017. REGO, Sérgio; PALÁCIOS, Marisa; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. <i>Bioética para profissionais da saúde</i> . Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009. SANTANA, Júlio César Batista; DUTRA, Bianca Santana; CAMPOS, Ana Cristina Viana. <i>Conflitos éticos na área da saúde: como lidar com esta situação?</i> São Paulo: Iátria, 2012.		



3º Nível

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0678	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.		
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.		
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.		
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.		
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.		
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.		
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.		
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.		
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.		
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.		
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.		
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.		
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.		
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.		
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.		
IANNI, O. Estado e capitalismo . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.		



LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0772	ANATOMIA II	60
EMENTA		
Anatomia do sistema cardiovascular. Anatomia do sistema respiratório. Anatomia do sistema urinário. Anatomia do sistema digestório. Anatomia dos sistemas genital masculino e feminino. Anatomia do sistema endócrino.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreensão da organização morfológica dos sistemas cardiovascular, respiratório, digestório, urinário, genital e endócrino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
NETTER, Frank H. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2019. TORTORA, Gerard J; NIELSEN, Mark T. <i>Princípios de Anatomia Humana</i> , 14ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734868 . DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. <i>Anatomia humana: sistêmica e segmentar</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SOBOTTA, Johannes. <i>Atlas de anatomia humana</i> . 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 3 v. COUTINHO, Andreia Orjana Ribeiro; COSTA, Aline do Amaral Zils; SILVA, Márcio Haubert da. <i>Anatomia aplicada à enfermagem</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028265 . GRAAFF, Kent M. Van de. <i>Anatomia Humana</i> . Barueri: Manole, 2003. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520452677 .		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0773	FISIOLOGIA E BIOFÍSICA II	60
EMENTA		
Biofísica e fisiologia do sistema cardiovascular: do meio interno e do sangue. Biofísica e fisiologia do sistema respiratório. Biofísica e fisiologia do sistema urinário. Biofísica e fisiologia do sistema digestório. Biofísica e fisiologia dos sistemas genital masculino e feminino. Biofísica e fisiologia do sistema endócrino.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreender os princípios biofísicos e os mecanismos fisiológicos básicos que regem a função dos sistemas cardiovascular, respiratório, urinário, digestório, renal e metabólico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COSTANZO, Linda. <i>Fisiologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151642 . KOEPPEN, Bruce M. Berne e Levy. <i>Fisiologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151406 . SILVERTHORN, Dee Unglaub. <i>Fisiologia humana: uma abordagem integrada</i> . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HALL, John E.; HALL, Michael E. Guyton & Hall. <i>Tratado de Fisiologia Médica</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595158696 . CURI, Rui; PROCOPIO, Joaquim. <i>Fisiologia Básica</i> , 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527732307 . TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. <i>Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia</i> . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0398	EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA	60
EMENTA		
Conceitos básicos, princípios e aspectos históricos da Epidemiologia e da Bioestatística. Medidas de ocorrência e indicadores de saúde. Fontes de dados para os indicadores de saúde. Testes diagnósticos. População, amostra, validade externa e interna de estudos epidemiológicos. Causalidade, medidas de associação e de impacto. Delineamentos de estudos epidemiológicos. Saúde Baseada em Evidências. Análise de dados e interpretação de resultados.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para compreensão e utilização da epidemiologia e da bioestatística na atenção de saúde e em estudos científicos, visando à utilização dessas ferramentas na orientação do planejamento, execução e avaliação da atenção à saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M. L. <i>Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos e aplicações</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. GORDIS, L. <i>Epidemiologia</i> . 5ª edição. Rio de Janeiro, Thieme revinter publicações, 2017. MEDRONHO, R. A.; BOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. <i>Epidemiologia</i> . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. <i>Epidemiologia clínica: elementos essenciais</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. <i>Epidemiologia e saúde</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. VIEIRA, Sonia. <i>Introdução à Bioestatística</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595158566 Acesso em: 29 de Mar 2022.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0774	PARASITOLOGIA E MICROBIOLOGIA	60
EMENTA		
Introdução à microbiologia. Características gerais de bactérias, fungos e vírus: biologia, manifestações clínicas, epidemiologia, diagnóstico e prevenção. Infecções hospitalares. Características gerais de protozoários, helmintos, artrópodes e moluscos de interesse clínico: biologia, manifestações clínicas, epidemiologia, diagnóstico e prevenção.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para identificar as características morfológicas e compreender os mecanismos funcionais dos principais micro-organismos e parasitos de importância clínica e os processos de transmissão, patogenia e profilaxia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MURRAY, Patrick R; ROSENTHAL, Ken S.; PFALLER, Michael A. <i>Microbiologia médica</i> . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. xiv, 873 p. ISBN 9788535271065 (Broch.). LEVINSON, Warren. <i>Microbiologia Médica e Imunologia</i> . Porto Alegre: AMGH, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555578 . REY, Luís. <i>Bases da parasitologia médica</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. <i>Microbiologia</i> . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p. ISBN 9788536326061 (Enc.). MURRAY, Patrick R. <i>Microbiologia Médica Básica</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151758 . FEREIRA, Marcelo Urbano. <i>Parasitologia Contemporânea</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737166 .		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0399	CONTEXTO SOCIAL E PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM III: METODOLOGIAS DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	45
EMENTA		
Principais metodologias assistenciais da enfermagem: consulta de enfermagem, grupos, visita domiciliar, sala de espera. Observação, princípios e métodos científicos, criatividade, comunicação, trabalho em equipe, planejamento, avaliação, destreza e habilidade psicomotora.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre as principais metodologias assistenciais da enfermagem: consulta de enfermagem, grupos, visita domiciliar, sala de espera, observação, princípios e métodos científicos, criatividade, comunicação, trabalho em equipe, planejamento, avaliação, destreza e habilidade psicomotora.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARRARO, Telma Elisa; WESTPHALEN, Mary E.A. (Organizador). <i>Metodologias para a assistência de enfermagem: teorizações, modelos e subsídios para a prática</i> . Goiânia: AB, 2001. SANTOS, Álvaro da Silva. <i>Saúde coletiva: linhas de cuidado e consulta de enfermagem</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2012. SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. <i>Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática</i> . 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. <i>Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. VASCONCELOS, Eymard Mourão. <i>Educação popular e atenção à saúde da família</i> . 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.		



4º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA209	SEMINÁRIO INTEGRADOR II	15
EMENTA		
Integração dos conteúdos dos diferentes CCRs. Elaboração, análise, reflexão e debate sobre situações e casos da área da saúde. Promoção da interdisciplinaridade.		
OBJETIVO		
Integrar os conteúdos desenvolvidos nos diferentes CCRs da fase, por meio da elaboração, da análise, da reflexão e do debate sobre situações e casos da área da saúde, estabelecendo a interdisciplinaridade e a interlocução entre os docentes e discentes.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUIMARÃES, H. P.; LOPES, R. D.; LOPES, A. C (Ed.). <i>Tratado de medicina de urgência e emergência: pronto-socorro e UTI</i> . São Paulo: Atheneu, 2010. GUSSO, G.; LOPES, J. M. C (Org.). <i>Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática</i> . Porto Alegre, RS: Artmed, 2012. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. <i>Histologia básica: texto & atlas</i> . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. <i>Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia</i> . São Paulo: Cortez, 2007. ASSEF, J. C. <i>Emergências cirúrgicas: traumáticas e não traumáticas, condutas e algoritmos</i> . São Paulo: Atheneu, 2012. BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. <i>Estatística Básica</i> . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CRESPO, A. A. <i>Estatística Fácil</i> . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. <i>Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia</i> . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0678	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520 : Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, Ingedore V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V. I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0679	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papirus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0775	IMUNOLOGIA	30
EMENTA		
Conceitos básicos, estrutura e organização do sistema imune. Resposta imune celular e humoral. Imunoglobulinas e Complemento. Processamento e apresentação de antígenos. Interações antígeno-anticorpo. Respostas contra micro-organismos. Tumores, doenças auto-imunes e imunodeficiências. Imunologia dos transplantes. Hipersensibilidades. Imunoprevenção. Imunoensaios.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para descrever as características das estruturas e compreender os mecanismos funcionais do sistema imune, relacionados com a manutenção da homeostase e com os processos patológicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. <i>Imunologia Básica - Funções e Distúrbios do Sistema Imunológico</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595158672 . SILVA, Wilmar Dias da; MOTA, Ivan; BIER, Otto. <i>Imunologia básica e aplicada</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. DELVES, Peter J. <i>ROITT - Fundamentos de Imunologia</i> , 13ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527733885 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LEVINSON, Warren. <i>Microbiologia Médica e Imunologia</i> . Porto Alegre: AMGH, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555578 . MURPHY, Kenneth. <i>Imunobiologia de Janeway</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2014. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710401 . PARSLOW, Tristram G. (Ed. [et al]). <i>Imunologia médica</i> . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0400	PATOLOGIA	60
EMENTA		
Conceitos gerais em patologia. Processos adaptativos e degenerativos: necroses, pigmentações e calcificações patológicas. Infecções e inflamações agudas e crônicas. Regeneração e reparação tecidual. Alterações hemodinâmicas. Características gerais das neoplasias. Estudo de exames laboratoriais nos casos de infecção, inflamação, desnutrição e anemias.		
OBJETIVOS		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para conhecer a etiologia, a patogênese e as alterações morfológicas, macro e microscópicas do organismo humano e suas repercussões funcionais dos principais agravos à saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MITCHELL, Richard. Robbins & Cotran. <i>Fundamentos de Patologia</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151796 . KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K; ASTER, Jon C. Robbins. <i>Patologia básica</i> . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. BRASILEIRO FILHO, Geraldo (Ed.). Bogliolo. <i>Patologia</i> . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul; ASTER, Jon. Robbins & Cotran. <i>Patologia - Bases Patológicas das Doenças</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150966 . FELIN, Izabela Paz Danezi. <i>Patologia Geral em mapas conceituais</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2016. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151505 . HANSEL, Donna E.; DINTZIS, Renee Z. <i>Fundamentos de Rubin - Patologia</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2491-3		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0401	FUNDAMENTOS PARA O CUIDADO PROFISSIONAL I: SEMILOGIA E SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM	90
EMENTA		
Compreensão, avaliação, observação e interpretação do cuidado da enfermagem. Desenvolvimento de instrumentos que complementam a assistência de enfermagem. O processo integral do exame físico no cuidado humano. A assistência da enfermagem por meio da semiologia e semiotécnica. Atividades teórico-práticas.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão, avaliação, observação e interpretação do cuidado da enfermagem utilizando para isso o planejamento da assistência de enfermagem por meio da semiologia e semiotécnica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ATKINSON, Leslie D.; MURRAY, Mary Ellen. <i>Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem</i> . Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.		
ANDRIS, Deborah A. <i>Semiologia: bases para a prática assistencial</i> . Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.		
MOYET-CARPENTINO, Lynda Juall; REGINA MACHADO GARCEZ (TRAD.). <i>Diagnóstico de enfermagem: aplicação à prática clínica</i> . 13.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda; THORELL, Ana (Trad). <i>Aplicação do processo de enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico</i> . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.		
BARROS, Alba Lucia Botura Leite de (Org.). <i>Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2021.		
KAWAMOTO, Emilia Emi. <i>Fundamentos de enfermagem</i> . 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2011.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0402	SAÚDE COLETIVA II: VIGILÂNCIA À SAÚDE	45
EMENTA		
O papel do enfermeiro no desenvolvimento dos principais programas/políticas de saúde na área de vigilância à saúde, quais sejam, vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. Estudo dos fatores ambientais relacionados ao cuidado de enfermagem.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo sobre o papel do enfermeiro no desenvolvimento dos principais programas/políticas de saúde na área de vigilância à saúde, quais sejam, vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.		
FREITAS, Carlos Machado de et al. <i>Mudanças climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz/Saúde Amanhã, 2019.		
GIATTI, Leandro Luiz (Org.). <i>Fundamentos de saúde ambiental</i> . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.		
PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de, (Org.). <i>Saúde coletiva: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro, RJ: MedBook, 2014.		
PAPINI, S. <i>Vigilância em Saúde Ambiental - Uma Nova Área da Ecologia</i> . 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Atheneu; 2012.		
PEREIRA, Maurício Gomes. <i>Epidemiologia: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 1995.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. <i>Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações</i> . RJ: Guanabara Koogan, 2012.		
BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Vigilância em Saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose</i> . 2. d. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.		
MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Maurício. <i>Território, ambiente e saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.		
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da, (Org.). <i>Rouquayrol epidemiologia & saúde</i> . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: MedBook, 2018.		
TESTA, Marcelo. <i>Legislação ambiental e do trabalhador</i> . São Paulo: Pearson, 2015. E-book.		



5º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0403	FUNDAMENTOS PARA O CUIDADO PROFISSIONAL II: PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE ENFERMAGEM E PRIMEIROS SOCORROS	90
EMENTA		
Formas de aplicação dos primeiros socorros em situações de emergência. Os procedimentos básicos de enfermagem para o atendimento das necessidades dos sujeitos. Desenvolvimento e sistematização da assistência de enfermagem. Atividades teórico- práticas.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão das diferentes formas de aplicação dos primeiros socorros em situações de emergência, os procedimentos básicos de enfermagem para o atendimento das necessidades dos sujeitos, bem como o desenvolvimento e sistematização da assistência de enfermagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HAUBERT, Márcio. <i>Primeiros socorros</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2018. POTTER, Patricia Ann et al. <i>Fundamentos de enfermagem</i> . Rio de Janeiro GEN Guanabara Koogan, 2018. SILVA, Eneida Rejane Rabelo da; LUCENA, Amália de Fátima (Org.). <i>Diagnósticos em enfermagem com base em sinais e sintomas</i> . Porto Alegre ArtMed, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBINO, Maria Rubia. <i>Urgências e emergências</i> . Florianópolis, SC: Editora Papa-Livro, 2003. SILVA, Eneida Rejane Rabelo da; LUCENA, Amália de Fátima (Org.). <i>Diagnósticos em enfermagem com base em sinais e sintomas</i> . Porto Alegre ArtMed, 2011. WHITE, Lois; DUNCAN, Gena; BAUMLE, Wendy. <i>Fundamentos de enfermagem básica</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0404	CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: PAPEL DO ENFERMEIRO NO EACS E ESF	135
EMENTA		
O papel do enfermeiro nos principais programas/políticas de saúde da área estratégica, quais sejam, Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família. Aprofundamento das discussões e reflexões sobre a educação em saúde. Atividades teórico-práticas e de extensão. Identificação dos fatores ambientais relacionados ao cuidado de enfermagem.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão acerca do papel do enfermeiro nos principais programas/políticas de saúde da área estratégica, quais sejam, Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde Família, bem como o aprofundamento das discussões e reflexões sobre a educação em saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIATTI, Leandro Luiz (Org.). <i>Fundamentos de saúde ambiental</i> . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.		
FREITAS, Carlos Machado de et al. <i>Mudanças climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz/Saúde Amanhã, 2019.		
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). <i>Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas</i> . Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.		
PAIM, Jairnilson Silva. <i>Saúde coletiva: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro: MedBook. 2014.		
SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. <i>Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática.2</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.		
VASCONCELOS, Eymard Mourão. <i>Educação popular e atenção à saúde da família</i> . 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRADE, Selma Maffei de (Org.). <i>Bases da saúde coletiva</i> . 2. ed. rev. e ampl. Londrina, PR: Eduec, 2017.		
CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (Org.). <i>Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.		
MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Maurício. <i>Território, ambiente e saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.		
TESTA, Marcelo. <i>Legislação ambiental e do trabalhador</i> . São Paulo: Pearson, 2015. E-book.		
ROCHA, R. M. G. A. Construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. (Org.). <i>Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina</i> . Brasília. UnB, 2001		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0776	FARMACOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM	75
EMENTA		
Conceitos e princípios básicos em farmacologia. Vias de administração, absorção, distribuição, metabolização e eliminação de drogas no organismo. Mecanismo de ação de drogas no organismo. Mediadores químicos. Farmacologia do sistema nervoso autônomo. Farmacologia do sistema nervoso central. Fármacos que atuam no sistema cardiovascular, respiratório e endócrino. Farmacologia da dor e inflamação. Farmacologia do trato gastrointestinal. Fármacos que atuam nos processos infecciosos e do câncer. Toxicidade, dependência e abuso de fármacos (drogas). Interações fármaco-fármaco e fármaco-nutrientes. Cálculo farmacológico.		
OBJETIVOS		
Compreender os processos biológicos que possibilitam a ação de fármacos nos diferentes mecanismos fisiológicos dos sistemas orgânicos, bem como as reações adversas, interações medicamentosas e suas implicações na prática clínica da atuação do enfermeiro.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
RANG & DALE. <i>Farmacologia</i> . 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: GEN Guanabara Koogan, 2020. KATZUNG, Bertram; MASTERS, Susan; TREVOR, Anthony. <i>Farmacologia Básica e Clínica</i> . Porto Alegre: AMGH, 2017. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555974 . GOLAN, David E. <i>Princípios de Farmacologia - A Base Fisiopatológica da Farmacologia</i> . 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2600-9 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
STAHL, Stephen M. <i>Psicofarmacologia - Bases Neurocientíficas e Aplicações Práticas</i> . 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2629-0 . GILMAN, Alfred Goodman; BRUNTON, Laurence L.; CHABNER, Bruce A.; KNOLL-MANN, Björn C. (Org.). <i>As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman</i> . 12. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2012. ASPERHEIM, M. K. <i>Farmacologia para Enfermagem</i> . 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1972	PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE	30
EMENTA		
Conceito, objeto, estruturação científica e campos de aplicação da ciência psicológica. Teorias psicológicas e do desenvolvimento humano.		
OBJETIVOS		
Compreender conceito, objeto, estruturação científica e campos de aplicação da ciência psicológica, das Teorias psicológicas e do desenvolvimento humano.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOCK, ANA M. B.; FURTADO, ODAIR; TEIXEIRA, MARIA de LOURDES T. <i>Psicologias</i> . 8ª edição. SP, Saraiva, 1995. ENDERLE, Carmem. <i>Psicologia do Desenvolvimento</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. FIGUEIREDO, L C M. <i>Matrizes do Pensamento Psicológico</i> . Petrópolis, Vozes, 1991. PAPALIA, D.E. e OLDS, S.W. <i>Desenvolvimento humano</i> . 7a. ed. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AMARANTE, P. <i>Archivos de saúde mental e atenção psicossocial</i> . Rio de Janeiro, NAU Editora, 2003. DAVIDOFF, L.L. <i>Introdução à psicologia</i> . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 2001. LANE, S.T.M. & CODO, W. <i>Psicologia social: o homem em movimento</i> . São Paulo: Brasiliense, 1984. SPINK, M. J. <i>Psicologia Social e Saúde: práticas, saberes e sentidos</i> . 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0405	APRENDIZAGEM VIVENCIAL	30
EMENTA		
Aprofundamento dos estudos sobre o desenvolvimento da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) em diferentes cenários de atuação do profissional enfermeiro. Aprimoramento das competências e habilidades inerentes a este processo. Atividades teórico-práticas e de extensão.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita o aprofundamento dos estudos sobre o desenvolvimento da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) em diferentes cenários de atuação do profissional enfermeiro, bem como o aprimoramento das competências e habilidades inerentes a este processo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). <i>Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas</i> . Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.		
MOYET-CARPENTINO, Lynda Juall. <i>Planos de cuidados de enfermagem e documentação: diagnósticos de enfermagem e problemas colaborativos</i> . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011.		
SILVA, Roberto Carlos Lyra da; SANTIAGO, Luiz Carlos (Orgs.). <i>Semiologia em enfermagem</i> . São Paulo, SP: Roca, 2011.		
TANNURE, Meire Chucre; GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. <i>SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARROS, Alba Lucia Botura Leite de (Org.). <i>Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2021.		
FREIRE, Paulo. <i>Extensão ou comunicação</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.		
MOYET-CARPENTINO, Lynda Juall; REGINA MACHADO GARCEZ (TRAD.). <i>Diagnóstico de enfermagem: aplicação à prática clínica</i> . 13.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.		
HINKLE, Janice L. & CHEEVER, Kerry H. <i>Brunner & Suddarth: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i> . 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.		
VASCONCELOS, E. M. Educação Popular e o movimento de transformação da formação universitária no campo da saúde. In: Vasconcelos EM, Cruz PJSC, organizadores. <i>Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência</i> . São Paulo: Hucitec; 2011.		



6º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0406	O CUIDADO NO PROCESSO DE VIVER HUMANO I: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO ADULTO E IDOSO	270
EMENTA		
A assistência de enfermagem ao adulto e idoso nas intercorrências clínicas e cirúrgicas, nos processos agudos e crônicos. A assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Aspectos fundamentais do pré e pós-anestésico. As dinâmicas do centro de materiais esterilizados. Planejamento, implementação e avaliação da assistência, na perspectiva da prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde. A assistência de enfermagem ao sujeito, família e comunidade, abrangendo diferentes circunstâncias étnico-raciais. Atividades teórico-práticas e de extensão.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão da assistência de enfermagem ao adulto e idoso, nas intercorrências clínicas e cirúrgicas, nos processos agudos e crônicos, bem como a sua família e comunidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000. DAVID, Emiliano de Camargo. <i>Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil</i> . 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2023. FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de (Org.). <i>Ensinando a cuidar em saúde pública</i> . 2. ed. São Paulo, SP: Yendis, 2012. HINKLE, Janice L. & CHEEVER, Kerry H. <i>Brunner & Suddarth: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i> . 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. MELO, N. J. F. Extensão popular . João Pessoa: Editora UFPB; 2006. NUNES, Maria Inês. <i>Enfermagem em geriatria e gerontologia</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. PAIXÃO, Marcelo. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOUCHER, Mary Ann. <i>Enfermagem médico-cirúrgica</i> . 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. DOENGES, Marilyn E. <i>Diagnóstico de enfermagem</i> . 14ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. PAULA, Admilson Soares de. <i>Cuidado integral à saúde do adulto</i> . v. 1. Porto Alegre: SAGAH, 2019.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA I	60
EMENTA		
Componente Curricular a ser cursado dentre os elencados no quadro de componentes optativos de ementa fechada.		
OBJETIVO		
Oportunizar a flexibilidade curricular ao estudante. Objetivo de acordo com o CCR a ser cursado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



7º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0407	O CUIDADO NO PROCESSO DE VIVER HUMANO II: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA, ADOLESCENTE E MULHER	270
EMENTA		
A assistência de enfermagem no contexto das políticas de atenção à saúde da criança, do adolescente, da mulher e da família em diferentes circunstâncias étnico-raciais. O nascimento como processo individual e social e o cuidado à família neste processo. O cuidado à criança, ao adolescente e à sua família no processo de viver, nas intercorrências clínicas agudas e crônicas e no contexto da atenção básica, domiciliar e hospitalar, em ações de promoção, prevenção de intercorrência e recuperação da saúde. Caracterização do cuidado de enfermagem à mulher com ações interdisciplinares nos diferentes níveis. Estudos e aprofundamentos fisiopatológicos relacionados à integralidade dos ciclos de vida da mulher. Intervenções teórico-práticas no processo saúde/doença no contexto da criança e da mulher. Estudos da assistência sistematizada da enfermagem à criança e à mulher, em diferentes contextos familiares, comunitários e institucionais. Atividades teórico-práticas e de extensão.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre a assistência de enfermagem no contexto das políticas de atenção à saúde da criança, do adolescente, da mulher e da família.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÊS, Ana Llonch. <i>Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital</i> . São Paulo: Manole, 2008. BARROS, Sonia Maria Oliveira de (Org). <i>Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial</i> . 2. ed. São Paulo: Roca, 2009. CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. <i>Caminhos da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)</i> / Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos. — 1. ed. — São Paulo: Hucitec, 2017. DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva (org.). <i>A Cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: autoatenção e medicalização entre os índios Munduruku</i> . 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. PAIXÃO, Marcelo. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. RICCI, Susan Scott. <i>Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher</i> . 4. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ENGEL, Joyce. <i>Avaliação em pediatria</i> . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Reichmann & Affonso editores, 2002. MELO, N. J. F. <i>Extensão popular</i> . João Pessoa: Editora UFPB; 2006. SARTORI, Amanda Caroline. <i>Cuidado integral à saúde da mulher</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2019. SIGAUD, Cecília Helena de Siqueira; VERÍSSIMO, Maria De La Ó Ramallo (Org). <i>Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente</i> . São Paulo: E.P.U., 1996.		



VASCONCELOS, E. M. Educação Popular e o movimento de transformação da formação universitária no campo da saúde. In: Vasconcelos E. M, Cruz PJSC, organizadores. *Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência*. São Paulo: Hucitec, 2011.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA II	60
EMENTA		
Componente Curricular a ser cursado dentre os elencados no quadro de componentes optativos de ementa fechada.		
OBJETIVO		
Oportunizar a flexibilidade curricular ao estudante. Objetivo de acordo com o CCR a ser cursado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0408	TRABALHO DE CURSO I	60
EMENTA		
Desenvolvimento da pesquisa como instrumento de apreensão e produção do conhecimento. Aprofundamento da capacidade de fundamentação dos princípios da pesquisa, do método científico e das técnicas na investigação em saúde e enfermagem. Elaboração do Projeto de Trabalho de Curso segundo a regulamentação do Curso de Enfermagem. Normalização de Trabalhos Acadêmicos na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Regulamentação da pesquisa na UFFS. Tipos de Pesquisa. Ética em Pesquisa.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar os estudantes para o aprofundamento da capacidade de fundamentação dos princípios da pesquisa, do método científico e das técnicas na investigação em saúde e enfermagem, assim como acompanhar os acadêmicos na elaboração do projeto de pesquisa para o TC, de acordo com as normativas vigentes na UFFS e os princípios éticos e metodológicos da pesquisa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653 . LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580 . POLIT, Denise F. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de Evidências para a Prática da Enfermagem. Porto Alegre: ArtMed, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714904 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COUTINHO, Clara Pereira. <i>Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática</i> . São Paulo: Grupo Almedina, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724056104 . GORDIS, L. <i>Epidemiologia</i> . 5ª edição. Rio de Janeiro: Thieme revinter publicações, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Metodologia Científica</i> . Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670 .		



8º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0409	O CUIDADO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA	90
EMENTA		
A Política Nacional de Saúde Mental e reforma psiquiátrica. O cuidado ao indivíduo, família e comunidade em ações de promoção e recuperação da saúde mental. Atenção integral aos sujeitos em sofrimento psíquico. Caracterização da rede de assistência à saúde mental. Atividades teórico-práticas e de extensão.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre a Política Nacional de Saúde Mental e reforma psiquiátrica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MARCOLAN, João Fernando. <i>Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar</i> . Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan 2013. ROCHA, R. M. G. A Construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. (Org.). <i>Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina</i> . Brasília: UnB, 2001. TOWNSEND, Mary C. <i>Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados na prática baseada em evidências</i> . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014. VIDEBECK, Sheila L. <i>Enfermagem em saúde mental e psiquiatria</i> . 5 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DALGALARRONDO, Paulo. <i>Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais</i> . 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2018. FUKUDA, Ilza Marlene Kuae. <i>Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais</i> . 2 ed. São Paulo: Manole, 2017. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). <i>Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas</i> . Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000. TAVARES, Marcus Luciano de Oliveira. <i>Saúde mental e cuidado de enfermagem em psiquiatria</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2019.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0410	O CUIDADO DE ENFERMAGEM AO ADULTO E IDOSO EM CONDIÇÃO CRÍTICA DE SAÚDE	120
EMENTA		
O cuidado intensivo e de emergência ao indivíduo adulto e idoso em condição crítica de saúde e sua família. Avaliação das condições críticas de saúde. Desenvolvimento da assistência de Enfermagem em unidades de Pronto Socorro, internações clínico- cirúrgicas e terapia intensiva. Conduta terapêutica e assistencial ao adulto e idoso em situação crítica. Organização dos ambientes/unidades críticas. Desenvolvimento da reflexão no atendimento ao adulto e idoso na captação e doação de órgãos. Atividades teórico-práticas.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre o cuidado intensivo e de emergência ao indivíduo adulto e idoso em condição crítica de saúde e sua família.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GOMES, Alice Martins. <i>Enfermagem na unidade de terapia intensiva</i> . 3. ed. São Paulo: E.P.U., 2008. PADILHA, Katia Grillo, et al. <i>Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico</i> . São Paulo: Manole, 2014. VOLPATO, Andrea Cristine Bressane; ABELHA, Cristiane Souza Vitor; SANTOS, Maria Aparecida Modesto dos (Org). <i>Enfermagem em emergência</i> . São Paulo, SP: Martinari, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SPRINGHOUSE. <i>Enfermagem de emergência</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. MORTON, Patricia Gonce. <i>Cuidados críticos em enfermagem: uma abordagem holística</i> . 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. SANTOS, Nívea Cristina Moreira. <i>Enfermagem em pronto atendimento: urgência e emergência</i> . São Paulo: Erica, 2014.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0411	GESTÃO E GERENCIAMENTO EM SAÚDE E ENFERMAGEM	120
EMENTA		
Noções gerais de gestão pública em saúde e gerenciamento em enfermagem. Elementos da gestão em saúde e gerenciamento em enfermagem. Modelos de gestão em saúde e cuidados em Enfermagem. Planejamento e avaliação em saúde e enfermagem. Atividades teórico-práticas.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre gestão pública em saúde e gerenciamento em enfermagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
KURCGANT, Paulina. <i>Gerenciamento em enfermagem</i> . 3. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. SALI, Enio Jorge. <i>Administração hospitalar no Brasil</i> . São Paulo: Manole, 2013. VECINA NETO, Gonzalo; MALIK, Ana Maria. <i>Gestão em saúde</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SANTOS, Álvaro da Silva. <i>Administração de enfermagem em saúde coletiva</i> . São Paulo: Manole, 2015. OLIVEIRA, Simone Machado Kühn de. <i>Gestão em enfermagem na atenção básica</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2019. SAMICO, Isabella et al. (Org.). <i>Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais</i> . Rio de Janeiro: MedBook, 2010.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0412	TRABALHO DE CURSO II	30
EMENTA		
Execução do projeto de pesquisa do Trabalho de Curso (TC) elaborado no componente curricular de TC I. Estrutura do volume final do TC – relatório de pesquisa.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar e acompanhar os acadêmicos na coleta de dados da pesquisa do TC, de acordo com as normativas vigentes na UFFS e os princípios éticos e metodológicos da pesquisa, na UFFS e no Curso de Enfermagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653		
LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580		
POLIT, Denise F. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de Evidências para a Prática da Enfermagem. Porto Alegre: ArtMed, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714904		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COUTINHO, Clara Pereira. <i>Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática</i> . São Paulo: Grupo Almedina, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724056104 .		
GORDIS, L. <i>Epidemiologia</i> . 5ª edição. Rio de Janeiro: Thieme revinter publicações, 2017.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Metodologia Científica</i> . Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670 .		



9º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0413	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	450
EMENTA		
Desenvolvimento das competências e habilidades inerentes ao futuro profissional Enfermeiro em hospitais gerais ou especializados, ou em ambulatorios, ou na rede básica de serviços de saúde, ou nas comunidades, entre outras. Compreensão da realidade das atividades desempenhadas pela Enfermagem nos diferentes contextos. Desenvolvimento de ações e estratégias que visam ao cuidado integral ao ser humano. Execução do planejamento das ações em saúde e enfermagem por meio do estágio supervisionado.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita o desenvolvimento das competências e habilidades inerentes ao futuro profissional Enfermeiro em hospitais gerais ou especializados, ou em ambulatorios, ou na rede básica de serviços de saúde, ou nas comunidades, entre outras.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
PAULA, Admilson Soares de. <i>Cuidado integral à saúde do adulto</i> . V. 1. Porto Alegre: SAGAH, 2019.		
SARTORI, Amanda Caroline. <i>Cuidado integral à saúde da mulher</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2019.		
SIGAUD, Cecília Helena de Siqueira; VERÍSSIMO, Maria De La Ó Ramallo (Org). <i>Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente</i> . São Paulo: E.P.U., 1996.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.		
KURCGANT, Paulina; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto (Coord.). <i>Gerenciamento em enfermagem</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.		
NUNES, Maria Inês. <i>Enfermagem em geriatria e gerontologia</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0414	TRABALHO DE CURSO III	30
EMENTA		
Sistematização e análise dos resultados do TC. Elaboração da redação final do TC segundo a regulamentação do Curso de Enfermagem. Seminário de socialização do TC.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar os acadêmicos na redação e divulgação dos resultados da pesquisa do TC, de acordo com as normativas vigentes na UFFS e os princípios éticos e metodológicos da pesquisa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIL, Antonio Carlos. <i>Como Elaborar Projetos de Pesquisa</i> . Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653 . LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de Metodologia Científica</i> . Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580 . POLIT, Denise F. <i>Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de Evidências para a Prática da Enfermagem</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2018. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714904 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COUTINHO, Clara Pereira. <i>Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática</i> . São Paulo: Grupo Almedina, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724056104 . GORDIS, L. <i>Epidemiologia</i> . 5 ed. Rio de Janeiro: Thieme revinter publicações, 2017. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Metodologia Científica</i> . Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670 .		



10º Nível

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0415	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	450
EMENTA		
Desenvolvimento das competências e habilidades inerentes ao futuro profissional enfermeiro em hospitais gerais ou especializados, em ambulatorios, na rede básica de serviços de saúde, nas comunidades, entre outros contextos. Compreensão da realidade das atividades desempenhadas pela enfermagem nos diferentes contextos. Desenvolvimento de ações e estratégias que visam ao cuidado integral ao ser humano. Execução do planejamento das ações em saúde e enfermagem por meio do estágio supervisionado.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita o desenvolvimento das competências e habilidades inerentes ao futuro profissional Enfermeiro em hospitais gerais ou especializados, em ambulatorios, na rede básica de serviços de saúde, nas comunidades, entre outros contextos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
PAULA, Admilson Soares de. <i>Cuidado integral à saúde do adulto</i> . V. 1. Porto Alegre: SAGAH, 2019.		
SARTORI, Amanda Caroline. <i>Cuidado integral à saúde da mulher</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2019.		
SIGAUD, Cecília Helena de Siqueira; VERÍSSIMO, Maria De La Ó Ramallo (Org). <i>Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente</i> . São Paulo: E.P.U., 1996.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.		
KURCGANT, Paulina; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto (Coord.). <i>Gerenciamento em Enfermagem</i> . Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2005.		
NUNES, Maria Inês. <i>Enfermagem em geriatria e gerontologia</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.		



8.6.2 Componentes curriculares optativos (com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa)

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA218	PRÁTICAS ALTERNATIVAS OU COMPLEMENTARES DE SAÚDE E A ENFERMAGEM	60
EMENTA		
Abordagem sobre as práticas alternativas ou complementares de saúde e sua relevância para a atuação do enfermeiro.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre as práticas alternativas ou complementares de saúde e sua relevância para a atuação do enfermeiro.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Selma Maffei de (Org.). <i>Bases da saúde coletiva</i> . 2. ed. rev. e ampl. Londrina, PR: Eduel, 2017. MACHADO, Marcella Gabrielle Mendes, et al. <i>Práticas integrativas e complementares em saúde</i> . Porto Alegre: Grupo A, 2021. NETTINA, Sandra M. <i>Manual de prática de enfermagem</i> . 3. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. <i>Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. PAIM, Jairnilson Silva. <i>Saúde coletiva: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro MedBook 2014.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0416	SAÚDE DO TRABALHADOR E AS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO	60
EMENTA		
Trabalho e modelo de sociedade. Causas de adoecimento e morte dos trabalhadores no Brasil. Doenças mais comuns em trabalhadores. Organização dos serviços de saúde do trabalhador. Planejamento em saúde do trabalhador. Tópicos aplicados ao curso.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre as causas de adoecimento e morte dos trabalhadores no Brasil, bem como sobre a organização dos serviços de saúde do trabalhador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa, (Org). <i>Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos relacionados ao trabalho</i> . Porto Alegre: Evangraf, 2014. MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. <i>Enfermagem do trabalho: programas, procedimentos e técnicas</i> . 4. São Paulo: Iátria 2012. SANTOS, Sérgio Valverde Marques dos. <i>Saúde do trabalhador</i> . Porto Alegre: SAGAH, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. DUNCAN, Bruce B.; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. <i>Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. PAIM, Jairnilson Silva. <i>Saúde coletiva: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro MedBook 2014.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0417	ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DOMICILIAR	60
EMENTA		
As formas de assistência domiciliar em regime de internação ou acompanhamento intermitente. A importância do ambiente domiciliar na recuperação do paciente. Os processos de alta e internação hospitalar assistida. Sistematização das ações da enfermagem em nível domiciliar.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre as formas de assistência domiciliar em regime de internação ou acompanhamento intermitente, bem como a importância do ambiente domiciliar na recuperação do paciente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda; THORELL, Ana (Trad). <i>Aplicação do processo de enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico</i> . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. ANDRADE, Selma Maffei de (Org.). <i>Bases da saúde coletiva</i> . 2. ed. rev. e ampl. Londrina, PR: Eduel, 2017. CARRARO, Telma Elisa; WESTPHALEN, Mary E.A. (Organizador). <i>Metodologias para a assistência de enfermagem: teorizações, modelos e subsídios para a prática</i> . Goiânia: AB, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ATKINSON, Leslie D.; MURRAY, Mary Ellen. <i>Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem</i> . Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. TANNURE, Meire Chucre; GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. <i>SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. MOYET-CARPENTINO, Lynda Juall; REGINA MACHADO GARCEZ (TRAD.). <i>Diagnóstico de enfermagem: aplicação à prática clínica</i> . 13.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA221	ENFERMAGEM E AS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS	60
EMENTA		
A relação da enfermagem com as principais doenças transmissíveis e não transmissíveis, como condição individual, social, cultural e ecológica na complexidade de vida e morte do ser humano.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre a relação da enfermagem com as principais doenças transmissíveis e não transmissíveis, como condição individual, social, cultural e ecológica na complexidade de vida e morte do ser humano.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Selma Maffei de (Org.). <i>Bases da saúde coletiva</i> . 2. ed. rev. e ampl. Londrina, PR: Eduel, 2017.		
PEREIRA, Maurício Gomes. <i>Epidemiologia: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 1995.		
PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de, (Org.). <i>Saúde coletiva: teoria e prática</i> . Rio de Janeiro, RJ: MedBook, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. <i>Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações</i> . Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2012.		
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Org.). <i>Tratado de saúde coletiva</i> . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.		
ROUQUAYROL, Maria Zélia; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da, (Org.). <i>Rouquayrol epidemiologia & saúde</i> . 8. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2018.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA222	PROJETO DE PRÁTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE E ENFERMAGEM	60
EMENTA		
A construção do saber na Enfermagem: o uso de teorias de enfermagem e de outras áreas do conhecimento aplicadas no cotidiano profissional. Viabilização da relação ensino, pesquisa e extensão/assistência. Delineamento de um projeto de prática assistencial em saúde e/ou enfermagem.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita a compreensão sobre a construção do saber na Enfermagem: o uso de teorias de enfermagem e de outras áreas do conhecimento aplicadas no cotidiano profissional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda; THORELL, Ana (Trad). <i>Aplicação do processo de enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico</i> . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. MCEWEN, Melanie. <i>Bases teóricas de enfermagem</i> . 4. Porto Alegre ArtMed 2016. OGUISSO, Taka. <i>Trajetória histórica da enfermagem</i> . Barueri, SP: Manole, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARRARO, Telma Elisa; WESTPHALEN, Mary E.A. (Organizador). <i>Metodologias para a assistência de enfermagem: teorizações, modelos e subsídios para a prática</i> . Goiânia: AB, 2001. FERNANDES, Michelle; SILVA, Maria Júlia Paes da. <i>Cuidar em enfermagem é assim</i> . São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2010. Santos, Iraci dos. <i>Enfermagem fundamental: realidade, questões, soluções</i> . São Paulo: Atheneu, 2001.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA223	PSICOPATOLOGIA	60
EMENTA		
Psicopatologia e critérios de normalidade. Diferentes quadros psicopatológicos e a etiologia: bases biológicas, psicológicas e sociais. Avaliação clínica e diagnóstica e propostas de tratamento.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo que permita compreender os estudos sobre a psicopatologia e critérios de normalidade, identificar os diferentes quadros psicopatológicos e a etiologia, bem como possibilitar realização de uma avaliação clínica e diagnóstica e propostas de tratamento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALVARENGA, Pedro Gomes de. <i>Fundamentos em psiquiatria</i> . São Paulo: Manole 2008. MARI, Jair de Jesus. <i>Psiquiatria na prática clínica</i> . São Paulo Manole 2014. MASTROROSA, Fernanda Micheleti. <i>Enfermagem em clínica psiquiátrica</i> . São Paulo: Erica, 2018.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GABBARD, Glen O. <i>Tratamento dos transtornos psiquiátricos</i> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. SADOCK, Benjamin J. <i>Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica</i> . 11. Porto Alegre: ArtMed, 2017. VIDEBECK, Sheila L. <i>Enfermagem em saúde mental e psiquiatria</i> . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA219	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	30
EMENTA		
Cultura e identidade da pessoa surda. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. Sistematização e operacionalização do léxico. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática de Libras. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a Língua Brasileira de Sinais, as particularidades culturais e linguísticas das comunidades surdas, além de desenvolver habilidades comunicativas que contribuam para a inclusão da pessoa surda.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. <i>LIBRAS em contexto: curso básico: livro do professor</i> . RJ: LIBRAS, 2005. QUADROS, R. M.. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, O. W. <i>Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. <i>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue: LIBRAS</i> . SP: EDUSP, 2001. LODI, A. C. B. et al. <i>Letramento e minorias</i> . Porto Alegre: Mediação, 2002. MOURA, M. C. <i>Língua de sinais e educação do surdo</i> . São Paulo: TEC ART, 1993. v. 3. Série neuropsicológica. PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. <i>Curso de LIBRAS I</i> . Rio de Janeiro: LSB, 2006. QUADROS, R. M. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 1997.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1081	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	30
EMENTA		
Leis 10.639/03 e 11.645/08 (Educação Superior). Cultura afro-brasileira e indígena e as práticas de medicina popular. Aspectos históricos, políticos e culturais da construção das relações de gênero. Gênero, poder e desigualdade. Sistema Internacional de proteção dos direitos humanos. Direitos humanos e sua interface com as relações de gênero. Gênero, raça e classe. Saúde como um direito universal.		
OBJETIVO		
Fornecer bases teóricas e conceituais sobre relações étnico-raciais, de gênero e direitos humanos, por meio de estudos das diferentes formas de racismos, preconceitos e violação dos direitos, sobretudo, para com populações tradicionais, identificando e analisando as contribuições dos africanos e indígenas na Medicina popular, a questão de gênero na saúde e ensino superior, os direitos humanos, bem como as situações de violação dos mesmos na saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, N. <i>A era dos direitos</i> . Rio de Janeiro: campus, 2004. DAL RI JÚNIOR, A.; OLIVEIRA, O. M (Org.). <i>Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais</i> . 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2003. MELLO, C. A. <i>Teoria dos direitos fundamentais</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. SARLET, I. W. <i>A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional</i> . 10. ed. SP: Livraria do Advogado, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, D. S (Org.). <i>Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva</i> . Tubarão, SC: Copiart, 2016. LÉVI-STRAUSS, C. <i>Antropologia estrutural</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2012. MUNANGA, K (Org.). <i>Superando o Racismo na escola</i> . 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. ROCHA, L. C. P. <i>Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo</i> . Educação. Curitiba: UFPR, 2006. SANTOS, S. A (Org.). <i>Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas</i> . Brasília: MEC, S/D. SACKS, Oliver. <i>Vendo Vozes - Uma viagem ao mundo dos surdos</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1998. WILCOX, Sherman. <i>Aprender a ver</i> . Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA256	COMUNICAÇÃO E SAÚDE	30
EMENTA		
A interface Comunicação e Saúde: Características e possibilidades; Saúde e Mídias; Aprimoramento das habilidades de Comunicação para a área da Saúde.		
OBJETIVO		
Oportunizar a apropriação de conhecimentos teórico-práticos em Comunicação, desenvolvendo habilidades práticas e analíticas relacionadas à comunicação na área da saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. <i>Dialética do esclarecimento</i> : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.		
MORRIS, D. <i>O Macaco nu</i> : um estudo do animal humano. Editora Record. Rio de Janeiro. Trad. Hermano Neves. 18. ed. 2004.		
SCLIAR, M. <i>A linguagem médica</i> . São Paulo, Publifolha, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARAÚJO, I. S. & CARDOSO, J. M. <i>Comunicação e Saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.		
LEFÈVRE, F. <i>Mitologia sanitária</i> : saúde, doença, mídia e linguagem. São Paulo, EDUSP, 1999.		
MALDONADO, M. T. e CAMELLA, P. <i>Recursos de relacionamento para profissionais de saúde. A boa comunicação com clientes e seus familiares em consultórios, ambulatórios e hospitais</i> . São Paulo, Reichmann & Affonso Editores, 2003.		
PESSONI, A. <i>Comunicação & Saúde</i> : parceria interdisciplinar. São Paulo: Midia Alternativa Comunicação e Editora Ltda, 2006. v. 1		
BORRELL, C. F. <i>Entrevista clínica</i> : habilidades da comunicação para profissionais da saúde. Tradução: Naila Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2012.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA257	PRINCÍPIOS GERAIS DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E TERAPIA NUTRICIONAL	30
EMENTA		
Os alimentos e a alimentação saudável. Avaliação nutricional e recomendações nutricionais. Nutrição no ciclo da vida. Carências, alergias e intolerâncias alimentares na infância. Terapia nutricional para doenças digestivas, renais e cardiovasculares, obesidade, síndrome metabólica, diabetes <i>mellitus</i> e câncer. Dietas hospitalares. Nutrição enteral e parenteral.		
OBJETIVO		
Desenvolver um processo educativo-reflexivo para a compreensão e a utilização da nutrição na atenção à saúde de indivíduos e de coletividades, bem como para a importância do trabalho conjunto do médico e do nutricionista.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CUPPARI, L. <i>Guias de medicina ambulatorial e hospitalar</i> – Nutrição – Nutrição Clínica no Adulto. 3. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014. ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, K. L.; RAYMOND, J. L. <i>Krause</i> . Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. SOBOTKA, L. et al. <i>Bases da nutrição clínica</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <i>Guia alimentar para a população brasileira</i> . 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. <i>Guia alimentar para crianças menores de dois anos</i> . Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 107. Ministério da Saúde, 2002. CUPPARI, L. <i>Guias de medicina ambulatorial e hospitalar da EPM-UNIFESP</i> . Nutrição clínica no adulto. 3. ed. Barueri: Manole, 2014. KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D. P. <i>Epidemiologia nutricional</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz/Atheneu, 2007. VITOLO, M. R. <i>Nutrição: da gestação ao envelhecimento</i> . Rio de Janeiro: Rubio, 2008.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA150	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MENTE E CÉREBRO	30
EMENTA		
Estudo sobre os diferentes conceitos e teorias sobre mente, cognição, consciência, conhecimento, representação e memória.		
OBJETIVO		
Analisar as diferentes concepções de mente e cérebro, a partir de um estudo interdisciplinar com a filosofia, neurologia, psiquiatria, psicologia e demais áreas afins.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHURCHLAND, P. <i>Matéria e Consciência: uma introdução à filosofia da mente</i> . São Paulo: Unesp, 2004. MATTHEWS, E. <i>Mente: conceitos-Chave em filosofia</i> . Porto Alegre: Artmed, 2007. TEIXEIRA, J. F. <i>Mente, cérebro e cognição</i> . Petrópolis: Vozes, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COSTA, C. <i>Filosofia da Mente</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. DENNETT, D. C. <i>Brainstorms. Ensaios Filosóficos Sobre Mente e Psicologia</i> . São Paulo: UNESP, 2006. HEIL, J. <i>Filosofia da Mente, uma introdução contemporânea</i> . Lisboa: Instituto Piaget, 2001. LENT, R. <i>Cem Bilhões de Neurônios</i> . São Paulo: Ed. Atheneu, 2001. MALDONATO, M. <i>A Mente Plural – Biologia, Evolução, Cultura</i> . Marco Editora, 2006.		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0418	Tópicos especiais em Enfermagem I	60
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0419	Tópicos especiais em Enfermagem II	60
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0420	Tópicos especiais em Enfermagem III	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0421	Tópicos especiais em Enfermagem IV	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0422	Tópicos especiais em Enfermagem V	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0423	Tópicos de estudos interdisciplinares I	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0424	Tópicos de estudos interdisciplinares II	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0425	Tópicos de estudos interdisciplinares III	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0426	Tópicos de estudos interdisciplinares IV	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA0427	Tópicos de estudos interdisciplinares V	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA154	Fundamentos em Saúde I	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso de Medicina, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA155	Fundamentos em Saúde II	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso de Medicina, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA156	Fundamentos em Saúde III	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso de Medicina, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA157	Fundamentos em Saúde IV	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso de Medicina, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GSA158	Fundamentos em Saúde V	30
EMENTA		
Ementa aberta a ser definida pelo Colegiado do Curso de Medicina, na oferta do CCR.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Os acadêmicos são avaliados conforme as normativas institucionais que propõem uma avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa. Sendo assim, a avaliação está planejada no formato de atividade permanente que visa ao acompanhamento e a (re) orientação da prática pedagógica, por meio da reflexão crítica na comunidade acadêmica – gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos.

Assim, são utilizados diferentes instrumentos de avaliação, construídos em consonância com as especificidades de cada componente curricular, alinhados aos objetivos do processo de ensino e aprendizagem, considerando as diferentes práticas metodológicas, tendo como finalidade: possibilitar aos acadêmicos e docentes a tomada de consciência dos seus avanços e eventuais dificuldades, bem como indicar elementos para a superação dos limites; diagnosticar e sistematizar o conhecimento; avaliar a capacidade de aplicação do conhecimento a novas situações em função das exigências profissionais, e retomar conhecimentos ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem considera as dimensões cognitivas, procedimentais e atitudinais, por meio de instrumentos avaliativos que compreendem prova prática, discursiva, objetiva, oral e com consulta; estudo de caso; trabalho individual e em grupo; relatório e diário de campo; portfólio; seminários; revisão bibliográfica e avaliação de atendimentos; além da observação de aspectos relacionados a atitudes, de maneira integrada à avaliação das habilidades.

Ainda, o *feedback*, instrumento formativo e qualitativo da avaliação, é usado de forma complementar, por permitir que o acadêmico receba devolutivas constantes referentes ao seu desempenho, possibilitando que o mesmo compreenda suas dificuldades e trabalhe no sentido de superá-las. Quanto às notas a serem atribuídas nos instrumentos de avaliação, estas serão expressas em grau numérico de zero (0,0) até dez (10,0), podendo o docente atribuir pesos distintos aos diferentes instrumentos, sendo que os resultados são discutidos com os acadêmicos e registrados no Sistema de Registro Acadêmico da Universidade.

Considerando a especificidade de cada componente curricular, os critérios e as técnicas de avaliação são pré-definidos no Plano de Curso, pactuado com os acadêmicos no início de cada semestre letivo e posteriormente aprovado pelo Colegiado de Curso.

Ao longo do processo formativo, verificados resultados avaliativos insuficientes, serão ofertadas novas oportunidades de aprendizagem, tais como: atendimento individualizado ao



estudante (todo docente é obrigado a disponibilizar um horário semanal de atendimento individualizado aos alunos), encaminhamento para as monitorias e aplicação de novos instrumentos de avaliação.

O acadêmico que alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), será aprovado no componente curricular.

O estudante que não atinge os critérios de aprovação mencionados tem direito à realização de uma avaliação de reposição de nota, desde que sejam atendidas as seguintes condições: o critério de aprovação por assiduidade é satisfeito; o estudante tem média parcial igual ou superior a 3,0 (três); existe previsão de reposição de nota para a componente curricular.

O estudante que não atinge os critérios de aprovação (Art. 104, do Regulamento de Graduação) e que não pode realizar avaliação de reposição é considerado reprovado, com rendimento acadêmico final (média final) igual à média parcial.

Vale ressaltar que o estudante que não participa de qualquer avaliação é atribuída a nota 0 (zero). O estudante pode utilizar a avaliação de reposição para substituir a nota correspondente a uma unidade na qual não compareceu a algum instrumento de avaliação. Em caso de não comparecimento a mais de uma avaliação, a avaliação de reposição substituirá a nota de apenas uma das unidades, permanecendo a nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações em outras unidades. Não há mecanismo de reposição ou de substituição da nota para o estudante que não comparece à avaliação de reposição.

Além das avaliações do processo de ensino e aprendizagem desenvolvidas no âmbito do curso, os acadêmicos participam de avaliação externa por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Quanto às demais especificidades atinentes ao processo avaliativo, o curso segue as normativas emitidas pela Pró - Reitoria de Graduação.



10 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO

A gestão, no âmbito institucional, constitui-se como área destinada à organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e avaliação dos processos necessários à implementação e consolidação do curso. Assim, a Coordenação do Curso apoiada pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenações Acadêmica e Administrativa, Direção do *Campus* e demais órgãos institucionais, executa a gestão didático-pedagógica e organizacional, seguindo as normativas institucionais e do Ministério da Educação. É constituída por um Coordenador de Curso e seu Adjunto, cujas atribuições compreendem a gestão didático-pedagógica e organizacional, acompanhando as atividades, zelando pelo cumprimento do estabelecido no PPC e no Regulamento da Graduação da UFFS, além de outras que lhe sejam conferidas pelo Conselho de *Campus* e Conselho Universitário.

O Colegiado do Curso, de caráter deliberativo, é composto pelo Coordenador do Curso, Coordenador Adjunto, Coordenador de Estágios, Coordenador de Extensão e Cultura do Curso, Representantes Docentes dos Domínios Comum, Conexo e Específico, Representante Técnico-Administrativo e Representante Discente, e se reúne regularmente, cumprindo as atribuições inerentes à implantação, execução e acompanhamento do PPC.

O funcionamento do Colegiado segue Regimento Próprio, e atua em conformidade com o Regulamento de Graduação, estabelecido na Resolução nº 40/2022 – CONSUNI CGAE/UFFS/2022, com as seguintes atribuições: propor o Projeto Pedagógico de Curso e o perfil do egresso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as normativas internas da UFFS; implantar o Projeto Pedagógico de Curso, acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento e propor alterações; estabelecer procedimentos para promover a integração e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares dos diferentes domínios curriculares que integram o PPC, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica e formativa; analisar, avaliar e aprovar o plano de ensino dos componentes curriculares do Curso, doravante denominado "Plano de Curso", propondo alterações, quando necessárias; definir estratégias para o desenvolvimento de atividades de extensão, cultura e pesquisa nos componentes curriculares do Curso; promover a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura; propor perfis profissionais para a contratação docente, em diálogo com os Programas de Pós-Graduação das áreas afins e em consonância com a estrutura curricular da Universidade e do Projeto Pedagógico de Curso; refletir sobre os problemas didático-pedagógicos vinculados ao



exercício da docência e propor atividades de formação continuada, em articulação com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); observar as orientações da legislação, das Diretrizes Curriculares Nacionais e das normas institucionais, no que diz respeito à integralização do Curso; emitir parecer sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso; indicar os docentes para composição do Comitê para Revalidação de Diploma de Graduação; elaborar e aprovar o regimento interno do Colegiado, observadas as normas institucionais; definir a composição do Núcleo Docente Estruturante, em conformidade com a legislação e com as normativas internas da UFFS; estabelecer as regras para a eleição do coordenador e do coordenador adjunto do Curso; indicar os docentes que responderão pelas coordenações de Estágio, de Extensão e Cultura, de Turmas Especiais e outras previstas no Projeto Pedagógico de Curso; definir a oferta de vagas nas modalidades de ingresso: transferência interna, transferência externa, retorno de graduado e retorno de aluno-abandono, conforme quantitativo informado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD); propor a oferta semestral de turmas e vagas dos componentes curriculares do Curso; indicar servidores da UFFS e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) para compor bancas para concurso docente, observando o perfil formativo requerido na seleção; promover a inserção dos novos estudantes no contexto do Curso e da Universidade, avaliando a necessidade e propondo a oferta de atividades de socialização e de apoio pedagógico aos estudantes; deliberar sobre pedidos de quebra de pré-requisitos, atribuição de situação incompleta e trancamento de matrícula em componente curricular que não atenda ao disposto no Art. 261; realizar estudos sobre retenção e evasão no Curso, com o objetivo de avaliar o desempenho discente e aprimorar os processos de ensino e aprendizagem; exercer as demais atribuições conferidas neste Regulamento, no Regimento Geral da UFFS e nas demais normativas institucionais pertinentes à Graduação.

O NDE do *Campus* Passo Fundo, de caráter consultivo e propositivo, foi criado pela Portaria nº 233/PROGRAD/UFFS/2022 e atualizado pelas Portaria nº 67/DIR PF/UFFS/2024, e Portaria nº 68/DIR-PF/UFFS/2024, de 22 de julho 2024 (de retificação) é constituído por 6 professores de regime de tempo integral. É responsável pela elaboração do PPC e pelo acompanhamento dos trâmites de sua autorização e implantação. Após a implantação do Curso, o NDE será reconfigurado pelo Colegiado de Curso, conforme regulamento institucional vigente, e renovado a cada três anos, de maneira que fique assegurada estratégia de renovação parcial de seus integrantes, garantindo a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso



do curso; conduzir os trabalhos de (re)estruturação curricular, para aprovação no colegiado de curso, sempre que necessário; apoiar o coordenador do curso, auxiliando nos processos de avaliação institucional interna, avaliação externa e autoavaliação do curso; supervisionar as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado; promover a integração horizontal e vertical do currículo, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, e zelar pelo cumprimento das DCNs da Enfermagem.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

No que tange à avaliação, em consonância com a Lei nº 10.861/2004, a mesma integra o conjunto de procedimentos avaliativos que compõem o SINAES. Fazem parte desse sistema, além da avaliação institucional, a avaliação externa (visitas *in loco* e ENADE) e autoavaliação do curso.

a) **Avaliação institucional:** será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional proposto pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade. Essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Enfermagem e o desempenho dos estudantes. Os resultados das atividades avaliativas são apresentados aos órgãos colegiados superiores e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) através de relatórios.

Na UFFS, a Portaria nº 426 GR/UFFS/2011, de 31 de maio de 2011, constituiu a CPA e a Resolução nº 006 de 11 de abril de 2012, do Conselho Universitário, homologou o Regimento Interno da mesma, o projeto de autoavaliação institucional, o instrumento de autoavaliação institucional e o instrumento para autoavaliação de curso de graduação da universidade. Para a sua autoavaliação, a UFFS condensou as 10 dimensões previstas pelo SINAES em 05 eixos: I: Planejamento e Avaliação Institucional; II: Desenvolvimento Institucional; III: Políticas Acadêmicas; IV: Políticas de Gestão; e V: Infraestrutura Física. A CPA foi reorganizada pela Resolução nº30/CONSUNI/UFFS/2020.

b) **A avaliação externa:** a avaliação externa realizada por comissões de especialistas externos à instituição, além de contribuir para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, também traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam potencialidades e fragilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas – seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC (INEP).

A avaliação externa é composta também pelo ENADE, cujos resultados integram as po-



líticas de aperfeiçoamento do Curso.

c) **Autoavaliação do curso:** é um processo contínuo por meio do qual o Curso de Graduação em Enfermagem examina o seu perfil. Será organizada periodicamente pelo Curso de modo a contemplar a participação de todos os estudantes e professores. Seu principal foco está em cada um dos componentes curriculares e/ou atividades ofertadas pelo Curso. Os aspectos de cunho pedagógico e organizacional, próprios da gestão do Curso, evasão e retenção são considerados, sendo que os resultados dali decorrentes subsidiarão planejamentos e até mesmo a reorganização do curso.

Além disso, o Curso realizará sua autoavaliação com o apoio e os instrumentos da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Mediante os resultados, far-se-á o planejamento de ações para o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, por meio de um olhar reflexivo do curso sobre si mesmo, contemplando suas múltiplas dimensões. O processo de avaliação dos egressos será realizado de maneira idêntica.

Os resultados das avaliações serão analisados e discutidos, permitindo traçar diagnósticos e criar estratégias de enfrentamento das fragilidades organizacionais e do ensino. Desse modo, os indicadores destas avaliações serão utilizados como subsídios para construção de planos de ação do Curso, com vistas a aprimorar a prática pedagógica, bem como as políticas institucionais, qualificando o ensino que vem sendo ofertado.

O acompanhamento institucional das atividades de extensão acontece de diferentes formas, a saber: avaliação da aprendizagem dos estudantes, bem como do público envolvido, através de instrumentos próprios previstos nos planos de curso dos CCRs que contemplam a extensão e a cultura, objetivando verificar o impacto destas atividades na formação acadêmica; autoavaliação aplicada pelo Núcleo de Avaliação Institucional (NAC/CPA), no contexto da avaliação institucional, anualmente, com a finalidade de avaliar e aprimorar as ações que estão sendo propostas.

Os processos avaliativos constituem um sistema que permite a visualização integrada das diversas dimensões abordadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos para a reflexão, análise e planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso. Assim, a avaliação é processual, dinâmica e inserida no contexto de fortalecimento e qualificação do curso e dos sujeitos envolvidos no processo formativo da instituição.



12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As finalidades da educação superior, emanadas tanto da LDB 9394/96 como das diretrizes curriculares, são projetadas de modo a assegurar a formação de um cidadão capaz de conhecer, interagir e modificar a realidade em que está inserido, assim como propiciar uma formação científica articulada entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

Na UFFS as ações de ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e cultura, em consonância com a legislação nacional, são promovidas pelas respectivas Pró-Reitorias. Considerando a estrutura multicampi, em cada *campus*, ligadas às Coordenações Acadêmicas, foram instituídas as Coordenações Adjuntas de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Cultura, responsáveis por, com o apoio de comitês assessores, planejar, administrar e fomentar programas e projetos, conforme resoluções específicas de cada área.

Nessa perspectiva, a UFFS realizou duas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), envolvendo servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes da Instituição, professores da educação básica, docentes de outras instituições de ensino superior, lideranças políticas, organizações comunitárias e empresariais, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, ONGs e lideranças das comunidades indígenas. O objetivo foi conceber e aprovar as linhas estruturantes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no que tange às ações de ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e cultura a serem implementadas pela Instituição. Tendo em vista essa dinâmica institucional, os resultados produzidos garantem a inserção da Universidade na comunidade e o cumprimento da sua responsabilidade social.

Além da COEPE, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura, ocorre anualmente, em cada *campus*, o Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE). Este espaço permite a socialização através de apresentações orais e pôsteres, publicações científicas, assim como palestras, apresentações artísticas e outras atividades com cunho formativo. Considerando as especificidades da pesquisa, os resultados produzidos são ainda divulgados, anualmente, na Jornada de Iniciação Científica (JIC).

Nesse contexto, o Curso de Graduação em Enfermagem da UFFS está comprometido com a pesquisa, a extensão e a cultura, através do engajamento de seus docentes e discentes no desenvolvimento de projetos e programas, os quais além do apoio institucional, buscam fomento externo para seu desenvolvimento, por meio de editais de órgãos governamentais e não governamentais.

É importante salientar que, especificamente no que se refere ao ensino, o Curso conta



com um eixo voltado a formação da prática científica por meio dos Componentes Curriculares (CCRs) de Iniciação à prática científica, Estatística básica, Epidemiologia e bioestatística, Produção textual acadêmica e Trabalho de Curso I, II e III, que oportuniza a interlocução entre o ensino e a pesquisa. Além disso, são ofertados Programas de Monitorias, os quais têm o intuito de incentivar os acadêmicos à futura prática profissional, bem como o interesse pelo aprofundamento dos estudos em determinadas áreas do conhecimento, o que também é objetivo dos grupos de estudos institucionalizados com orientação profissional.

Da mesma forma, o Curso conta com um eixo voltado à prática da extensão universitária, na perspectiva de viabilizar o protagonismo dos estudantes em ações junto à comunidade, que contribuam para o fortalecimento da articulação entre a Universidade e a sociedade, atendendo as Resoluções CNE/CES nº 07/2018 e nº 01/2020, que institui a curricularização da extensão.



13 PERFIL DOCENTE E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

Conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, são necessários que os docentes utilizem estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer, que constituem atributos indispensáveis à formação do enfermeiro.

Neste sentido, o docente pode ser compreendido como o facilitador do processo ensino-aprendizagem, visando à formação de profissionais capazes de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes, ou seja, formar profissionais qualificados para o exercício da enfermagem. Para isso, o processo ensino-aprendizagem necessita assumir um caráter transformador.

Tendo em vista o perfil docente exigido para a estruturação e manutenção do Curso de Graduação em Enfermagem, os docentes a serem selecionados deverão atender requisitos e formações técnicas estabelecidas pelo Colegiado do Curso, de acordo com as áreas de conhecimento que compõem o Curso.

Os docentes do Curso de Graduação em Enfermagem, que se encontram distribuídos em componentes curriculares que representam o Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, das diferentes áreas necessárias à formação do profissional enfermeiro, participarão de atividades de aperfeiçoamento didático-pedagógicas oferecidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, bem como poderão buscar outros aperfeiçoamentos da própria instituição ou em outras, no sentido de qualificar o seu desempenho didático-pedagógico no Curso.

Outra questão imprescindível será o processo de qualificação (pós-graduação) dos docentes que ingressaram na Universidade, possibilitando o fortalecimento não só da graduação, mas, também da pesquisa, extensão e pós-graduação, fortalecendo assim as bases que sustentam a Universidade. Os critérios para a saída dos docentes, passado o estágio probatório, serão estabelecidos no Plano Institucional de Afastamento para Capacitação Docente (PIACD), com supervisão do Núcleo Permanente de Pessoal Docente (NPPD) do *Campus* Passo Fundo.



14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Docentes do *Campus* Passo Fundo que atuarão no Curso.

Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
1º Nível					
CM	Iniciação à prática científica	Lucimar Maria Fossatti de Carvalho	Doutora	40 DE	Graduação: Tecnólogo em Processamento de Dados – UNISINOS, 1982 Mestrado: Engenharia Elétrica e Informática Industrial – UTFPR, 1995 Doutorado: Engenharia Elétrica – UFSC, 2007 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6591788844682390
ES	Citologia e genética	Gustavo Olszanski Acrani	Doutor	40 DE	Graduação: Ciências Biológicas – USP, 2001 Mestrado: Biologia Celular e Molecular – USP, 2004 Doutorado: Biologia Celular e Molecular – USP, 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3182420343633439
		Lucianne Braga Oliveira Vilarinho	Doutora	40 DE	Graduação: Agronomia – UFLA, 1993. Mestrado: Genética e Melhoramento de Plantas – UFLA, 1995. Doutorado: Genética e Melhoramento – UFV, 2004. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8196292685876489
ES	Bioquímica básica	Lissandra Glusczak	Doutora	40 DE	Graduação: Farmácia: Análises Clínicas – UNICRUZ, 2000 Doutorado: Ciências Biológicas (Bioquímica e Toxicológica) – UFSM, 2008 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0681050170546708
CM	História da Fronteira Sul	Adelmir Fiabani	Doutor	40 DE	Graduação: Estudos Sociais – URI, 1986; História – UNIJUI, 2000 Mestrado: História – UPF, 2004 Doutorado: História – UNISINOS, 2008 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1927707964916303
ES	Fundamentos da saúde pública	Daniela Teixeira Borges	Mestra	40	Graduação: Medicina – UPF, 2005 Mestrado: Envelhecimento Humano – UPF, 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1426540625106844
		Yaná Tamara Tomasi	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem - UFFS, 2014 Mestrado: Saúde Pública - UFSC, 2018 Doutorado: Saúde Pública, UFSC, 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1124130480540133



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
ES	Contexto social e profissional da enfermagem I: história da enfermagem	Alessandra Regina Muller Germani	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem – UFSM, 1999 Mestrado: Enfermagem – UFSC, 2002 Doutorado: Extensão Rural – UFSM, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7956662371295912
2º Nível					
CX	Seminário integrador I	Lissandra Glusczak	Doutora	40 DE	Graduação: Farmácia: Análises Clínicas – UNICRUZ, 2000 Doutorado: Ciências Biológicas (Bioquímica e Toxicológica) – UFSM, 2008 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0681050170546708
ES	Embriologia e histologia básica	A definir			
CM	Introdução à filosofia	Vanderlei de Oliveira Farias	Doutor	40 DE	Graduação: Filosofia – UPF, 1997 Mestrado: Filosofia – PUCRS, 2000 Doutorado: Filosofia – U. de Kaiserslauter, 2006 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2715863892608957
CM	Estatística básica	Lucimar Maria Fossatti de Carvalho	Doutora	40 DE	Graduação: Tecnólogo em Processamento de Dados – UNISINOS, 1982 Mestrado: Engenharia Elétrica e Informática Industrial – UTFPR, 1995 Doutorado: Engenharia Elétrica – UFSC, 2007 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6591788844682390
ES	Anatomia I	Regina Inês Kunz	Doutora	40 DE	Graduação: Fisioterapia – Unioeste, 2011 Mestrado: Biociências e Saúde – Unioeste, 2014 Doutorado: Ciências Biológicas – UEM, 2017 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3886109761047620
		Rafael Kremer	Doutor	40 DE	Graduação: Fisioterapia – FURB, 2004 Mestrado: Biologia Geral e Aplicada – UNESP, 2007 Doutorado: Biologia Celular e do Desenvolvimento – UFSC, 2023 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4525459086637617
		Ronaldo André Poerschke	Mestre	40	Graduação: Medicina – UPF, 1994 Mestrado: Ciências Médicas – UFRGS, 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1157095491702582



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
ES	Fisiologia e biofísica I	Júlio César Stobbe	Doutor	40	Graduação: Medicina – UPF, 1999 Mestrado: Medicina – PUCRS, 2004 Doutorado: Medicina e Ciências da Saúde – PUCRS, 2011 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4739372413452121
		A definir			
ES	Saúde coletiva I: políticas de saúde	Daniela Teixeira Borges	Mestra	40	Graduação: Medicina – UPF, 2005 Mestrado: Envelhecimento Humano – UPF, 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1426540625106844
		Yaná Tamara-Tomasi	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem - UFFS, 2014 Mestrado: Saúde Pública - UFSC, 2018 Doutorado: Saúde Pública, UFSC, 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1124130480540133
		Antônio Marcos de Almeida	Mestre	20	Graduação: Medicina –ELAM, 2009 Mestrado: Saúde da Família – UFCSPA, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6078208468799464
ES	Contexto social e profissional da enfermagem II: ética e bioética profissional	Alessandra Regina Muller Germani	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem – UFSM, 1999 Mestrado: Enfermagem – UFSC, 2002 Doutorado: Extensão Rural – UFSM, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7956662371295912
		Yaná Tamara-Tomasi	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem - UFFS, 2014 Mestrado: Saúde Pública - UFSC, 2018 Doutorado: Saúde Pública, UFSC, 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1124130480540133
		A definir			
		A definir			
3º Nível					
CM	Meio ambiente, economia e sociedade	Jaime Giolo	Doutor	40 DE	Graduação: Filosofia – UPF, 1982 Mestrado: História e Filosofia da Educação – PUCSP, 1993 Doutorado: História e Filosofia da Educação – USP, 1997 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6481846779381796
ES	Anatomia II	Regina Inês Kunz	Doutora	40 DE	Graduação: Fisioterapia – Unioeste, 2011 Mestrado: Biociências e Saúde – Unioeste, 2014 Doutorado: Ciências Biológicas – UEM, 2017 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3886109761047620



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
		Rafael Kremer	Doutor	40 DE	Graduação: Fisioterapia – FURB, 2004 Mestrado: Biologia Geral e Aplicada – UNESP, 2007 Doutorado: Biologia Celular e do Desenvolvimento – UFSC, 2023 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4525459086637617
		Ronaldo André Poerschke	Mestre	40	Graduação: Medicina – UPF, 1994 Mestrado: Ciências Médicas – UFRGS, 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1157095491702582
ES	Fisiologia biofísica II e	Júlio César Stobbe	Doutor	40	Graduação: Medicina – UPF, 1999 Mestrado: Medicina – PUCRS, 2004 Doutorado: Medicina e Ciências da Saúde – PUCRS, 2011 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4739372413452121
CX	Epidemiologia bioestatística e	A definir			
		Shana Ginar da Silva	Doutora	40 DE	Graduação: Educação Física – UFPEL, 2007 Mestrado: Educação Física – UFSC, 2012 Doutorado: Epidemiologia – UFPEL, 2017 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9166944334767162
		Ivana Loraine Lindemann	Doutora	40 DE	Graduação: Nutrição – UFPEL, 1997 Mestrado: Epidemiologia – UFRGS, 2004 Doutorado: Ciências da Saúde – FURG, 2015 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9416473276181283
ES	Parasitologia microbiologia e	A definir			
		Amauri Braga Simonetti	Doutor	40 DE	Graduação: Farmácia e Bioquímica – UFSM, 1972 Mestrado: Farmácia (Análises Clínicas) – USP, 1978 Doutorado: Imunoparasitologia – U. de Londres, 1993 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3054261430568276
ES	Contexto social e profissional da enfermagem III: metodologias de assistência de enfermagem e	A definir			
		Alessandra Regina Muller Germani	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem – UFSM, 1999 Mestrado: Enfermagem – UFSC, 2002 Doutorado: Extensão Rural – UFSM, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7956662371295912
		Yaná Tamara-Tomasi	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem - UFFS, 2014 Mestrado: Saúde Pública - UFSC, 2018 Doutorado: Saúde Pública, UFSC, 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1124130480540133



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
		A definir			
		A definir			
4º Nível					
CX	Seminário integrador II	Lissandra Glusczak	Doutora	40 DE	Graduação: Farmácia: Análises Clínicas – UNICRUZ, 2000 Doutorado: Ciências Biológicas (Bioquímica e Toxicológica) – UFSM, 2008 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0681050170546708
CM	Produção textual acadêmica	Helena de Moraes Fernandes	Mestra	40 DE	Graduação: Comunicação Social – UPF, 2001 Mestrado: Educação – UPF, 2008 Doutorado: Em andamento Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4357618403389368
CM	Direitos e cidadania	Jaime Giolo	Doutor	40 DE	Graduação: Filosofia – UPF, 1982 Mestrado: História e Filosofia da Educação – PUCSP, 1993 Doutorado: História e Filosofia da Educação – USP, 1997 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6481846779381796
		Leandro Tuzzin	Doutor	40 DE	Graduação: Filosofia – UPF, 2002 Mestrado: História – UPF, 2009 Doutorado: Educação – UPF, 2023 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1322665036117229
ES	Imunologia	Amauri Braga Simonetti	Doutor	40 DE	Graduação: Farmácia e Bioquímica – UFSM, 1972 Mestrado: Farmácia (Análises Clínicas) – USP, 1978 Doutorado: Imunoparasitologia – U. de Londres, 1993 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3054261430568276
		A definir			
ES	Patologia	Daniela Augustin Silveira	Mestra	40	Graduação: Medicina – UFPEL, 1993 Mestrado: Patologia – UFCSPA, 2000 Doutorado: Em andamento Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0660705305406606
		Jossimara Polettini	Doutora	40 DE	Graduação: Ciências Biológicas (Modalidade Médica) – UNESP, 2004 Mestrado: Patologia Humana e Processos Patológicos – UNESP, 2007 Doutorado: Patologia, UNESP, 2011 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1030780371889609
		A definir			



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
ES	Fundamentos para o cuidado profissional I: semiologia e semiotécnica de enfermagem	Alessandra Regina Muller Germani	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem – UFSM, 1999 Mestrado: Enfermagem – UFSC, 2002 Doutorado: Extensão Rural – UFSM, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7956662371295912
		Yaná Tamara-Tomasi	Doutora	40 DE	Graduação: Enfermagem - UFFS, 2014 Mestrado: Saúde Pública - UFSC, 2018 Doutorado: Saúde Pública, UFSC, 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1124130480540133
		A definir			
		A definir			
ES	Saúde coletiva II: vigilância à saúde	Daniela Teixeira Borges	Mestra	40	Graduação: Medicina – UPF, 2005 Mestrado: Envelhecimento Humano – UPF, 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1426540625106844
		Antônio Marcos de Almeida	Mestre	20	Graduação: Medicina –ELAM, 2009 Mestrado: Saúde da Família – UFCSPA, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6078208468799464
5º Nível					
ES	Fundamentos para o cuidado profissional II: procedimentos básicos de enfermagem e primeiros socorros	A definir			
ES	Cuidados de enfermagem em atenção básica de saúde: papel do enfermeiro no EACS e ESF	A definir			
ES	Farmacologia aplicada à enfermagem	Marcelo Soares Fernandes	Doutor	40 DE	Graduação: Farmácia – UFSC, 1999 Mestrado: Farmacologia – UFSC, 2002 Doutorado: Farmacologia – UFSC, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7852759666708037
		Ricieri Naue Mocelin	Doutor	40 DE	Graduação: Farmácia – UNOCHAPECÓ, 2013 Mestrado: Ciências Ambientais – UNOCHAPEÓ, 2015 Doutorado: Ciências Biológicas – UFRGS, 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4971841480587820



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
ES	Psicologia aplicada à saúde	Priscila Pavan Detoni	Doutora	40 DE	Graduação: Psicologia – URI, 2007 Mestrado: Psicologia Social e Institucional – UFRGS, 2010 Doutorado: Psicologia Social e Institucional – UFRGS, 2016 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9818967247146714
ES	Aprendizagem vivencial	A definir			
6º Nível					
ES	O cuidado no processo de viver humano I: assistência de enfermagem ao adulto e idoso	A definir			
ES	Estudos interdisciplinares I (Optativa)	A definir			
7º Nível					
ES	O cuidado no processo de viver humano II: assistência de enfermagem à criança, adolescente e mulher	A definir			
ES	Estudos Interdisciplinares II (Optativa)	A definir			
ES	Trabalho de Curso I	A definir			
8º Nível					
ES	O cuidado de enfermagem em saúde mental e psiquiátrica	A definir			
ES	O cuidado de enfermagem ao adulto e idoso em condição crítica de saúde	A definir			
ES	Gestão e gerenciamento em saúde e enfermagem	A definir			
ES	Trabalho de curso II	A definir			
9º Nível					



Domínio/CCR		Professor	Tit.	Reg. Tra b.	Súmula do Currículo Lattes
ES	Estágio curricular supervisionado I	A definir			
ES	Trabalho de curso III	A definir			
10º Nível					
ES	Estágio curricular supervisionado II	A definir			



15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

15.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece



assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).

Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

15.2 Laboratórios

O *campus* conta com um conjunto de laboratórios, localizados no Bloco A, que se constituem de espaços nos quais a comunidade acadêmica desenvolve de forma plena as atividades, seguindo os pressupostos constantes na Resolução nº 10/2013, que dispõe sobre as diretrizes para gestão, funcionamento e uso dos laboratórios. Os laboratórios destinam-se a oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo estas supervisionadas e orientadas por servidores docentes e técnicos administrativos em educação, além de monitores discentes.

O gerenciamento dos laboratórios é de responsabilidade da Coordenação Adjunta de Laboratórios (CLAB-PF), vinculada à Secretaria Especial de Laboratórios (SELAB) da Universidade, a qual estabelece as políticas de funcionamento, organização e demandas.

As atividades dos servidores da CLAB-PF compreendem: gestão e organização dos laboratórios; preparação, acompanhamento e limpeza dos materiais nas aulas práticas; ateste de



notas fiscais; fiscalização e aceite de pregões de compras e serviços; compilação de pedidos de compras e pedidos de empenhos; atividades de empréstimos e trocas de materiais; participações em comissões do *campus* e participação nos projetos de pesquisa e extensão.

A fim de preservar a integridade física dos indivíduos e do meio ambiente, foi elaborado para consulta, orientação e gestão de segurança, o Manual Geral de Segurança em Laboratórios da UFFS (2013). Este manual condensa as normativas que contemplam aspectos de segurança em nível individual, coletivo e laboratorial, com objetivo de promover o trabalho seguro nos laboratórios da Instituição. A partir do Manual foram elaborados, no *campus*, protocolos de segurança para cada laboratório, observando as particularidades e especificidades.

A coleta de resíduos proveniente dos laboratórios está institucionalmente de acordo com o Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Laboratórios. O Plano envolve as etapas de planejamento dos recursos físicos e materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo dos resíduos. O uso de produtos químicos controlados nas dependências da UFFS obedece a Lei Federal no 10.357/2001, que determina normas de controle e fiscalização de produtos químicos.

O desenvolvimento de atividades, quando pertinente, deverá ser apreciado e aprovado pelos órgãos de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de Ética no Uso de Animais e/ou de Biossegurança. Salienta-se que todos os laboratórios são equipados com ar-condicionado e acesso à internet, sendo que os detalhes da infraestrutura estão descritos a seguir.

PISO TÉRREO

- LABORATÓRIO DE ANATOMIA
- SALA DE TÉCNICOS – ANATOMIA - SALA 002
- SALA TEÓRICO-PRÁTICA ANATOMIA - SALA 003
- VESTIÁRIO ANATOMIA - SALA 004
- SALA DE TANQUES - SALA 005
- CÂMARA FRIA - SALA 006
- ACERVO A - PEÇAS SINTÉTICAS - SALA 007
- ACERVO B - PEÇAS SINTÉTICAS - SALA 008
- SALA DE DISSECAÇÃO - SALA 009
- SALA DE ARMAZENAMENTO - SALA 010
- LABORATÓRIO DE TÉCNICA CIRÚRGICA E PATOLOGIA MACROSCÓPICA - SALA 011

1º ANDAR

- LABORATÓRIO DE FISIOLOGIA, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA E PSICOPATOLOGIA - SALA 101
- LABORATÓRIO DE APOIO - FISIOLOGIA, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA E PSICOPATOLOGIA - SALA 102



- GIA - SALA 102
- SALA DE APOIO A - SALA 103
- SALA DE MANUTENÇÃO E PREPARO - SALA 104
- SALA DE APOIO B - SALA 105
- COORDENAÇÃO ADJUNTA DE LABORATÓRIOS - SALA 106
- CAPELA ALMOXARIFADO CLAB – PF - SALA 107
- ALMOXARIFADO CLAB – PF - SALA 108
- LABORATÓRIO DE PREPARO HISTOLÓGICO - SALA 110
- LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA - SALA 111

2º ANDAR

- SALA DE EQUIPAMENTOS - SALA 201
- LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA - SALA 202
- LABORATÓRIO DE APOIO - SALA 203
- LABORATÓRIO DE APOIO - SALA 204
- LABORATÓRIO DE APOIO - SALA 205
- LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA, GENÉTICA E IMUNOLOGIA - SALA 206
- LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E LABORATÓRIO DE VIDEOCIRURGIA - SALA 207

3º ANDAR

- LABORATÓRIO DE HABILIDADES – SALA 307
- LABORATÓRIO DE HABILIDADES - SALA 308
- OBSERVATÓRIO DE PRÁTICAS CLÍNICAS - SALA 309
- SALA DE SIMULAÇÃO - SALA 310

15.2.1 Laboratório de Anatomia Humana

O Laboratório está instalado no imóvel definitivo no piso térreo do Bloco A, apresentando área total de aproximadamente 400 m². É composto de sala didática, do técnico em necropsia e autopsia, de tanques, de preparo anatômico e dissecação, de armazenamento de peças, de almoxarifado e de câmara fria. O laboratório possui uma sala de aula teórico-prática que atende 54 alunos (salas 003). Também é utilizado a sala do Laboratório de Técnica Cirúrgicas e Patologia Macroscópica que atende até 34 alunos para as atividades de monitoria da área da anatomia.

O estudo anatômico é realizado em peças anatômicas sintéticas e cadáveres. O laboratório, com aproximadamente 325 peças anatômicas sintéticas e nove cadáveres, atende às necessidades dos componentes curriculares de formação básica e das clínicas médica e cirúrgica; atividades das ligas acadêmicas; atividades de monitoria, visitas técnicas realizadas pelas escolas básicas do município e de municípios adjacentes, instituições federais de ensino superior



locais e por escolas técnicas profissionalizantes.

As atividades estão relacionadas ao ensino e estudo da morfologia humana e à rotina de conservação e preparo de cadáveres e peças anatômicas para estudo.

15.2.2 Laboratório de Microbiologia e Parasitologia

O laboratório, com 96,12 m² de área (sala 202), objetiva desenvolver habilidades específicas, permitindo que os acadêmicos realizem as práticas, observem e desenvolvam uma análise crítica a partir dos resultados.

A estrutura conta com duas bancadas centrais, com rede de GLP e uma bancada marginal para a alocação de equipamentos e materiais diversos, tais como microscópios ópticos binoculares e trinocular com projeção e *softwares* específicos, lupas, espátulas, alças de platina, vidrarias diversas, meios de cultura, reagentes variados, lâminas permanentes e preparadas a fresco, pipetas, entre outros. A rotina de laboratórios de microbiologia envolve atividades com material biológico utilizados nos procedimentos de cultura de microrganismos. Além das lâminas a fresco, preparadas com material cultivado no laboratório, tem-se disponível o laminário da área de Microbiologia e Parasitologia: 1) Parasitologia Geral (50 kits); 2) Bactérias e Leveduras (50 kits); 3) Patologia de Doenças Infecciosas (50 kits); 4) Vermes – Helmintos (50 kits). O laboratório atende os componentes curriculares do *Campus* e projetos de pesquisa institucionais.

15.2.3 Laboratório de Microscopia

Com 58,76 m² de área (sala 111), possui microscópios biológicos da marca Olympus. Um dos microscópios é trinocular e está acoplado a uma câmera visando projeção e análise de imagem da lâmina em *software* e/ou televisor 47". O Laboratório de Microscopia possui os seguintes laminários: 1. Histologia Humana (23 kits); 2. Inflamação (23 kits); 3. Alterações Circulatórias (23 kits); 4. Alterações de Crescimento e Diferenciação Celular (23 kits); 5. Pigmentação (11 kits); 6. Processos de Reparação, Cicatrização e Regeneração (23 kits); 7. Neoplasia Benignas, Malignas e Metástase (20 Kits). Atende os componentes curriculares do *Campus*, monitorias e trabalhos de conclusão de curso.



15.2.4 Laboratório de Fisiologia, Farmacologia e Patologia

O laboratório possui 106,50 m² de área (sala 101), equipado com duas bancadas centrais. Objetivando atividades de microscopia concomitante e complementares ao Laboratório de Microscopia, o Laboratório de Patologia possui microscópios binoculares e um microscópio trinocular Olympus com *software* e televisão de 47”.

15.2.5 Laboratório de Habilidades

Ocupa uma área de 224,25 m² (salas 307, 308, 309, 310), sendo utilizado para o desenvolvimento de competências clínicas básicas, bem como éticas e humanísticas, através da projeção de situações reais da comunidade e dos serviços de saúde, por meio da manipulação de manequins, de simulação vital em escala humana, desde bebês até adultos, garantindo um aprendizado ético e seguro, sem risco de danos ao paciente com a possibilidade de repetições de procedimentos para esclarecer dúvidas do estudante.

Estão disponíveis para manuseio diversos materiais, instrumentos entre os quais os equipamentos de proteção individual, tubos, cateteres, drenos, sondas, agulhas, instrumental cirúrgico, bolsa-válvula-máscara, estetoscópios adulto e infantil, cama hospitalar, pias, cubas, suporte para soro, berço aquecido, macas, esfigmomanômetros, otoscópios, oftalmoscópios direto e indireto, lentes de diversas dioptrias, espéculos, lupas, martelo, lanternas clínicas, termômetros e balanças, bomba de infusão volumétrica peristáltica, inalador/nebulizador ultrassônico portátil, adipômetro, laringoscópio com kit infantil de lâminas retas e curvas, laringoscópio adulto, glicosímetros.

O laboratório possui, dentre os principais equipamentos: Simulador Avançado para Drenagem Torácica; Desfibrilador Externo Automático para Treinamento Adulto e Infantil (Simulador DEA); Simulador Avançado Bebê Para Treinamento de Reanimação Cardiopulmonar e Intubação; Manequim Bebê Recém-nascido Bissexual; Desfibrilador, Cardioversor, ECG e Marcapasso; Simulador Adulto para Ressuscitação Cardiopulmonar com *feedback*; Prancha para Resgate com Imobilizador de Cabeça e Cinto Aranha; Estadiômetro Infantil; Colar Cervical Philadelphia (tamanho P, M e G); Eletrocardiógrafo Digital; Carro de Emergência; Monitor Cardíaco Multi-Parâmetros, Simulador Avançado de Ausculta Cardíaca e Pulmonar com Caixa De Som; Manequim Simulador Interativo de Eletrocardiograma; Simu-



lador Ginecológico; Ventilador Pulmonar Mecânico; Manequim Simulador Adulto Dual Sexo; Simulador para Execução de Técnicas de Cateterização Venosa Central; Braço para acesso venoso periférico, Oxímetro de Pulso, Monitor Multiparamétrico, Detector Fetal Portátil, Cilindro de Oxigênio e Comprimido, Carro de Emergência, Autoclave; Simulador para Injeções Intramusculares; Simulador de Exame Cervical e Parto; Kit Para Simulação de Feridas; Negatoscópios; Simulador de Autoexame para Mamas; Cabeça de Intubação Neonatal Avançada; Manequim Criança para Treinamento em Primeiros Socorros com *Feedback* em Tempo Real; Manequim de RCP bebê – Suporte Básico de Vida; Manequim Infantil para Treinamento em Primeiros Socorros com *Feedback* em Tempo Real com *Software*; Tronco Pediátrico para Treinamento de Intubação Pediátrica, Manequim para intubação, ventilação, sucção e RCP adulto (torso adulto); Simulador Avançado para Suporte Avançado de Vida; Simulador Avançado para Intubação Pediátrica em Via aérea Difícil; Simulador de Intubação Orotraqueal Difícil em Vítimas de Traumatismos Crânio-Facial; Simulador de Parto Avançado Corpo Inteiro com Bebê para RCP; Simulador de Punção Epidural e Lombar; Simulador para Exame de Próstata; Simulador para Treinamento de Suporte Avançado de Vida Pediátrico, Simulador para cateterização vesical feminino e masculino, Simulador para Gestão de Vias aéreas avançada.

15.2.6 Laboratório de Informática

Apresenta uma área de 64,80 m, disponibiliza 32 computadores novos de última geração, os quais foram adquiridos recentemente, todos com acesso à internet cabeada, embora todos os computadores estejam cabeados, o espaço também possui sinal de internet sem fio para que os alunos possam conectar seus dispositivos móveis. O sistema operacional utilizado é o Windows 10, utilizando-se ainda softwares de código aberto como Libreoffice e software para estatística PSPP (GNU), dentre outros programas básicos. Em relação a equipamentos, também possui um projetor fixo no teto, e a disponibilização de um telefone VOIP para ligações. O gerenciamento do referido laboratório é de responsabilidade do Setor de TI, que atualmente é composto por 2 técnicos de tecnologia da informação, vinculado à Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) da Universidade.

15.3 Demais itens



Abaixo seguem informações sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DP-GRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução N° 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução N°4/2015–CONSUNI/CGRAD (disponível em: http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Ademais, para dar conta das diferentes necessidades de adaptações apresentadas pelos estudantes com deficiência, o Curso de Enfermagem, segue o previsto no Regulamento de Graduação, a saber: nas turmas nas quais estão matriculados estudantes com necessidades específicas de aprendizagem, o plano de curso prevê as adaptações necessárias nas metodologias de ensino e de avaliação. A orientação acadêmica dos estudantes com necessidades especiais específicas de aprendizagem deve ser feita com o apoio e de acordo com as recomendações do Setor de Acessibilidade.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:



1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuarem no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores.

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;



- Envio de material/conteúdo em *slides* para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha os acadêmicos surdos em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha os acadêmicos em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de *notebooks* com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais;
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, N. A. Educação Médica no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015.

GARDNER, H. Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



17 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado da UFFS será constituído por atividades teórico-práticas de orientação individual, na área da saúde coletiva e hospitalar, desenvolvidas pelo acadêmico sob a supervisão de um professor da instituição e com coparticipação do enfermeiro dos diferentes serviços, entendidos como campo de estágio, respaldado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem e pelas Resoluções vigentes do COFEN.

Art. 2º O “Estágio Curricular Supervisionado” corresponde ao “Estágio Obrigatório” do Regulamento dos Estágios da UFFS, em conformidade com a Lei N° 11.788/2008.

Art. 3º A finalidade do Estágio Curricular Supervisionado será possibilitar ao acadêmico, futuro profissional, o desenvolvimento de suas habilidades, por meio da análise de situações do cotidiano profissional, propondo e desenvolvendo intervenções nos ambientes de estágio, com apoio do professor supervisor e coparticipação do enfermeiro do serviço.

CAPÍTULO II

DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado, proposto para ser desenvolvido e orientado por dois componentes curriculares - Estágio Curricular Supervisionado I e II - será proposto no 9ª e 10ª nível, respectivamente.



Parágrafo único: Será facultada a realização do Estágio Curricular Supervisionado ao acadêmico de enfermagem que tiver cumprido com todos os componentes curriculares anteriores, à exceção do Trabalho de Curso, que poderá ser concluído até o final do 10^a nível.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado I e II totalizará 900 horas, sendo a carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado desenvolvida nos 9º e 10º níveis, assim distribuída:

	Carga horária (em horas)			
	Total	I – Orientações iniciais e apresentação dos relatórios	II – Elaboração do plano de ação e do relatório	III – atividades de estágio desenvolvidas pelo estudante
Estágio Curricular Supervisionado 9 ^a nível	450	20	30h	400h
Estágio Curricular Supervisionado 10 ^a nível	450	20	30	400h

Art. 6º O aluno deverá realizar o Estágio Curricular Supervisionado nos diferentes campos da rede de atenção à saúde, abrangendo os serviços da atenção primária, secundária, terciária. O estudante deve cumprir obrigatoriamente, em, pelo menos, um dos semestres, estágio que contemple a dimensão assistencial da profissão.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º A determinação do campo de prática, bem como o planejamento, execução, supervisão e avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II estarão sob responsabilidade



da UFFS – *Campus* Passo Fundo, com a coparticipação do enfermeiro da área cedente de campo de estágio.

Parágrafo único – A inter-relação entre a UFFS – *Campus* Passo Fundo e as Instituições de saúde será feita mediante acordo de cooperação.

Art. 8º Os Estágios Curriculares Supervisionados I e II serão realizados em local determinado pelo Coordenador de Estágios do Curso de Enfermagem da UFFS – *Campus* Passo Fundo em acordo com as instituições parceiras, sendo a distribuição dos estagiários feita por sorteio.

Art. 9º O contato com o enfermeiro que supervisionará o acadêmico nos serviços conveniados será feito pelo Coordenador dos Estágios, sendo este um professor do Domínio Específico, indicado pela Coordenação de Curso e referendado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem.

Art. 10 O planejamento, a execução e a avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados estarão sob a responsabilidade do professor orientador da UFFS e do enfermeiro supervisor do campo de estágio.

Art. 11 As turmas do 9º e 10º níveis para a realização dos Estágios Curriculares Supervisionados serão divididas de 1 a 2 estudantes por campo de estágio.

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado II poderá ser realizado somente pelo acadêmico de enfermagem que foi aprovado no Estágio Curricular Supervisionado I.

Art. 13 A avaliação dos Estágios Curriculares Supervisionados I e II seguirá os critérios adotados pelo Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem da UFFS – *Campus* Passo Fundo, registrados nos Planos de Curso, conforme instrumentos elaborados para esta finalidade, a saber:

- a) Instrumento de registro de Presenças;
- b) Instrumento de avaliação do plano de ação;
- c) Instrumento de avaliação das atividades práticas;
- d) Instrumento de Avaliação do Relatório Final.



Paragrafo único - Em caso de reprovação, far-se-á necessário repetir o referido Estágio Curricular Supervisionado na íntegra.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Da Coordenação de Curso

Art. 14 A Coordenação de Curso é responsável pela organização das atividades de estágio dos estudantes do curso, devendo indicar um Coordenador de Estágios, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser renovado uma ou mais vezes a critério do colegiado.

§1º A carga horária atribuída à função de Coordenação de Estágio é de 10 (dez) horas semanais.

§2º Para atender às demandas do curso, especialmente nos casos em que ocorre a dupla oferta anual e/ou dupla habilitação, a Coordenação do Curso pode indicar um Coordenador Adjunto de Estágios para apoiar o Coordenador de Estágios.

Seção II

Da Coordenação de Estágio

Art. 15 Constituem atribuições do Coordenador de Estágio:

- I – participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;
- II – coordenar as atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCEs);
- III – coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;
- IV – levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;
- V – avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular;
- VI – integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticos relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de *Campus*;



- VII – promover estudos e discussões teórico-práticas com os professores do componente curricular de estágio e com os professores-orientadores de estágio do curso;
- VIII – orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;
- IX – mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às unidades concedentes, de forma projetiva;
- X – providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;
- XI – receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;
- XII – promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;
- XIII – promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos;
- XIV – atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

Seção III

Do Orientador de Estágio

Art. 16 Cada estudante em estágio tem um professor-orientador, com as seguintes atribuições:

- I – orientar, em diálogo com o Supervisor de Estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- II – acompanhar, orientar e avaliar, em diálogo com o supervisor de estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante no desenvolvimento do estágio;
- III – avaliar e emitir pareceres sobre relatórios parciais e finais de estágio;
- IV – participar de encontros promovidos pela Coordenação de Estágios de seu curso, com vistas ao planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios;
- V – participar de bancas de avaliação de estágio, quando for o caso;
- VI – organizar, em acordo com o orientando, um cronograma de encontros de orientação;
- VII – desempenhar outras atividades previstas no Regulamento de Estágio do Curso.

Parágrafo único. A mediação entre o supervisor de estágio na UCE, o orientador e o estagiário pode ser realizada à distância, com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, de forma a propiciar a participação dos envolvidos nas atividades em lugares e/ou tempos diversos.



Art. 17 A orientação de estágios é desenvolvida por um docente que atue no curso.

§1º No caso dos Estágios Obrigatórios, o número máximo de orientandos por orientador será de 15 (quinze) em um mesmo CCR.

§2º O limite definido no parágrafo anterior pode ser maior quando não houver docentes em número suficiente para atendê-lo.

Art. 18 No Estágio Obrigatório, as atividades de acompanhamento no campo de estágio são desenvolvidas, preferencialmente, pelo professor do CCR de Estágio.

§1º Os Colegiados dos Cursos devem explicitar a funcionalidade dos processos de orientação e de supervisão em sua normatização interna, atentando, em todos os casos, para a viabilização do acompanhamento e supervisão das atividades de estágio.

§2º Os Colegiados dos Cursos devem prever em seu Regulamento de Estágio a atribuição de carga horária semestral aos processos de orientação, em conformidade com as atividades desenvolvidas pelos docentes e com as diretrizes institucionais de atribuição de encargos docentes.

Art. 19 A organização da orientação dos Estágios Não-Obrigatórios junto ao corpo docente do curso é feita pela Coordenação de Estágios, atentando para a afinidade com a temática.

Seção IV

Da Supervisão na Unidade Concedente de Estágio (UCE)

Art. 20 O Supervisor da UCE é responsável pelo acompanhamento das atividades do acadêmico junto ao campo de estágio, devendo ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento na qual o estagiário atuará.

Art. 21 O supervisor da UCE tem como atribuições:

- I – colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- II – zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;
- III – assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;



- IV – orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;
- V – controlar a frequência dos estagiários;
- VI – emitir avaliação periódica sobre as atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- VII – informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;
- VIII – participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

Seção V

Do Estagiário

Art. 22 Para desenvolver atividades de estágio, o acadêmico deve estar devidamente matriculado, frequentar um Curso de Graduação na UFFS e preencher os requisitos previstos nesse Regulamento.

Art. 23 Constituem atribuições do Estagiário:

- I – assinar o Termo de Compromisso;
- II – colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- III – comparecer no dia e horário de orientação;
- IV – desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;
- V – zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para a manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio junto à mesma;
- VI – entregar relatórios a cada seis meses de estágio realizado, conforme estipulado pela legislação de estágio e/ou pelo regulamento de estágio do curso, e no final da vigência do estágio;
- VII – comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao seu orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*.
- VIII – realizar 900 horas de prática no campo de estágio, preferencialmente sem faltas, sendo que a justificativa deverá ser por meio de atestado médico, oficialmente registrado no sistema da UFFS. Faltas injustificadas serão computadas como ausência, dentro do limite previsto de 25%, constituindo um dos itens do instrumento de avaliação.



CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Coordenador de Estágios, consultando o Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem.



ANEXO II - REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º As Atividades Autônomas constituem ações que visam à complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, com carga horária de 165 horas, distribuídas ao longo da estrutura curricular.

Art. 2º As Atividades Autônomas constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Art. 3º Enquanto requisito obrigatório, as Atividades Autônomas respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

CAPÍTULO II DA VALIDAÇÃO

Art 4º Para que as atividades complementares sejam aceitas, é preciso que o acadêmico apresente documentos formais comprovando o programa desenvolvido e carga horária, oriundo do local de desenvolvimento da atividade.

Art. 5º Para cada atividade será designada uma carga horária máxima para fins de quantificação, distribuídas desta forma:

I - Estágios extracurriculares (120 horas);



- II - Participação em eventos (120 horas);
- III- Trabalhos voluntários sociais (120 horas);
- IV- Participação em movimentos sociais (120 horas);
- V - Cursos de idiomas (120 horas);
- VI - Teste de língua inglesa TOEFL/ITP (2 horas)
- VII - Disciplinas de outros cursos de graduação da UFFS (120 horas);
- VIII - Publicação de artigos científicos em revistas (120 horas/ 30 horas);
- IX - Publicação de trabalhos (resumos simples – 2 horas e expandido – 10 horas, 120 horas);
- X-Participação em grupos de pesquisa (120 horas);
- XI - Bolsista de iniciação científica (120 horas);
- XII- Disciplinas optativas oferecidas pelo curso de enfermagem extracurriculares (120 horas);
- XIII- Monitoria acadêmica (120 horas);
- XIV - Atividades de extensão e cultura (120 horas);
- XV – Atividades de pesquisa (120 horas);
- XVI – Atividades de ensino (120 horas).

CAPÍTULO III

DO ENCAMINHAMENTO DOS COMPROVANTES E DO PROCESSO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Art. 6º Os comprovantes poderão ser entregues no decorrer da integralização do Curso de graduação em enfermagem e serão apreciados e quantificados no final do semestre que foram apresentados.

Parágrafo único. Cada comprovante de Atividade Autônoma apresentado será validado uma única vez e somente em uma atividade. Em caso de tentativa de validação duplicada do mesmo certificado, o estudante não terá as horas daquele certificado contabilizadas, podendo também sofrer processo administrativo.

Art. 7º A validação das Atividades Autônomas deve ser solicitada pelo acadêmico, junto ao SIGAA, mediante preenchimento de requerimento específico e anexação de documentos comprobatórios, originais e cópias, no período determinado pelo calendário Acadêmico da UFFS.

Parágrafo único: Atividades vinculadas a componentes curriculares não configuram Atividade



des Autônomas e, portanto, não são passíveis de validação.

Art. 8º A Coordenação do Curso analisará os pedidos e atribuirá as horas correspondentes para cada atividade realizada.

Art. 9º A total integralização da carga horária das Atividades Autônomas é requisito para a colação de grau e obtenção do diploma.

Art. 10 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso.

Art. 11 Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO

CAPÍTULO I DA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Curso (TC) constitui-se em uma atividade acadêmica individual, de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão do(a) enfermeiro(a), desenvolvida mediante orientação e avaliação docente, cuja exigência é um requisito essencial e obrigatório para a integralização curricular do curso.

§ 1º O TC versará sobre um único tema de pesquisa, acadêmico e profissionalmente relevante, em qualquer área de conhecimento da Enfermagem, desde que relacionado aos conteúdos programáticos que compõem a estrutura curricular do curso, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

§ 2º Os projetos de TC deverão ser submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa, sempre que haja tal necessidade, em conformidade com a legislação de ética em pesquisa vigente no país.

§ 3º A critério do docente responsável e da Coordenação do Curso, a cada semestre, será definido se os projetos de TC deverão ser institucionalizados enquanto projetos de pesquisa, sob responsabilidade do orientador, observada a regulamentação da UFFS.

Art. 2º A realização do TC visa buscar, produzir e difundir saberes durante o processo formativo, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, levando em consideração a necessidade de saúde da população, bem como o avanço do conhecimento científico na área numa perspectiva de integração de conteúdos e de participação ativa do estudante.

Art. 3º São objetivos específicos do TC:

- I - Instrumentalizar e acompanhar o acadêmico na elaboração, na execução e na divulgação de resultados de uma investigação científica;
- II - Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, numa perspectiva interdisciplinar em consonância com o PPC;



III - Promover o diálogo sobre as questões éticas envolvidas na pesquisa e na atuação profissional.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO

Art. 4º O TC será desenvolvido no decorrer do curso, nos seguintes componentes curriculares:

I - TC I: elaboração do projeto de pesquisa, de acordo com as normas vigentes na UFFS, as orientações e os prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular de TC I;

II - TC II: coleta de dados e elaboração de relatório de pesquisa, em conformidade com as orientações e os prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular de TC II;

III - TC III: análise dos dados, redação, divulgação dos resultados na forma de artigo científico, organização e entrega do volume final do TC.

§ 1º O artigo científico respeitará as normas da ABNT e o órgão selecionado para submissão, as recomendações da Comissão Examinadora, bem como as orientações e os prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular de TC III.

§ 2º O volume final do TC obedecerá a regulamentação vigente na UFFS, as orientações e os prazos determinados nos Planos de Ensino de TC.

§ 3º O volume final do TC, a ser entregue ao docente responsável ao final do TC III, será composto da íntegra do projeto desenvolvido no TC I, do relatório de pesquisa produzido no TC II, do artigo científico desenvolvido no TC III, bem como de outros documentos pertinentes, cuja inclusão se faça necessária, conforme orientação do docente responsável.

§ 4º O TC deve ser desenvolvido individualmente, cabendo ao Colegiado de Curso analisar e deliberar sobre solicitações divergentes, como é o caso do desenvolvimento do TC em duplas.

§ 5º O desenvolvimento do TC, em cada um dos seus componentes curriculares, constituir-se-á, obrigatoriamente, de encontros com o docente responsável e com o orientador para orientação teórica e prática, como atividade de orientação individual.

Art 5º É vedado substituir, no decorrer do TC II e III, o projeto elaborado no TC I, salvo justificativa de inviabilidade de execução encaminhada pelo orientador ao docente responsável.

Parágrafo único. Caso o projeto seja substituído, deverá ser acrescentado ao volume final do



TC novo projeto, em conformidade com as orientações do componente curricular de TC I e com as determinações previstas neste Regulamento.

SEÇÃO I

Do Docente Responsável

Art. 6º O responsável pelo TC será um docente vinculado ao Curso, que ministrará os componentes curriculares de TC.

Art. 7º Ao docente responsável pelo TC compete:

- I - Apresentar este Regulamento aos acadêmicos e aos orientadores de TC;
- II - Elaborar e apresentar os Planos de Ensino dos componentes curriculares de TC, informando aos acadêmicos sobre as normas vigentes, os prazos, os procedimentos e os critérios de avaliação do TC;
- III - Auxiliar os acadêmicos na definição dos orientadores, respeitando disponibilidade, formação e atuação do corpo docente, orientações e prazos estabelecidos neste Regulamento e no Plano de Curso do componente curricular de TC I;
- IV - Orientar, acompanhar e participar da avaliação dos acadêmicos no desenvolvimento do TC, conforme definições constantes nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC;
- V - Cumprir as determinações deste Regulamento, bem como o estabelecido nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC;
- VI - Propor alterações neste Regulamento, caso necessário, visando qualificar o processo de desenvolvimento do TC;
- VII - Reunir e arquivar as informações sobre orientação, coorientação e participação em Comissão Examinadora, junto à Coordenação do Curso, para fins de comprovação acadêmica;
- VIII - Fornecer ao orientador e ao acadêmico a documentação disponibilizada pela Coordenação do Curso, para o desenvolvimento do TC;
- IX - Receber e encaminhar para arquivamento os volumes finais de TC, conforme discriminado no Art. 4º, § 3º, segundo as normativas institucionais;
- X - Atribuir notas aos acadêmicos, receber avaliações do orientador, da Comissão Examinadora, e fazer os devidos registros no Sistema Acadêmico, juntamente com a frequência do es-



tudante;

XI - Controlar o limite de orientandos por orientador;

XII - Manter conduta ética no desenvolvimento do TC, em conformidade com a legislação de ética em pesquisa e de ética profissional vigente no país;

XIII - Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do TC.

SEÇÃO II

Do Orientador

Art. 8º A orientação do TC, compreendida como processo de acompanhamento didático-pedagógico, deverá ser exercida por docentes vinculados ao Curso.

Art. 9º Compete ao orientador:

I - Selecionar dentre os acadêmicos interessados a cada semestre, de acordo com critérios próprios, aqueles que poderá orientar, respeitando este Regulamento, as orientações e os prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular de TC I;

II - Preencher formulário específico de aceite, de cada acadêmico, sob sua orientação, de acordo com este Regulamento, orientações e prazos estabelecidos nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC;

III - Elaborar semestralmente um cronograma de orientação e um Plano de Trabalho para cada um dos acadêmicos, sob sua orientação, bem como registrar as atividades desenvolvidas nas orientações, para fins de comprovação acadêmica;

IV - Orientar os acadêmicos na elaboração do TC, por meio de reuniões presenciais e utilizando os recursos tecnológicos, de acordo com o cronograma estabelecido, respeitando suas linhas de pesquisa, formação e atuação profissional;

V - Definir e convidar o coorientador, juntamente com o acadêmico, caso haja interesse de ambos, bem como informar ao docente responsável, mediante assinatura de formulário específico de aceite, respeitando este Regulamento e demais orientações e prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular de TC I;

VI - Orientar os acadêmicos em todos os níveis de desenvolvimento do TC, desde a escolha do tema até a entrega do volume final, seguindo este Regulamento e as demais orientações e prazos descritos nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC;



- VII - Colaborar com o docente responsável e com a Coordenação do Curso no desenvolvimento do TC, participando das reuniões, sempre que convocado, e do processo avaliativo de seus orientandos;
- VIII - Submeter os protocolos de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, desde que haja tal necessidade, em conformidade com a legislação de ética em pesquisa vigente no país;
- IX - Definir a data da sessão pública de apresentação do TC, respeitando o cronograma previsto no Plano de Curso do TC III e informar ao docente responsável;
- X - Definir e convidar os membros da Comissão Examinadora para a sessão pública de apresentação do TC, respeitando o cronograma previsto no Plano de Curso do TC III e informar ao docente responsável;
- XI - Encaminhar, juntamente com o seu orientando, cópias do artigo para os membros da Comissão Examinadora, em consonância com o Art. 4º, § 1º deste Regulamento;
- XII - Participar das sessões públicas das apresentações de TC de seus orientandos, ficando sob sua responsabilidade a abertura, a coordenação e o encerramento das mesmas;
- XIII - Preencher a documentação, conforme formulário específico, relativa à sessão pública de apresentação do TC e entregar ao docente responsável, respeitando o cronograma previsto no Plano de Curso do TC III;
- XIV - Conferir se as correções sugeridas no artigo científico pela Comissão Examinadora foram atendidas pelo acadêmico na versão incluída no volume final do TC, a ser entregue, e comprovar por meio de formulário específico, conforme orientações e prazos previstos no Plano de Curso do componente curricular do TC III;
- XV - Cumprir as determinações deste Regulamento, bem como o estabelecido nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC;
- XVI - Propor à Coordenação do Curso alterações neste Regulamento, caso necessário, visando qualificar o processo de desenvolvimento do TC;
- XVII - Manter conduta ética no desenvolvimento do TC, em conformidade com a legislação de ética em pesquisa e de ética profissional vigente no país;
- XVIII - Informar por escrito ao docente responsável qualquer irregularidade decorrente do não cumprimento, pelos orientandos, das condições estabelecidas neste Regulamento;
- XIX - Proceder a verificação de plágio durante o processo de orientação, utilizando os recursos disponíveis nas tecnologias de informação para validação da autoria do texto.



Art. 10 O número de acadêmicos orientandos por orientador deverá ser de no máximo 12 por semestre, considerando o TC I, o TC II e o TC III.

Art. 11 A substituição de orientação poderá ser requerida pelo docente ou pelo acadêmico, desde que encaminhada, por escrito e com justificativa, ao docente responsável para apreciação e deliberação junto à Coordenação do Curso.

§ 1º Se aprovada a substituição, caberá à Coordenação do Curso indicar um novo orientador.

§ 2º Não será permitido requerimento de substituição de orientação no TC III.

SUBSEÇÃO I

Da Coorientação

Art. 12 O acadêmico poderá contar com a colaboração de um coorientador, com conhecimento na área, sem ônus para a UFFS, se o mesmo não tiver vínculo com a universidade.

§ 1º Em caso de aceite da coorientação, o mesmo deverá assinar formulário específico de aceite, conforme Art. 9º, inciso V deste Regulamento.

§ 2º A desistência da coorientação poderá ser requerida pelo coorientador, desde que encaminhada por escrito ao docente responsável.

SEÇÃO III

Do Acadêmico

Art. 13 Compete ao acadêmico:

I - Indicar um orientador, conforme os critérios deste Regulamento, e informar ao docente responsável, mediante formulário específico de aceite devidamente assinado, obedecidas as orientações e o cronograma previsto no Plano de Curso de TC I. Caso contrário, a orientação será definida pelo docente responsável junto à Coordenação do Curso;

II - Selecionar o tema do TC em conjunto com o orientador e informar ao docente responsável, obedecidas as orientações e o cronograma previsto no Plano de Curso do TC I;

III - Definir e convidar o coorientador, juntamente com o orientador, caso haja interesse de ambos, bem como informar ao docente responsável, mediante assinatura do formulário específico de aceite devidamente assinado pelo orientador e pelo coorientador, respeitando este Regulamento e demais orientações e prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente



curricular de TC I;

IV - Encaminhar, juntamente com o seu orientador, cópias do artigo para os membros da Comissão Examinadora, em consonância com Art. 4º, § 1º deste Regulamento, bem como apresentar toda a documentação solicitada pelo docente responsável e pelo orientador;

V - Apresentar o artigo científico oralmente na sessão pública, conforme este Regulamento e demais orientações e determinações constantes no Plano de Curso do componente curricular de TC III;

VI - Entregar o volume final do TC ao docente responsável, conforme descrito no Art. 4º deste Regulamento;

VII - Cumprir o Plano de Trabalho, o cronograma e os horários estabelecidos pelo docente responsável e pelo orientador, desenvolvendo com êxito todas as atividades propostas nas três etapas do TC;

VIII - Respeitar os direitos autorais, evitando qualquer forma e tipo de plágio, em todas as etapas do TC;

IX - Manter conduta ética no desenvolvimento do TC, em conformidade com a legislação de ética em pesquisa e de ética profissional vigente no país;

X - Encaminhar ao docente responsável a solicitação de desistência da coorientação, caso houver, conforme Art. 12, § 2º deste Regulamento;

XI - Informar por escrito ao docente responsável qualquer irregularidade decorrente do não cumprimento das condições estabelecidas neste Regulamento;

XII - Desenvolver o TC, seguindo as determinações deste Regulamento e o estabelecido nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO

Art. 14 O desenvolvimento do TC será avaliado em conformidade com as normativas da UFFS e com os critérios estabelecidos nos Planos de Curso dos componentes curriculares de TC.

Art. 15 No TC III, será instituída sessão pública de apresentação oral do artigo científico para avaliação de cada acadêmico por Comissão Examinadora composta por três membros.



Art. 16 A Comissão Examinadora será assim constituída:

- I - Um dos membros será obrigatoriamente o orientador, exercendo a presidência da sessão;
- II - Um dos membros será obrigatoriamente um docente da UFFS, que não seja o orientador ou o coorientador;
- III - Um dos membros poderá ser externo à UFFS, indicado pelo orientador em conjunto com o acadêmico.

Art. 17 Caberá aos membros da Comissão Examinadora:

- I - Avaliar a versão escrita do artigo, conforme orientação e critérios definidos no Plano de Curso do componente curricular de TC III, assim como solicitar alterações, quando necessário;
- II - Assistir a apresentação oral do acadêmico, arguindo-o e avaliando-o, conforme orientação e critérios definidos no Plano de Curso do componente curricular de TC III;
- III - Encaminhar ao orientador, caso não possa comparecer à sessão pública, parecer de avaliação do artigo científico em formulário específico.

Art. 18 Nas situações em que dois membros da Comissão Examinadora, exceto o orientador, não puderem comparecer à sessão pública, a mesma deverá ser reagendada.

Art. 19 A falta do acadêmico à sessão pública de apresentação oral do TC deverá ser justificada seguindo o Regulamento de Graduação. Em caso de deferimento, a sessão deverá ser reagendada.

Art. 20 Na sessão pública, o acadêmico terá um mínimo de 20 (vinte) e um máximo de 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho, e os componentes da Comissão Examinadora, até 10 (dez) minutos cada um, para fazer seus comentários e/ou questionamentos.

Art. 21 Encerrada a sessão pública a Comissão Examinadora se reunirá em sessão fechada para a avaliação e o registro em ata, que será assinada pelos seus membros e pelo acadêmico, e entregue pelo orientador ao docente responsável.

Art. 22 A nota atribuída pela Comissão Examinadora na sessão pública comporá a nota final



do componente curricular de TC III, de acordo com o estabelecido no Plano de Curso.

Art. 23 São condições necessárias para aprovação em TC:

I – Presença em sessão pública para apresentação do TC

II – Adequação da apresentação do TC/ artigo científico, junto à Banca Examinadora, de acordo com normas para apresentação de trabalhos científicos, em tempo mínimo de 20 (vinte) e um máximo de 30 (trinta) minutos.

III – Entrega do produto final do TC ao componente curricular e ao repositório Institucional da UFFS, em prazo pré-estabelecido, em conformidade com as recomendações da Banca Examinadora e do Professor Orientador, bem como com demais normativas institucionais, devidamente constantes da Ata de Defesa emitida pelo Professor Orientador

IV – Obtenção de Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, resultante da pontuação entre os membros da Banca e o Professor Orientador.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 O TC ficará disponível no Repositório Institucional da UFFS.

Art. 25 Caso o acadêmico não se responsabilize pela submissão do artigo a um periódico científico, é facultado ao orientador, com o consentimento do acadêmico devidamente registrado, submeter o artigo para publicação, respeitadas a autoria e a coautoria.

Art. 26 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo docente responsável e pela Coordenação do Curso.

Art. 27 Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO IV: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO DE ENFERMAGEM - BACHARELADO

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Entende-se por Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) do Curso de Graduação em Enfermagem intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa, preferencialmente na área de abrangência da UFFS, e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais próprias.

Art. 2º Constituem objetivos gerais da integração da extensão universitária à estrutura curricular do curso:

- I - potencializar a formação do estudante quanto à capacidade de interagir, pensar e propor soluções à sociedade, constituindo-se em instrumento emancipatório para o desenvolvimento da autonomia intelectual, cidadã e de interação com a realidade global e regional;
- II - inserir atividades acadêmicas de extensão e de cultura no currículo, de forma articulada e indissociada do ensino e da pesquisa, de modo a constituir a presença da universidade nos diferentes espaços da sociedade, contribuindo com a transformação e o desenvolvimento social;
- III - desenvolver atividades de extensão e de cultura, enquanto processo educativo, artístico, cultural, científico, político e tecnológico que configure a relação teoria e prática através do exercício interdisciplinar, proporcionando formação profissional e humana integrada à visão do contexto social, com vistas à transformação social;
- IV - promover o planejamento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação, contemplando a flexibilidade do currículo, adotando metodologias inovadoras e participativas, possibilitando o ensino, a aprendizagem e a produção de conhecimento em múltiplos espaços e ambientes da comunidade regional;
- V - incentivar, promover e fortalecer iniciativas que respondam às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, educação indígena, direitos humanos, questões de gênero e diversidade;



VI - mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS à colaboração social quanto ao enfrentamento de questões urgentes da sociedade brasileira, especialmente relacionadas ao desenvolvimento humano, científico, econômico, social, linguístico, artístico e cultural;

VII - fomentar a produção de conhecimentos acadêmico-científicos atuais para que sejam utilizadas em benefício da sociedade brasileira, aplicadas ao desenvolvimento social, artístico, linguístico, cultural, equitativo e sustentável;

VIII - constituir um canal para ampliar o impacto e a transformação social, a inclusão de grupos sociais, o desenvolvimento da pesquisa, meios e processos de produção, a tecnologia, a inovação, comunicação e disponibilização de conhecimentos e a ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também a formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

Art. 3º - A presença da extensão e da cultura nos currículos dos cursos da UFFS se ancora na perspectiva formativa da extensão universitária, especificamente no seu papel contribuinte para a produção e democratização do conhecimento, objetivando contribuir na formação acadêmico-científica, humana e social do estudante, por isso, devem tê-lo como protagonista dos processos.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 4º - São consideradas atividades curriculares de extensão e de cultura (ACE) aquelas que apresentam as seguintes características:

I - sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente;

II - promovam o envolvimento da comunidade regional preferencialmente na área de abrangência da UFFS como público-alvo;

III - atendam às exigências requeridas pelo perfil do egresso e pelos objetivos da formação previstos no PPC do curso;

IV - tenham o discente como protagonista das atividades;

V - sejam ações que promovam a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes;



VI - garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

§ 1º São admitidas no cômputo das ACEs as atividades de extensão e de cultura demandadas por acadêmicos, sob orientação de docente, e em consonância com o PPC.

§ 2º Uma vez institucionalizadas, as ações de extensão e de cultura coordenadas por servidores técnico-administrativos da UFFS podem ser validadas como ACEs, desde que tenham na equipe docente(s) responsável(is) pela orientação dos estudantes e estejam em consonância com o PPC.

Art. 5º - As atividades de extensão e de cultura são efetivadas mediante:

I - Componente curricular misto, sendo parte da carga horária registrada como ensino e/ou pesquisa, e parte como extensão ou cultura;

II - Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs).

Art. 6º - É permitido ao estudante participar de atividades de extensão ou de cultura ofertadas pela UFFS, por outras instituições de ensino ou pela comunidade regional, e solicitar a sua validação para o cumprimento da carga horária de ACE no seu curso, mediante validação pelo coordenador de extensão e cultura do Curso de Enfermagem.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO DOCENTE E DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURSO

Art. 7º O acompanhamento dos estudantes em ACEs será efetuado por um Professor Orientador, indicado pela Coordenação de Extensão, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual serão desenvolvidas as atividades e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento das atividades, podendo ser



qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

Art. 8º Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue à Coordenação de Extensão e Cultura, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a execução final dos trabalhos.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 9º Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na execução das ACEs em todas as suas fases, do projeto até o desempenho das atividades até o final.

II Cabe ao professor orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas.

III - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e emitir relatório de acompanhamento e avaliações à Coordenação de Extensão e Cultura.

IV - Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Coordenação de Extensão e Cultura.

V - Participar de momentos de avaliação e/ou validação de atividades.

VI - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração de relatórios ou demais produtos, conforme o caso.

VII - Indicar, se necessário, à Coordenação de Extensão e Cultura, a nomeação de coorientador.

Art. 10 Fica instituída a Coordenação de Extensão e Cultura no Curso de Graduação em Enfermagem para realizar o acompanhamento das atividades de extensão e cultura (ACEs) no âmbito do curso.

Art. 11 Cabe ao Colegiado do Curso indicar um Coordenador de Extensão e de Cultura para o curso.

Art. 12 São atribuições da Coordenação de Extensão e Cultura:

I – Coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no



âmbito do currículo do curso, em diálogo com os professores responsáveis pelos CCRs mistos e estágio curricular supervisionado, coordenadores das ações de extensão e cultura, Coordenação Acadêmica, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, e PROEC;

II - Orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III - acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV - Zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V - Divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do campus;

VI - Conduzir a validação das ACEs desenvolvidas no âmbito do currículo do curso.

Parágrafo único. Para auxiliar na validação de ACEs, a Coordenação de Extensão e Cultura pode contar com uma comissão temporária instituída e designada pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO IV

DA VALIDAÇÃO E DO REGISTRO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA (ACEs)

Art. 13 - A validação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelos estudantes no âmbito dos currículos dos cursos será conduzida pela Coordenação de Curso, conforme estabelecido em instrumentos regulatórios vigentes.

§ 1º Para auxiliar na validação de ACEs, a Coordenação do Curso pode contar com uma comissão temporária instituída e designada para este fim.

§ 2º As participações dos estudantes nas atividades de extensão e de cultura serão validadas pelo Curso mediante apresentação de comprovante de participação emitido pela instituição responsável

§ 3º As atividades de extensão e de cultura validadas serão registradas junto ao histórico escolar do acadêmico.



Art. 14 - Para validar as Atividades Curriculares de Extensão e Cultura o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria acadêmica.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de outros produtos, cópia ou demais instrumentos de evidência verificável.

Art. 15 - Os casos omissos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Enfermagem.



ANEXO V — REGULAMENTO DA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – BACHARELADO

Art. 1º São considerados componentes curriculares optativos aqueles que buscam diversificar e complementar a formação do Acadêmico, numa perspectiva interdisciplinar de enriquecimento e de construção do saber, contemplando as diferentes áreas do conhecimento.

Parágrafo único. Para integralização do Curso será obrigatório cursar, no mínimo, 210 (duzentos e dez) horas.

Art. 2º Os componentes curriculares optativos têm por objetivos:

- I- A flexibilização do currículo do curso, por meio da oferta de disciplinas que agreguem conhecimento à formação intentada pelo discente;
- II- A oferta de componente curricular com conteúdo atual e de interesse local, considerando a dinâmica do conhecimento na área.

Art. 3º Os componentes curriculares optativos seguem os mesmos critérios avaliativos previstos no Regulamento da Graduação da UFFS para os componentes curriculares obrigatórios, inclusive no que diz respeito à frequência e composição da nota.

Art. 4º Os componentes curriculares optativos serão ofertados ao longo do curso, observada a disponibilidade do corpo docente e da Instituição.

Parágrafo único. Até o final do nível VIII, para poder matricular-se no Estágio curricular supervisionado I, o Acadêmico deverá ter cursado os componentes optativos exigidos.

Art. 6º O rol de componentes curriculares optativos estará disponível para matrículas no portal do aluno, via Sistema Acadêmico da UFFS.

§1º Caberá ao acadêmico acompanhar, semestralmente, a oferta dos referidos componentes, bem como realizar sua matrícula.

§2º Para a integralização das horas atinentes aos componentes curriculares optativos previstos no PPC, o Curso de Enfermagem aceita, além dos componentes ofertados no âmbito do Curso, as ofertas optativas dos demais Cursos da área da saúde do *Campus*.



Art. 7º Compete ao Colegiado do Curso solucionar os casos omissos, assim como dirimir eventuais dúvidas referentes a este Regulamento.

Art. 8º Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.



**ANEXO VI — REGULAMENTO INTERNO DE ENSINO PARA A PROFICIÊNCIA
EM LÍNGUA INGLESA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS PASSO
FUNDO**

PORTARIA Nº 46/DIR-PF/UFFS/2023, DE 11 DE JULHO DE 2023

Institui o Regulamento Interno de Ensino para a Proficiência em Língua Inglesa dos cursos de graduação do Campus Passo Fundo.

O DIRETOR DO CAMPUS PASSO FUNDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS, no uso de suas atribuições, em conformidade ao disposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS e considerando a Resolução nº 2/CONSCPF/UFFS/2018, que institui o Núcleo de Ensino de Línguas (NELI);

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Regulamento Interno de Ensino para Proficiência em Língua Inglesa dos Cursos de Graduação do Campus Passo Fundo.

**CAPÍTULO I
DOS FINS E OBJETIVOS**

Art. 2º Os discentes dos Cursos de Graduação devem comprovar proficiência B1 (nível intermediário) em língua inglesa, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (Council of Europe, 2020) para a integralização curricular.

**CAPÍTULO I
DA PROFICIÊNCIA**

Art. 3º São duas as formas de comprovação da proficiência: certificação externa e certificação interna.



Art. 4º A certificação externa refere-se à obtenção de certificados dos seguintes testes de proficiência:

I - Test Of English as a Foreign Language (TOEFL), do tipo Institutional Testing Program (ITP), com pontuação mínima de 460/677, ou Internet-Based Test (IBT), com pontuação mínima de 42/120, ambos com validade de 2 (dois) anos;

II - International English Language Testing System (IELTS), com pontuação mínima de 4/9, e com validade de 2 (dois) anos;

III - provas de proficiência ofertadas por Programas de Pós-graduação stricto sensu de Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas no MEC.

§ 1º O Teste de Proficiência de Leitura em Língua Adicional (TP-UFFS) ou provas elencadas nos incisos I, II e III somente serão aceitos como comprovação externa de proficiência para os discentes que, no último ano do curso de graduação, ainda não tenham comprovado a proficiência em língua inglesa pelo NELI.

Art. 5º A certificação interna refere-se à Prova de Nivelamento e Proficiência elaborada e aplicada pelo NELI, ao início de cada semestre letivo. É de caráter compulsório aos discentes que não apresentarem certificação externa obtida antes de seu ingresso regular na UFFS, podendo ser realizada uma única vez. A prova é composta por cinco seções organizadas em duas partes:

I - parte escrita, constituída por exercícios de audição e compreensão oral (seção 1); leitura e compreensão escrita (seção 2); língua em uso (gramática e vocabulário) (seção 3); produção escrita (seção 4);

II - parte oral, constituída por entrevista individual em inglês (seção 5).

§ 1º Ao apresentar desempenho igual ou superior ao nível B1, o discente comprova a proficiência mínima exigida e fica isento de cursar os componentes curriculares do NELI.

§ 2º Ao apresentar desempenho inferior ao nível B1, o discente é automaticamente alocado em um dos seis Componentes Curriculares Regulares (CCRs) de Inglês para as Ciências da Saúde, conforme seu desempenho na Prova.

CAPÍTULO III

DOS COMPONENTES CURRICULARES



Art. 6º Para o desenvolvimento da proficiência interna oferecida pelo NELI, serão ofertados seis CCRs de língua inglesa, comuns aos cursos de Medicina e Enfermagem:

- I - Inglês para as Ciências da Saúde - Iniciante I, com carga horária de 2hs semanais;
- II - Inglês para as Ciências da Saúde - Iniciante II, com carga horária de 2hs semanais;
- III - Inglês para as Ciências da Saúde - Básico I, com carga horária de 2hs semanais;
- IV - Inglês para as Ciências da Saúde - Básico II, com carga horária de 2hs semanais;
- V - Inglês para as Ciências da Saúde - Intermediário I, com carga horária de 1h semanal;
- VI - Inglês para as Ciências da Saúde - Intermediário II, com carga horária de 1h semanal.

§ 1º Os CCRs, voltados ao desenvolvimento da proficiência B1 em língua inglesa para a área da saúde, têm a seguinte progressão e equivalência aos níveis do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas:

- I - níveis iniciante I e II - nível A1 (usuário iniciante da língua);
- II - níveis básico I e II - nível A2 (usuário básico da língua);
- III - níveis intermediário I e II - nível B1 (usuário intermediário da língua).

§ 2º Para obter a aprovação, o estudante deve alcançar nota igual ou superior a 6,0 e ter frequência mínima de 75% em cada CCR, de acordo com o disposto na Resolução nº 40/CGAE-CONSUNI/2022.

§ 3º As matrículas são de responsabilidade da Coordenação do NELI e dos Cursos de Graduação, e obedecerão os períodos e prazos estipulados pelo Calendário Acadêmico.

§ 4º Ao concluir o CCR de Inglês para as Ciências da Saúde - Intermediário II, o discente atesta, automaticamente, a comprovação da proficiência exigida pelos Cursos de Graduação, não sendo necessário realizar uma nova prova de proficiência.

§ 5º A proficiência estará registrada e certificada no histórico escolar e poderá ser validada como proficiência externa em língua inglesa para outros fins.

Art. 7º Os programas de cada componente curricular, contendo o código, a denominação, a quantidade de créditos e horas, a ementa, o objetivo, os conteúdos programáticos, as referências básicas e as complementares constam no APÊNDICE I do presente regulamento.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 8º Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação Acadêmica.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial da UFFS.



ANEXO VII — RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

15/08/22, 15:36

e-MEC - IES



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 202127266

Código MEC: 2007663

**Código da
Avaliação:** 175087

Ato Regulatório: Autorização

**Categoria
Módulo:** Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 298-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Autorização (presencial)

**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Endereço da IES:

84444 - Campus Passo Fundo - Rua Capitão Araújo, 20 Centro. Passo Fundo - RS.
CEP:99010-200

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

ENFERMAGEM

Informações da comissão:

**Nº de
Avaliadores :** 2

**Data de
Formação:** 13/05/2022 13:48:44

**Período de
Visita:** 10/08/2022 a 13/08/2022

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

Márcia Helena de Souza Freire (06540294824)

José Alex Alves dos Santos (06996886473) -> coordenador(a) da comissão

Curso:

DOCENTES

Nome do Docente

ADELMIR FIABANI

Titulação Regime Trabalho Vínculo Empregatício

Doutorado Integral

Estatutário

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 1/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
ALESSANDRA REGINA MÜLLER GERMANI	Doutorado	Integral	Estatutário
AMAURO BRAGA SIMONETTI	Doutorado	Integral	Estatutário
Daniela Augustin Silveira	Mestrado	Integral	Estatutário
DANIELA TEIXEIRA BORGES	Mestrado	Parcial	Estatutário
GUSTAVO OLSZANSKI ACRANI	Doutorado	Integral	Estatutário
HELENA DE MORAES FERNANDES	Mestrado	Integral	Estatutário
JAIME GIOLO	Doutorado	Integral	Estatutário
JOSSIMARA POLETTINI	Doutorado	Integral	Estatutário
Julio Cesar Stobbe	Doutorado	Parcial	Estatutário
LISSANDRA GLUSCZAK	Doutorado	Integral	Estatutário
LUCIMAR MARIA FOSSATTI DE CARVALHO	Doutorado	Integral	Estatutário
REGINA INES KUNZ	Doutorado	Integral	Estatutário
SHANA GINAR DA SILVA	Doutorado	Integral	Estatutário
VANDERLEI DE OLIVEIRA FARIAS	Doutorado	Integral	Estatutário

CATEGORIAS AVALIADAS

ANÁLISE PRELIMINAR

1. Informar nome da mantenedora.

A instituição (Universidade Federal da Fronteira do Sul) é mantida por: Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal, CNPJ 11.234.780/0001-50, no município de Chapecó - SC, na Rua Fernando Machado - E, nº 108.

2. Informar o nome da IES.

Universidade Federal da Fronteira do Sul - Campus Passo Fundo

3. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

Marco Legal

Marco Legal da Ciência e Tecnologia - Decreto nº 9.283/2018. Sendo a UFFS criada a partir da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009.

Endereço

A UFFS campus Passo Fundo que se trata esta avaliação está localizada na Rua Capitão Araújo, Campus Passo Fundo - 20, Centro, CEP 99010-200, Passo Fundo - RS.

Segundo o PDI apresentado, área construída de 3.824,24m² (edificações existentes quando da doação) e está localizado no centro da cidade, com frente para a Rua Teixeira Soares e fundos para a Rua Capitão Araújo, na quadra formada também pela Rua Uruguai e Avenida Sete de Setembro.

Atos legais

É uma instituição pública federal que foi resultado da participação da UFFS no Plano de Expansão de Educação em Saúde para atendimento das necessidades locais em ter uma Instituição Federal de Ensino Superior.

4. Descrever o perfil e a missão da IES.

Perfil: Assim como outras universidades públicas o seu perfil desenha-se, como universidade multicampi, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção.

Missão: Segundo o PDI apresentado, a UFFS tem como missão (segundo o Estatuto, aprovado pela Resolução nº 31/2015-CONSUNI, de 13/10/2015):

. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social;

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 2/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

- . Desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando a interação e a integração das cidades e dos estados que compõem a Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno;
- . Promover o desenvolvimento regional integrado, condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.

5. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a criação do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

Segundo o PPC apresentado, o curso proposto baseia-se na necessidade loco-regional de pequenas cidades emancipadas com razoável estrutura urbana e qualidade de vida e que no contexto geográfico da UFFS, representam mais de 500 municípios. Outro ponto relevante é que em mesmos locais mais desenvolvidos economicamente a saúde ainda é deficitária por razões diversas, mas principalmente por falta de adesão de profissionais de saúde na rede pública.

Sendo assim, a criação de cursos públicos nesses lugares tende a criar conexões sólidas entre os estudantes e o contexto geográfico e cultural onde ocorre a prática acadêmica, sobretudo se puder contar com uma organização curricular orientada para a consolidação da teoria e da prática, permeada pela tríade, ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, de acordo com os dados apresentados pode-se inferir que o foco do curso proposto permitirá uma formação profissional consistente através da inserção no complexo de assistência à saúde existente, bem como potencializará o progresso científico por meio do desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão, repercutindo positivamente nos níveis de saúde da população.

6. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

Segundo o PDI apresentado pela instituição o processo de criação da UFFS está atrelado a democratização e expansão da educação superior no Brasil para o período de 2003 a 2014. Dentre as ações do governo estava a interiorização da educação superior, que visava fomentar o desenvolvimento regional integrado e reverter o processo de litoralização da força de trabalho qualificada (MEC 2012-2014). Assim, a criação de novos campi foi pautada na participação das universidades no desenvolvimento regional, na integração com a comunidade local, no desenvolvimento da formação profissional e em pesquisas regionais.

Nesse cenário, em 2008, uma Comissão designada para implantar a Universidade organizou inúmeras atividades (oficinas e seminários) que culminaram na definição dos cursos a serem ofertados inicialmente. No mesmo ano, o Projeto de Lei de Criação da Universidade foi assinado pela Presidência da República e enviado ao Congresso Nacional. No ano seguinte, em 2009, a UFSC foi designada como tutora da UFFS, contribuindo para a definição dos locais provisórios para o funcionamento da Instituição, para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e também para a decisão sobre as formas de ingresso, que teve como base a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No dia 15 de setembro do mesmo ano, por meio da Lei nº 12.029/2009, foi oficializada a criação da UFFS.

Para tanto, para definição dos campi foram seguidos alguns critérios, a saber: município caracterizado como polo regional ou com infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica e serviços públicos de forma adequada; cidades que se localizassem nos diferentes estados e que representassem centralidade no contexto geográfico, facilitando o acesso de estudantes; cidades mais distantes das Universidades Federais já existentes na Região Sul; municípios que ofereceriam contrapartidas previstas no projeto, dentre outros. A partir desses critérios foram definidos, inicialmente, cinco campi: Chapecó, em Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná. Já o Campus Passo Fundo resultou da participação da UFFS no Plano de Expansão da Educação em Saúde e do anseio da comunidade regional das cidades do norte do Rio Grande do Sul de ter uma Instituição Federal de Ensino Superior, tendo suas atividades iniciadas em 2013, com o curso de medicina. Sendo assim, a UFFS conta atualmente com 6 campi.

7. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Enfermagem Bacharelado



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

8. Indicar a modalidade de oferta.

Presencial

9. Informar o endereço de funcionamento do curso.

O curso será ofertado no campus Passo Fundo, na Rua Capitão Araújo nº 20, Centro, CEP 99010-200, Passo Fundo-RS.

10. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

O processo de construção do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da UFFS, campus Passo Fundo, inicia-se em julho de 2021, segundo informações proferidas em reunião presencial com a Profa Dra Alessandra Regina Müller Germani, Coordenadora do Curso. A partir da página 16 do PPC, é justificada a criação do Curso, sob diversas óticas, desde a necessidade de investimentos na formação profissional para suprir a falta dos mesmos, considerando o foco no cuidado integral, o trabalho em equipe e os espaços tradicionalmente desassistidos. E ainda, ressalta-se a extensão territorial da região de abrangência da UFFS constituída por propriedades rurais, colonização imigrantista europeia gerando pequenas cidades emancipadas, que representam mais de 500 municípios. Com a formação das cidades de médio porte geram-se novas oportunidades de investimentos públicos, repercutindo em avanços de sucesso com o estabelecimento da UFF. Assim, o processo de construção do PCC para a proposta de Curso de Enfermagem, na UFFS de Passo Fundo, adotou como referenciais orientadores, os referenciais teóricos-metodológicos da Reforma Sanitária no Brasil, os quais têm influenciado a formação profissional na área da saúde, e na p. 19, são relacionados os aspectos ético-políticos, epistemológicos, metodológicos e legais do PPC – Enfermagem/UFFS – Passo Fundo. De maneira que foram realizadas cerca de 17 reuniões preliminares entre a Profa Coordenadora do Curso e o Prof Dr Jaime Giolo, Presidente do Conselho Universitário e Reitor da UFF, para revisão e alinhamento do PPC, tomando como base a organização curricular do Curso de Graduação em Enfermagem disposta no regulamento dos cursos de Graduação da UFFS, bem como as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem. O mesmo abrange “um conjunto de componentes curriculares ordenados por meio de pré-requisitos que constituem um corpo de conhecimento organizados em três eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico” (PPC, p.23). Na sequência, em 03 de março de 2022, mediante a Portaria n 233 / PROGRAD / UFFS, formalizou-se o NDE (Núcleo Docente Estruturante do Curso) com cinco (5) professores (4 Doutores e 1 Mestre). E, em 8 de agosto de 2022, mediante a Resolução n 36 / CONSCPF / UFF, é aprovada a proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, Bacharelado do Campus Passo Fundo, que entrou em vigor em 10 de agosto do presente ano, com a publicação no Boletim Oficial da UFFS (site institucional) e agora segue para apreciação das instâncias superiores e deliberação do CONSUNI (Conselho Universitário).

11. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

O PPC apresentado cumpre as DCNs para o curso superior de enfermagem.

12. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

NSA pois o curso é bacharelado.

13. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

Pelo sistema e-MEC, o despacho saneador consta que o processo está parcialmente satisfatório.

Para tanto, no despacho verificar in loco:

1. O prazo de integralização, a carga horária total do curso e de seus componentes obrigatórios (estágio, Atividades Complementares, TCC, etc.), individualmente, atendem ao estabelecido na(s) DCN(s) correspondente(s), se houver, ou CNCST, se for o caso, na legislação vigente e se são compatíveis com a matriz curricular descrita no PPC. Justificar em caso de não atendimento.

2. O número de vagas está adequado a dimensão do corpo docente e tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica (se for o caso) para fins de autorização do curso. Justificar em caso de não atendimento.

3. Está prevista ou não a oferta de carga horária na modalidade EAD na organização pedagógica e

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 4/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

curricular do curso e se a oferta dessa carga horária atende ao estabelecido na Portaria nº 2.117/2019, especialmente os arts. 2º, 3º e 4º. Justificar em caso de não atendimento.

Requisitos legais:

a) (i) disciplina de Libras em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005; (ii) temática Direitos Humanos, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 1/2012; (iii) Educação das Relações étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com o que determina a Resolução CNE/CP nº 1/2004; (vi) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em atendimento à Lei nº 11.645/2008; (v) Educação Ambiental, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2012; (vi) Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em atendimento à Lei nº 12.764/2012.

5. Oferta de carga horária EAD:

- a) Registrar o percentual da carga horária EAD no curso.
- b) na matriz curricular, o percentual de carga horária EAD e indica as metodologias a serem utilizadas.
- c) forma de integralização da carga horária das disciplinas ofertadas parcial ou integralmente a distância.

Após a visita in loco, pôde-se inferir as indagações realizadas no despacho saneador, podendo ser verificadas no PPC apresentado e apresentadas nas Dimensões 1, 2 e 3 desta avaliação.

14. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

A instituição demonstrou através de informações do PPC que segue os princípios de desenvolvimento de ensino na Universidade propondo avaliações diagnósticas, processuais, cumulativas e formativas. Tendo o curso de Enfermagem uma proposta sistemática, com atividades formativas e considerando alguns objetivos como diagnóstico e registro de progresso dos discentes, com orientações perante as dificuldades apresentadas. Para receber a aprovação, deverá ter uma frequência mínima de 75%, executando os casos amparados em lei, além disso, o discente deverá alcançar uma nota igual ou superior a 6,0 e aprovação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

15. Informar o turno de funcionamento do curso.

O horário informado no PPC é integral.

16. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

Carga horária total do curso, segundo o PPC, é 4005h.

17. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

No sistema e-MEC não informa os dados de tempo mínimo e máximo de integralização, entretanto, no PPC apresentado, informa que o tempo mínimo para conclusão do curso é de 3 anos e o máximo 10 anos.

18. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

Pelo PPC apresentado, a coordenação do curso será representada pela Prof.^a Dr.^a Alessandra Regina Muller Germani, enfermeira com mestrado em enfermagem e doutorado e extensão rural. Atualmente é professora do Curso de Medicina na UFFS campus Passo Fundo, com uma vasta experiência no campo teórico-prático do ensino, pesquisa e extensão, conforme o lattes: <http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>. Para tanto, trabalha em regime de dedicação exclusiva com carga horária de 40h.

19. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

Prevê-se o corpo docente do curso de enfermagem será constituído de 15 professores, dos quais 12 são doutores e 03 são mestres. Com esta composição o curso apresenta um Índice de Qualificação Docente (IQCD) de 4,6.

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 5/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

20. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

O corpo docente será composto por 15 docentes, sendo 13 doutores (todos 40h com Dedicação Exclusiva) e 2 mestres (40h).

21. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Não há uma disciplina de língua estrangeira ofertada na matriz curricular do curso, todavia, para a integralização curricular, os(as) estudantes do Curso de Enfermagem deverão apresentar nível B1 (intermediário) de proficiência em língua inglesa, de acordo com o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (COUNCIL OF EUROPE, 2020). Para tanto, a proficiência poderá ser obtida por Prova de Nivelamento e Proficiência em Língua Inglesa, aplicada pelo Núcleo de Ensino de Línguas (NELI); Proficiência interna desenvolvida nos CCRs de Inglês para a Saúde, ofertados pela NELI; e Proficiência externa adquirida por meio da realização de testes de proficiência nacionais ou internacionais.

22. Informar previsão de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

A disciplina de LIBRAS está prevista no PPC como optativa com 60h.

23. Explicitar previsão de oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

A instituição já possui convênios em instituições públicas e privadas da região, como por exemplo: Hospital São Vicente de Paulo, Hospital de Olhos, Hospital de Clínicas, Unidades Básicas da cidade de Passo Fundo, etc. Todos estes convênios firmados previamente para o curso vigente no campus (medicina).

24. Informar sobre a previsão de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Por conta das políticas públicas, em meados 2012-2013, o REUNI, através do programa Mais Médicos, a UFFS conseguiu a abertura de um curso de medicina na cidade de Passo Fundo. Devido a este fato, o campus ficou com compromisso na criação de cursos na área da saúde. Por conta, da experiência com de medicina, já instituído há 10 anos na região, a construção do PPC para o curso de enfermagem foi pensando em eixos (comum, conexo e específico), visando o compartilhamento do SUS e com o curso vigente (medicina).

25. Descrever o sistema previsto de acompanhamento de egressos.

Segundo o PDI, a UFFS pretende criar um cadastro para acompanhamento dos egressos, destacando aspectos referentes aos cursos que oferece, a partir das expectativas sociais, institucionais e dos cursos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

Segundo os dados incluídos no e-MEC, o profissional egresso da UFFS deverá ser capaz de de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. O enfermeiro estará capacitado para atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano. Além disso, deverá ser capaz de trabalhar em equipe e de conhecer e intervir no processo de viver, adoecer e ser saudável, individual e coletivo, com responsabilidade e compromisso com as transformações sociais, a cidadania e a promoção da saúde, contribuindo para a concretização dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

26. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

NSA, pois o curso é presencial.

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4,88

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Segundo o PDI e comprovado durante as conversas com o NDE e docentes, pôde-se comprovar o compromisso dos docentes e coordenadores com o ensino, a extensão e a pesquisa (prática comum do campus), além disso, o campus já apresenta práticas exitosas com o curso vigente (medicina), com a interdisciplinariedade dos componentes



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

curriculares em práticas de imersão e, além disso, já possuem um programa de residência multiprofissional, onde já disponibilizam vagas para enfermeiros se especializarem.

1.2. Objetivos do curso.

5

Justificativa para conceito 5: No PPC apresentado o curso de enfermagem tem por objetivo: "Formar profissional enfermeiro generalista com capacidade crítica, reflexiva e criativa, habilitado para o trabalho de enfermagem nas dimensões do cuidar, gerenciar, educar e pesquisar, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos, interdisciplinares, considerando o perfil epidemiológico e o contexto sócio-político, econômico e cultural da região e do país, contribuindo para a concretização dos princípios e diretrizes do SUS". Durante a visita in loco, a coordenadora do curso explicitou como o PPC foi construído e como será executado. Em resumo, a matriz curricular apresentada em eixos (comum, conexo e específico), atende as necessidades loco-regionais dos egressos, contemplando uma atuação holística do cuidar.

1.3. Perfil profissional do egresso.

4

Justificativa para conceito 4: O perfil do egresso está descrito no PPC do curso apresentado a comissão, seguindo as DCN de enfermagem, ofertando componentes que atendem as necessidades loco-regionais, como por exemplo, "história da fronteira sul", refletindo na formação do discente e gerando um egresso com uma formação que lhes permite atuar, com excelência, em todos os espaços das atividades de enfermagem, mirando, de maneira especial, os desafios do SUS quanto à descentralização, interiorização e democratização. Entretanto, não foi apresentado um planejamento para ampliação em função de novas demandas para o mundo de trabalho.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

5

Justificativa para conceito 5: A IES já tem uma ampla experiência na integralização dos conteúdos disciplinares, devido ao curso de medicina, vigente desde 2013, com práticas de imersão, o que tem gerado extensões e pesquisas com resultados exitosos. Além de apresentar locais (ambulatórios, laboratórios e sala de estudos), onde estas atividades podem ser desenvolvidas. Sendo esta prática uma proposta para o curso de enfermagem, havendo ainda, a proposta de integralização dos conteúdos entre os dois cursos (enfermagem e medicina).

1.5. Conteúdos curriculares.

5

Justificativa para conceito 5: Conforme demonstrado no PPC, o currículo foi pensado para uma formação diferenciada, tendo o enfermeiro egresso do curso a capacidade para atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano. Para tanto, os componentes curriculares estão dispostos em horas-relógio, com disponibilidade de bibliografia obrigatória e complementar, contemplando disciplinas optativas de relações étnico-raciais e história local, além de contar com propostas inovadoras de integralização de disciplinas e de cursos na área de saúde.

1.6. Metodologia.

5

Justificativa para conceito 5: A metodologia está prevista no PPC com pressupostos teórico-metodológicos da Reforma Sanitária no Brasil, o qual tem influenciado a formação profissional na área da saúde, e consequentemente a do enfermeiro, posteriormente expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem. Devido a subdivisão dos conteúdos em eixos (comum, conexo e específico) é possível o atendimento ao desenvolvimento dos conteúdos e as estratégias de aprendizagem, favorecendo a relação teoria-prática. Neste contexto inovador, está a proposta de integralização de conhecimento entre os cursos de saúde (enfermagem e medicina), com práticas de imersão entre os cursos (informação coletada durante a reunião com os prováveis docentes do curso).

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

5

Justificativa para conceito 5: O estágio curricular obrigatório está previsto no PPC, seguindo as Resoluções nº 07/2015 - CONSUNI/UFFS, nº 04/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018, e nº 70/2021, com 33 convênios firmados entre instituições públicas e privadas, conforme

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 7/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

documentos avaliados na visita in loco. Contemplando as habilidades previstas no perfil do egresso, e gerindo insumos para a atualização nas práticas de estágio.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 5

Justificativa para conceito 5: As Atividades Complementares (ACCs) respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na LDB nº 9.394/1996 e também pelo que estabelecem as DCNs/2001 do Curso de Enfermagem. Os critérios para a validação e demais informações atinentes às ACCs estão descritas em Regulamento próprio, presente no PPC do curso, com carga horária de 210h.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 4

Justificativa para conceito 4: O Trabalho de Conclusão de Curso, denominado de Trabalho de Curso (TC), está previsto no PPC com regulamento próprio e carga horária específica (120h), sendo distribuídos nos dois últimos semestres como TC I e TC II. Entretanto, nos regulamentos apresentados e nas reuniões realizadas não foi apresentado repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

1.12. Apoio ao discente. 5

Justificativa para conceito 5: Foi apresentado a esta comissão o Setor de Assuntos Educacionais (SAE), Setor de Acessibilidade e Setor de Ensino de Línguas (NELI), além da presença de um Restaurante Universitário (RU), que realizam ações o desenvolvimento do estudante em toda sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, pedagógica e projetos para melhoria da qualidade de vida dos estudantes, como apresentado o projeto de extensão Ações de cuidados psicossociais para estudantes de Medicina da UFFS no Campus de Passo Fundo/RS, podendo ser ampliado para os futuros discentes de enfermagem. Além disso, contam com o ações previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tais como auxílio à alimentação, transporte e moradia estudantil. Como por exemplo, EDITAL nº 1/2022-DARJ-PF, que ofertou 03 vagas para moradia compartilhada dos alunos de medicina. Não foi apresentado a esta comissão a previsão na participação de alunos de enfermagem em eventos acadêmicos e/ou intercâmbios nacionais e internacionais. Entretanto, a UFFS tem através da sua resolução nº 2/2015 - CONSUNI - CGRAD, uma política de mobilidade acadêmica que normatiza procedimentos para adesão dos programas de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos de graduação da UFFS. Atualmente, como pôde ser verificado nos termos de cooperação a UFFS possui termos de cooperação internacional com a Universidade de Lisboa, com a Universidade de La Verne e ainda divulga editais de bolsas de estudos em outras instituições internacionais. Ainda como exemplo de experiência exitosas, foram apresentados relatórios de alunos que participaram de intercâmbio no Egito.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. 5

Justificativa para conceito 5: A gestão do curso contempla um processo autoavaliativo, pois apresenta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por 02 (duas) docentes, com a última reunião realizada em março/2022 (conforme ata de sessão ordinária). esta CPA já tem experiência com o processo avaliativo aplicado ao curso de medicina, devendo ser os instrumentos avaliativos para o curso de enfermagem aplicados aos docentes, discentes e técnicos educacionais. Como exemplo, as devolutivas dos resultados de 2020 do curso de medicina foram apresentados a esta comissão. Além disso, a CPA possui um plano de ação e de

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 8/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

melhorias vigente. A CPA da UFFS foi aprovada pela resolução nº 30/2020 - SECOC (10.17.08.12.13).

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5: O uso de Tecnologias e Comunicação (TICs), foi verificada na visita in loco, em salas de aula, laboratórios e biblioteca através de: acesso à internet, projetores multimídia, simuladores de procedimentos médicos, ambiente virtual do aluno, moodle, sistema de biblioteca informatizado (Pergamum), acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), ao UpToDate e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, tais tecnologias podem ser usadas de forma a auxiliar o processo ensino-aprendizagem, como já utilizadas nas práticas de imersão ofertadas no campus.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5: Segundo as normativas da UFFS o processo avaliativo deverá ser diagnóstico, processual, contínua, cumulativa e formativa. Sendo assim, a avaliação está planejada no formato de atividade permanente que visa o acompanhamento e a (re)orientação da prática pedagógica, por meio da reflexão crítica na comunidade acadêmica – gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos. Para tanto, as atividades avaliativas propostas, segundo o PPC, serão por meio de técnicas que compreendem prova prática, discursiva, objetiva, oral e com consulta; estudo de caso; trabalho individual e em grupo; relatório e diário de campo; portfólio; seminários; revisão bibliográfica e avaliação de atendimentos; além da observação de aspectos relacionados a atitudes, de maneira integrada à avaliação das habilidades. Como ação concreta para aprimoramento das aprendizagem há as chamadas práticas de imersão dos conteúdos curriculares.

1.20. Número de vagas. 5

Justificativa para conceito 5: A proposta do curso é de 30 vagas anuais. Tendo para a proposta do curso de enfermagem 15 docentes, sendo 13 deles com dedicação exclusiva com doutorado, sendo afirmado pela coordenação que atende as necessidades nos dois primeiros anos de curso. O campus apresenta um bloco, denominado Bloco A, onde possui uma ampla infraestrutura que contempla o número de vagas ofertado, pois apresentam 10 de aula e 11 laboratórios. A proposta de abertura do curso de enfermagem segue a proposta de expansão interna do campus Passo Fundo Portaria nº 389/GR/UFFS/2014, que contempla uma ordem de prioridade na criação de 09 cursos na área de saúde, sendo o de Enfermagem o 1º curso desta lista, baseado nas necessidades loco-regionais. Entretanto, o campus está passando por um processo de ampliação na sua infraestrutura com a construção/ reforma dos anexos II e III, conforme termos de contrato nº 61/2019 e 06/2022, apresentados a esta comissão.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1M... 9/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório 5
para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o
sistema local e regional de saúde/SUS.

Justificativa para conceito 5: Conforme pôde ser verificado in loco, a IES já possui convênios com instituições da região (33 no total), apresentando inclusive programas de residências médicas e multiprofissional. Além disso, está proposto no PPC os estágios curriculares obrigatórios com um dispositivo pedagógico – Imersão/Vivência no SUS, em Passo Fundo-RS e em municípios da região, sob orientação de docentes da Instituição e supervisão de preceptores locais – profissionais da Rede de Saúde. Contemplando a integração ensino-serviço-comunidade do Curso ocorre a partir de uma Rede constituída de serviços próprios e outras Instituições Concedentes, por meio de convênios e do Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) e ambulatorios de ensino, instalados aos arredores do bloco A, através de convênios firmados com o Hospital São Vicente de Paulo e Hospitais de Clínicas.

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. 5

Justificativa para conceito 5: Após a visita in loco e avaliação dos documentos apresentados pode-se afirmar que as atividades práticas estão em conformidade com as DCNs do curso de Enfermagem, além do mais, apresentam práticas de imersões (com regimento próprio), que possibilitam a inserção dos discentes nos mais diversos cenários da região, principalmente pela abrangência dos convênios firmados em Passo fundo e nas cidades circunvizinhas (Pontão, Sertão, Carazinho, Ernestina e Marau), totalizando 33 locais de atuação.

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 5,00

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

Justificativa para conceito 5: O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é regido pela Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) nº 1/2010, e respectivo Parecer CONAES nº 4/2010, e prevê a composição por professores que atuem desde a concepção do PPC e sigam com a sua consolidação e atualização contínua. O NDE / UFFS / Passo Fundo, RS, foi formalizado pela Portaria n 233 / PROGRAD / UFFS / 2022, em 3 de março de 2022, a partir da elaboração do projeto inicial, por um grupo de trabalho. É integrado pela Coordenadora do Curso, somando 5 (cinco) docentes, sendo 4 (80%) com Doutorado e 1 (20%) com título de Mestre, portanto 100% dos membros do NDE possuem titulação stricto sensu. Com relação ao tempo de dedicação 4 (80%) apresentam contratos (conferidos in loco) de Dedicação Exclusiva (DE), e 1 (20%) tem dedicação de 40h sem DE. E, mediante a Resolução n 001/2011, do Conselho Universitário (CONSUNI) e dos Cursos de Graduação da UFFS, tem-se a instituição do NDE no âmbito dos Cursos de Graduação da UFFS, tratando-se de sua constituição, de seu caráter consultivo e propositivo, composição, e permanência de três anos, assegurando a estratégia de renovação parcial dos integrantes e a continuidade do processo de acompanhamento do curso, bem como, a frequência de reuniões periódicas durante o semestre letivo, a serem convocadas pelo presidente ou mediante solicitação da maioria de seus membros. Assim, foram constadas / conferidas as atas de reuniões, da primeira até a 13ª Reunião, de 07 de abril a 15 de julho de 2022, todas assinadas pelos seus membros. Justificando assim a atribuição do conceito 5 à este indicador.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.3. Regime de trabalho do coordenador de curso. 5

Justificativa para conceito 5: O regime de trabalho da Coordenadora do Curso, é de Dedicação Exclusiva, ou seja tempo integral, conforme conferência da Portaria nº 028/ GR/UFFS/2010, de sua nomeação em caráter efetivo mediante Concurso Público para provimento de Cargos da

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 10/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

Carreira do Magistério Superior, conforme Edital nº 001/UFSC/IFFS/2009. De maneira que tem a possibilidade de atendimento à demanda, considerando a gestão do curso, elaborando um plano de ação, com monitoramento dos indicadores de desempenho de sua coordenação, para que sejam disponibilizados publicamente, e o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, de maneira a favorecer a integração e a melhoria contínua do processo de formação de Enfermeiras(os). Justificando assim o conceito 5 à dimensão em análise.

2.4. Corpo docente.

5

Justificativa para conceito 5: Considerando o perfil profissional do egresso constante no PPC à p. 22, e no mesmo documento, na p. 94, o perfil docente e seu processo de qualificação, assim como, o Quadro de pessoal docente (p. 95 a 98), além das pastas individuais dos docentes com documentação impecável de sua formação, qualificação, assim como, dos vínculos profissionais, considera-se apresentado o relatório de estudo que com base no perfil do egresso. O qual demonstra e justifica a relação entre a titulação do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para analisar os conteúdos dos componentes curriculares, segundo os domínios Comum, Conexo e Específico, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, além de fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, e proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso. Bem como, o corpo docente já desenvolve pesquisas e consequente produção do conhecimento e publicações, mantendo grupos de estudo e de pesquisa, analisadas nas pastas de cada docente, disponibilizadas pela IES. Os docentes são contratados mediante Edital de abertura de vaga, como servidor federal, com Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, segundo a Lei nº 12.772, de 28 de Dezembro de 2012. Cabe ressaltar a diversidade de formação profissional do corpo docente, com aplicação à riqueza da inter e transdisciplinaridade na formação, a saber os docentes são graduados em: Estudos Sociais (n=1); Comunicação Social (n=1); Filosofia (n=2); Enfermagem (n=1); Farmácia e Bioquímica (1); Farmácia (n=1); Medicina (n=3); Ciências Biológicas (n=2); Tecnologia em Processamento de Dados (n=1); Fisioterapia (n=1); Educação Física (n=1).

2.5. Regime de trabalho do corpo docente do curso.

5

Justificativa para conceito 5: Destaca-se que em se tratando de Instituição Pública de Ensino Superior, os docentes do curso foram aprovados em Concurso Público, de provas e de títulos, observada a titulação mínima exigida legalmente e o regime de trabalho: 40 (quarenta) horas, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, sem dedicação exclusiva, conforme Lei nº 12.772/2012. A IES apresenta 15 docentes que já estão vinculados, mediante concurso público, e que suprirão as demandas até o 2º ano do Curso de Enfermagem / UFFS / Passo Fundo. Dentre eles, 12 (80%) são 40 horas, com Dedicação Exclusiva (DE), os demais apenas 40 horas. Possibilitando assim o atendimento integral à demanda institucional e acadêmica. As atividades são registradas institucionalmente, via sistema eletrônico denominado Portal do Professor, no Plano Anual de Atividades (PAA) e no Relatório Anual de Atividades (RAA), documentos estes aprovados pelo Conselho de Campus e publicados no site. Há documentação sobre as atividades individuais, com Portarias e Resoluções que incluem os docentes, considerando sua Carga Horária por atividade, para o planejamento e gestão visando a melhoria contínua do seu desempenho formativo e pesquisador. Justificando assim o conceito assinalado para o indicador. Relação dos Docentes: 01. Adelmir Fiabani – 40h DE 02. Alessandra Regina Muller Germani – 40h DE 03. Amauri Braga Simonetti – 40h DE 04. Daniela Augustin Silveira – 40h DE 05. Daniela Teixeira Borges – 40h DE 06. Gustavo Olszanski Acrani – 40h DE 07. Helena de Moraes Fernandes – 40h DE 08. Jaime Giolo – 40h DE 09. Jossimara Poletini – 40h DE 10. Julio Cesar Stobbe – 40h DE 11. Lissandra Glusczack – 40h DE 12. Lucimar Maria Fossatti de Carvalho – 40h DE 13. Regina Inês Kunz – 40h DE 14. Shana Ginar da Silva – 40h DE 15. Vanderlei de Oliveira Farias – 40h DE

2.6. Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior). NSA para cursos de licenciatura.

5

Justificativa para conceito 5: No Quadro de Docentes apresentado, com informações comprovadas em suas pastas físicas, todos os docentes apresentados pela IES (n=15) possuem

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 11/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

experiência profissional fora da docência, que variam de 132 a 600 meses, ou seja, de 11 meses até 50 anos. São apresentados documentos que podem ser compreendidos como relatório de estudo, que com base no perfil do egresso, demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente e seu desempenho em sala de aula. Caracterizando sua capacidade para colocar exemplos de problemas práticos contextualizados, aplicando a teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, assim como, para se manter atualizado para interação teórico-prática, promovendo a aplicação da interdisciplinaridade e analisar as competências previstas no PPC, de acordo com o conteúdo abordado e a profissão. Assim, justifica-se a nota 5 para o indicador em análise.

2.7. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.8. Experiência no exercício da docência superior. 5

Justificativa para conceito 5: O corpo docente apresentado é de 15 docentes, todos apresentam exercício na docência superior que varia entre 60 a 420 meses, ou seja, de 5 a 35 anos. Mediante os documentos e pastas dos docentes apresentadas aos avaliadores se conclui que, com base no perfil do egresso, a experiência na docência superior justifica seu desempenho em sala de aula, caracteriza sua capacidade para a promoção de ações que viabilizem a identificação das dificuldades dos formandos, bem como expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentando exemplos contextualizados aos conteúdos e componentes curriculares. E ainda, permitem a elaboração de atividades específicas para que seja promovida a aprendizagem, mesmo na vigência de dificuldades por parte dos alunos, procedendo a avaliações diagnósticas, formativas e somativas, valendo-se dos resultados para a redefinição de sua prática docente. Além de a experiência docente permitir o exercício da liderança e a produção científica. Cabe ressaltar que os docentes, no exercício de suas atividades no Curso de Enfermagem, contam com o apoio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), vinculado a Coordenação Acadêmica por meio da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação, composto por docentes e um pedagogo servidor técnico-administrativo. Dentre as finalidades do NAP, destacam-se: a) Acolher os professores, apresentando a eles a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores; b) Orientar os docentes na percepção de suas necessidades formativas e suas possibilidades de superação, proporcionando apoio e promovendo o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de cursos e eventos para refletir sobre e a partir da prática docente; c) Fomentar o debate político-pedagógico institucional; d) Fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares; e) Promover a formação continuada dos professores. Desta forma, os docentes mantêm-se em constante atualização, buscando novas formas de ensinar e de aprender, que correspondam a uma construção coletiva do conhecimento e superem os desafios, visando uma educação superior de qualidade. Mediante a justificativa acima justifica-se a pontuação atribuída ao presente indicador.

2.9. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.10. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.11. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

Justificativa para conceito 5: Segundo o PPC (p.89) o Colegiado do Curso tem caráter deliberativo, é composto pelo: Coordenador do Curso; Coordenador Adjunto; Coordenador de Estágios; Representantes Docentes dos Domínios Comum, Conexo e Específico; Representante Técnico-Administrativo; e Representante Discente. O mesmo se reúne regularmente, cumprindo as atribuições inerentes à implantação, execução e acompanhamento do PPC. Ainda segundo o PPC, o funcionamento do Colegiado segue Regimento Próprio, instituído pela Resolução nº 01/2016 – Conselho de Campus, e atua em conformidade com o Regulamento de Graduação,

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 12/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

estabelecido na Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/Câmara de Graduação/ UFFS. De acordo com a referida resolução, são atribuições do Colegiado de Curso: I – propor o projeto pedagógico do curso e o perfil profissional do egresso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as normativas internas da UFFS; II – implantar o projeto pedagógico do curso (PPC), acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento e propor alterações; III – estabelecer procedimentos para promover a integração e a interdisciplinaridade entre os Componentes Curriculares (CCR) dos diferentes domínios curriculares que integram o projeto do curso, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica e formativa; IV – analisar, avaliar e aprovar os planos de ensino do curso, propondo alterações, quando necessárias; V – promover a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; VI – definir perfis profissionais para a contratação docente, em consonância com a estrutura curricular da Instituição e do Projeto Pedagógico de Curso; VII – refletir sobre os problemas didático-pedagógicos vinculados ao exercício da docência e propor atividades de formação continuada, em articulação com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); VIII – observar as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e das normas institucionais, no que diz respeito à integralização do curso; IX – emitir parecer sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso; X – emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; XI – elaborar e aprovar o regimento interno do Colegiado, observadas as normas institucionais; XII – definir a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), em conformidade com a legislação e com as normativas internas da UFFS; XIII – estabelecer as regras para a eleição do Coordenador e do Coordenador Adjunto do Curso; XIV – indicar os docentes que respondem pelas coordenações de Estágio, de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de Atividades Curriculares Complementares (ACC), em conformidade com as normativas internas e com o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso; XV – deliberar sobre a oferta de vagas para transferência interna, externa, retorno de graduado e de aluno-abandono, bem como sobre vagas ofertadas por turma, em cada componente curricular; XVI – apreciar em caráter recursal pedidos de revisão da avaliação de desempenho acadêmico; XVII – indicar docentes da UFFS e de outras IES para compor as bancas dos concursos docentes, observando o perfil profissional desejado; XVIII – exercer as demais atribuições conferidas neste Regulamento, no Regimento Geral da UFFS e demais normativas institucionais pertinentes à graduação. O Colegiado de Curso de Graduação é constituído por: I – Coordenador de Curso, que exerce a presidência do Colegiado; II – Coordenador Adjunto do curso, que substitui o Coordenador de Curso, em suas ausências, na presidência do Colegiado; III – Coordenador de Estágios do curso; IV – no mínimo 3 (três) docentes eleitos por seus pares e seus respectivos suplentes, entre aqueles que ministram aulas ou desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão com os discentes do curso; V – um representante docente e respectivo suplente, indicados pelo Fórum do Domínio Comum do Campus; VI – um representante docente e respectivo suplente, indicados pelo Fórum do Domínio Conexo do Campus; VII – no mínimo 1 (um) representante discente regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicados pelo órgão representativo dos alunos do curso; VIII – um representante dos servidores técnicos administrativos em educação (STAE) e respectivo suplente, eleitos por seus pares, entre aqueles que atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão, ensino, pesquisa ou extensão afins ao curso. Assim se justifica a atribuição de nota 5 ao indicador em análise.

2.12. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.13. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

2.14. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 13/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 5

Justificativa para conceito 5: Dentre os 15 professores apresentados, checados os seus currículos lattes quanto a produção científica, cultural, artística e tecnológica dos últimos 3 anos (2019, 2020, 2021, até 12.08. 2022) visualiza-se o seguinte quantitativo das produções: => mais que 100: 1 => entre 30 e 99: 4 => até 29: 9 => nenhuma produção: 0 Assim fica justificada a pontuação do indicador.

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA 4,67

3.1. Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral. Considerar os espaços de trabalho para os docentes em Tempo Integral do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: Atualmente os docentes compartilham uma sala, sem divisórias, com climatização, birôs e computadores individuais. Todavia, conforme descrito no PPC é uma sala ampla, com luz natural e artificial e acesso a internet via wi-fi, com condições de acessibilidade. Em anexo a sala dos professores há uma sala para atendimento individual do discente e um espaço privativo para guarda de materiais. Além disso, a segurança do local é realizada por video-monitoramento.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 4

Justificativa para conceito 4: O espaço reservado ao coordenador de curso encontra-se em uma sala anexa aos setores da Coordenação Acadêmica, Pesquisa, Cultura e Extensão e Secretaria Geral de Cursos. No qual dispõe de equipamentos básicos (computador, armários, birôs e impressora), com climatização, iluminações artificial e natural e com condições de acessibilidade. O espaço permite o atendimento de discentes de forma individual e coletiva (grupos pequenos de até 05 alunos).

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. Considerar a sala coletiva de professores para os docentes do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: Atualmente os docentes compartilham uma sala, sem divisórias, com climatização, birôs e computadores individuais. Todavia, conforme descrito no PPC é uma sala ampla, com luz natural e artificial e acesso a internet via wi-fi, com condições de acessibilidade. Em anexo a sala dos professores há uma sala para atendimento individual do discente e um espaço privativo para guarda de materiais. Em anexo a sala dos professores, ficam técnicos administrativos que podem dar algum suporte quando necessário. O espaço é amplo e possibilita uma relação interpessoal entre os docentes, por não apresentar divisórias, o que permite a realização de atividades de lazer e integração e para reuniões é utilizado o auditório do campus. O Campus Passo Fundo licitou e deu início a construção de um prédio para os docentes que contará com espaços amplos para atendimentos individuais e coletivos à comunidade acadêmica (RDC eletrônico nº 01/2022 - UASG 158517).

3.4. Salas de aula. Considerar as salas de aula para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 4

Justificativa para conceito 4: Para o curso de enfermagem a instituição irá dispor nos dois primeiros anos de curso, 6 salas de aula, que no total pode comportar até 262 alunos, o que por si só já justifica a oferta de vagas (30 vagas anuais), visando inclusive a implementação de outros cursos na área da saúde. Todas as salas possuem mesas, cadeiras de trabalho, data show, wi-fi, mural, luz natural (janelas amplas) e artificial (lâmpadas fluorescentes) além de exaustores. Tais materiais dispõem em quantidade suficiente para substituição, quando há necessidade de envio para manutenção, realizada pela equipe de TI da instituição.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. Considerar o laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática, para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: O laboratório de informática é amplo, com iluminação natural e artificial, climatização e possui 32 computadores disponíveis, com sistema Windows e alguns softwares como LibreOffice e GNU PSPP. A internet é cabeada com provedor RNP (Rede

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 14/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

Nacional de Ensino e Pesquisa). para acesso é utilizado as redes: UFFS; UFFS-Visitantes; UFFS-Aberta; Eduroam. A internet foi utilizada durante a visita in loco e mostrou-se estável. Além disso, segundo os TIs do campus são avaliados periodicamente para manutenção da sua qualidade.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia básica para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5:A bibliografia básica apresentada, está em sua totalidade apresentada de forma virtual, com alguns exemplares físicos na biblioteca (Patologia, Histologia Básica, Anatomia etc.). Todavia, segue a Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018 (Institui o Sistema de Biblioteca da UFFS), além disso, apresentaram um plano de contingência e termos de contrato com softwares (Pergamum, Minha Biblioteca e Uptodate), além de acesso ao periódico CAPES. No plano de contingência apresentado, refere que tanto as bibliografias básicas quanto as complementares presentes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, serão adquiridas as quantidades de exemplares por título que está referendado pelo relatório de adequação desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso. Quanto ao atendimento presencial à Biblioteca encontra-se aberta das 08:00 às 19:00 horas, bem como, por meio do sítio eletrônico da universidade.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5:A bibliografia complementar apresentada, está em sua totalidade apresentada de forma virtual, com alguns exemplares físicos na biblioteca. Todavia, segue a Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018 (Institui o Sistema de Biblioteca da UFFS), além disso, apresentaram um plano de contingência e termos de contrato com softwares (Pergamum, Minha Biblioteca e Uptodate), além de acesso ao periódico CAPES. No plano de contingência apresentado, refere que tanto as bibliografias básicas quanto as complementares presentes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, serão adquiridas as quantidades de exemplares por título que está referendado pelo relatório de adequação desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE de cada curso. Ainda segundo os bibliotecários são cerca de 1537 exemplares virtuais, que poderão atender a cursos na área de saúde, já que o curso já dispõe do curso de medicina. Quanto ao atendimento presencial à Biblioteca encontra-se aberta das 08:00 às 19:00 horas, bem como, por meio do sítio eletrônico da universidade.

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 3

Justificativa para conceito 3:O laboratório a ser utilizado para formação básica será o Laboratório de Informática, que conta com 32 computadores, com sistema operacional Windows, utilizando-se ainda softwares livres como por exemplo: LibreOffice e GNU PSPP. Vale lembrar que os equipamentos estão conectados por cabo de rede, mas o laboratório também possui cobertura de sinal wi-fi. Tais recursos possibilitam o aluno desenvolver competências de tecnologias de comunicação e informação. Imersão em plataformas digitais como por exemplo: softwares de simulação de atendimentos em saúde, da SAE, prontuários eletrônicos, sistemas de informação, plataforma de acervos digitais (Pergamum, portal de periódicos da CAPES, UP TO DATE). Entretanto, não há relatórios de avaliação periódica.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5:Os laboratórios de ensino para área de saúde são: Anatomia (Sala 003), com aproximadamente 325 peças anatômicas sintéticas e nove cadáveres; Bioquímica, Genética e Imunologia (Sala 206), centrífugas para microtubos e tubos do tipo Falcon; banho-maria termostaticado; espectrofotômetro etc.; Microbiologia e Parasitologia (sala 202), Parasitologia Geral (50 kits), Bactérias e Leveduras (50 kits); Patologia de Doenças Infecciosas

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 15/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

(50 kits); Vermes – Helminhos (50 kits); Microscopia, Análises Clínicas (Sala 111), laminários: 1. Histologia Humana (23 kits); 2. Inflamação (23 kits); 3. Alterações Circulatórias (23 kits); 4. Alterações de Crescimento e Diferenciação Celular (23 kits); 5. Pigmentação (11 kits); 6. Processos de Reparação, Cicatrização e Regeneração (23 kits); 7. Neoplasia Benignas, Malignas e Metástase (20 Kits); Fisiologia, Farmacologia e Patologia (sala 101), possui microscópios binoculares e um microscópio trinocular Olympus com software e televisão de 47". Tais laboratórios possuem equipamentos e insumos suficientes para o desenvolvimento de práticas e desenvolvimento de pesquisas. Para tanto, atendem as necessidade para um curso de enfermagem. Além disso, a avaliação dos laboratórios será realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Campus Passo Fundo. Os relatórios são encaminhados a Coordenação Adjunta de Laboratórios que, conjuntamente a Coordenação Acadêmica, promovem a avaliação e gestão das ações futuras que visem melhorar a qualidade, infraestrutura para as atividades realizadas nesses espaços.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. 5

Justificativa para conceito 5: Os laboratórios de ensino para área de saúde são: Anatomia (sala 003) - conta aproximadamente com 325 peças anatômicas sintéticas e 20 cadáveres e atende às necessidades dos componentes curriculares de formação básica e das clínicas médica e cirúrgica; Bioquímica, Genética e Imunologia (sala 206) - centrífugas para microtubos e tubos do tipo Falcon; banho-maria termostatizado; espectrofotômetro; leitor de microplacas; balanças de precisão e analítica; termociclador (PCR e RT-PCR), etc.; Microbiologia e Parasitologia (sala 202) - microscópios e lupas, tela de televisão e um computador, liofilizador, etc.; Microscopia (sala 111) - microscópios biológicos, incluindo microscópios trinoculares, com conjuntos de laminários diversos; Análises Clínicas (sala 207) - analisador hematológico, centrífugas para microtubos e tubos do tipo Falcon, banho-maria termostatizado, espectrofotômetro, leitor de microplacas, etc.; Fisiologia, Farmacologia e Patologia (sala 101) - duas bancadas centrais e uma bancada marginal, no fundo da sala, para a alocação de equipamentos. Tais laboratórios possuem equipamentos e insumos suficientes para o desenvolvimento de práticas e desenvolvimento de pesquisas. Para tanto, atendem as necessidade para um curso de enfermagem. Além disso, a avaliação dos laboratórios será realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Campus Passo Fundo. Os relatórios são encaminhados a Coordenação Adjunta de Laboratórios que, conjuntamente a Coordenação Acadêmica, promovem a avaliação e gestão das ações futuras que visem melhorar a qualidade, infraestrutura para as atividades realizadas nesses espaços.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. 5

Justificativa para conceito 5: Segundo o Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa, 4ª edição, 2019, do INEP, tem-se como Laboratório de Habilidades o que "objetiva possibilitar aos discentes dos cursos da área da saúde desenvolver habilidades necessárias para a realização de práticas e exames clínicos, de forma segura.". Assim sendo no terceiro andar localizam-se os LABORATÓRIO DE HABILIDADES – SALA 307, LABORATÓRIO DE HABILIDADES - SALA 308, OBSERVATÓRIO DE PRÁTICAS CLÍNICAS - SALA 309, a SALA DE SIMULAÇÃO - SALA 310. Habilidades: Os mesmos são utilizados para o desenvolvimento de competências clínicas básicas, bem como éticas e humanísticas, através da projeção de situações reais da comunidade e dos serviços de saúde, por meio da manipulação de manequins, de simulação vital em escala humana, desde bebês até adultos, garantindo um aprendizado ético e seguro, sem risco de danos ao paciente com a possibilidade de repetições de procedimentos para esclarecer dúvidas do estudante. Estão disponíveis para manuseio diversos materiais, instrumentos e equipamentos entre os quais os equipamentos de proteção individual (EPI), tubos, cateteres, sondas, agulhas, bolsa-válvula-máscara, eletrocardiógrafo, estetoscópios, negatoscópios, cama hospitalar, pias, cubas e mesas em inox, suporte para soro, berço aquecido, macas, esfigmomanômetros, rinoscópios, otoscópios, oftalmoscópios, lâmpadas de fenda, ventilador mecânico, oxímetro de pulso, monitor multiparamétrico, detector fetal portátil, cilindro de oxigênio e comprimido, carro de emergência, autoclave, espécies, lupas, martelo, lanternas, termômetros e balanças. O laboratório possui ainda: simulador de ressuscitação cardiopulmonar, simulador de eletrocardiograma, simulador de ausculta cardiopulmonar,

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 16/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

simulador adulto para acessos, manequim recém-nascido, dois simuladores para drenagem torácica, três simuladores para injeção intramuscular, simulador de exame ginecológico, simulador para exame cervical e parto, simulador de auto-exame para mamas. Entre os procedimentos e técnicas que poderão ser realizados no referido laboratório estão: exame cardiovascular (ausculta e frequência cardíacas, aferição de pressão arterial, pulsos centrais e periféricos e eletrocardiograma); exame respiratório (ausculta, frequência e tipos de sons respiratórios, oximetria de pulso); exame abdominal; punção venosa, arterial e lombar; aplicação de injeções intramuscular e venosa; cateterismo vesical; sondagem nasogástrica; otoscopia; toque vaginal; palpação de mamas; toque obstétrico, retal e prostático; toracocentese e paracentese; intubação orotraqueal e ressuscitação cardiopulmonar (adulto e pediátrico). Há recursos de ponta, inovadores, que permitem a capacitação dos discentes nas diversas competências desenvolvidas nas diferentes fases do curso. Justificando-se assim a nota atribuída a este indicador.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. 5

Justificativa para conceito 5: Durante a visita in loco, foram apresentados documentos que constam diversos convênios com instituições públicas e privadas, das quais atendem os três níveis de complexidade do SUS. Além disso, estes convênios são firmados tanto na cidade de Passo Fundo quanto nas cidades circunvizinhas. A IES ainda dispõe de ambulatórios de ensino, com atendimento as mais diversas comunidades (imigrantes, indígenas, carcerários, mulheres, homens, idosos e crianças); e dispõem de Programa de Residência Multiprofissional. Nesse contexto os cenários são compreendidos como espaços dinâmicos de trabalho, de relações e de responsabilização entre os diversos sujeitos no processo de assistência e de ensino-aprendizagem. Em outras palavras, caracterizam-se como locus político e social de formação profissional, sendo priorizada a segurança do paciente, seguindo os princípios do acesso, equidade, integralidade, autonomia, efetividade e eficiência.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica

Dimensão 4: Considerações finais.

4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

José Alex Alves dos Santos e Márcia Helena de Souza Freire

4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Nº da Avaliação - 175087

4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

Universidade Federal da Fronteira Sul - campus Passo Fundo

4.4. Informar o ato autorizativo.

Nº do Processo - 202127266

4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas pretendidas.

Enfermagem Bacharelado - Nível Superior

Modalidade - Presencial

30 vagas anuais

4.6. Explicitar os documentos utilizados como base para avaliação (PDI e sua vigência; PPC; Projeto de Autoavaliação e demais relatórios da IES).



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

*Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023
*Parecer nº 5 CONSUNI/UFFS 2019 - PDI 2019-2023
*Lei 12.029, 15 de setembro de 2009 - Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
*Resolução 39/2015 CONSUNI - Novo Estatuto da UFFS
*Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul - ATO DE APROVAÇÃO - Resolução nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016
*RESOLUÇÃO Nº 10/CONSUNI/UFFS/2018 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul
*RESOLUÇÃO Nº 4/2014 –CONSUNI/CGRAD - Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul
*RESOLUÇÃO Nº 36/CONSCPF/UFFS/ 2022 - Aprova Proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem - Bacharelado do Campus Passo Fundo
*Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem - PPC - Bacharelado - Passo Fundo - Julho de 2022
*PORTARIA Nº 389/GR/UFFS/2014 - APROVAR, ad referendum do Conselho Universitário, a metodologia para a elaboração do Plano de Expansão Interna (novos cursos nos campi existentes) e Externa (criação de novos campi) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
*PORTARIA Nº 1877/GR/UFFS/2021, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021. Designa Coordenadores Adjuntos de Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul
*PORTARIA Nº 1849/GR/UFFS/2021, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021. Designa membros do Comitê Assessor de Extensão e Cultura da UFFS, constituído pela Portaria nº 1848/GR/UFFS/2021
*PLANO PLURIANUAL 2020-2023 - PPA atualizado em 18.12.2020 conforme Instrução Normativa Nº 24, de 18.03.2020 (Ministério da Economia)
* PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO CAMPUS PASSO FUNDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - Passo Fundo, outubro de 2021
*PORTARIA Nº 233/PROGRAD/UFFS/2022, DE 03 DE MARÇO DE 2022 Designa os membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para elaborar, implementar e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, Bacharelado, Campus Passo Fundo
*ATA Nº 1 - Reunião NDE - Curso de Graduação em Enfermagem - Passo Fundo
* HISTÓRICO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO CAMPUS PASSO FUNDO
* RESOLUÇÃO Nº 16/CONSCPF/UFFS/2021 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Passo Fundo
* RESOLUÇÃO Nº 35/CONSCPF/UFFS/2022 - Estabelece diretrizes para a organização do Domínio Conexo no Campus Passo Fundo
* CONSELHO COMUNITÁRIO - Retomada das Atividades – outubro 2021
*REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO COMUNITÁRIO PASSO FUNDO
*RESOLUÇÃO Nº 13/2013 – CONSUNI/CGRAD Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS.

CONVÊNIOS:

23205.008062/2012-64 Hospital da Cidade/ Hospital Psiquiátrico Bezerra de Menezes
23205.008063/2012-17 Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo
23205.010095/2012-74 Município de Marau
23205.008064/2012-53 Hospital Beneficente Dr. César Santos
23205.008065/2012-06 Município de Passo Fundo
23205.009816/2012-01 Hospital de Olhos de Chapecó – SC
23205.009810/2012-26 Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho – SC
23205.009811/2012-71 Hospital Regional São Paulo – Xanxerê – SC
23205.009814/2012-12 Sociedade Hospitalar Beneficente Frei Bruno – Xaxim – SC
23205.010094/2012-20 Associação Hospitalar Beneficente de Marau
23205.010092/2012-31 Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Saúde
23205.001506/2013-11 Município de Sertão – RS
23205.000874/2013-42 Município de Pontão – RS
23205.001508/2013-19 Município de Água Santa
23205.001509/2013-55 Município de Ronda Alta – RS
23205.002824/2013-08 Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira – Hospital Regional do Oeste – HRO – Chapecó – SC
23205.001507/2013-66 Município de Ernestina

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 18/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

23205.002329/2014-71 Hospital Santo Antônio – Tapejara – RS
23205.002333/2014-30 Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta – RS
23205.002340/2014-31 Hospital de Caridade de Carazinho – RS
23205.003754/2014-88 Hospital Beneficente São João (Sananduva – RS)
23205.000021/2017-81 Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo
23205.000022/2017-25 Hospital da Cidade de Passo Fundo
23205.0031222017-11 Universidade de Passo Fundo – UPF
23205.00002264/2018-34 Fundação Hosp. Oftalmológica Univer. LIONS
23205.00002257/2018-32 Associação Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo
23205.0002178/2018-21 Município de Marau
23205.0002508/2018-89 Hospital Caridade de Carazinho
23205.004487/2017-55 CMPF UAMPAF
23205.002262/2018-45 Hospital das Clínicas - HC
T COOP N. 002/2019 Secretaria da Saúde SES/RS
23205.001007/2019-66 USP (UFFS como concedente)
23205.001172/2019-18 USP (UFFS como instituição de ensino)
23205.010765-2020-17 SUSEPE-RS – Instituto Psiquiátrico Forense Doutor Mauricio Cardoso.
23205.023499/2021-65 HCFC - Hospital Frei Clemente (Soledade)
23205.008687/2021-63 HBSJ – Hospital Beneficente São João (Sananduva)
23205.010800/2021-71 IPPF – Instituto de Patologia de Passo Fundo
23205.007985/2021-36 IGP – Instituto Geral de Perícias do RS (Estágios)
23205.006277-2022-69 GHC – Grupo Hospitalar Conceição (estágios – internato e residência)
23205.015417/2022-90 ACD - Associação Cristã de Deficientes Físicos de Passo Fundo
23205.016000-2022-44 UPF – Universidade de Passo Fundo

4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica

Durante a visita in loco, a coordenadora do curso explicitou como o PPC foi construído e como será executado. Em resumo, a matriz curricular apresentada em eixos (comum, conexo e específico), atende as necessidades loco-regionais dos egressos, contemplando uma atuação holística do cuidar, refletindo na formação do discente e gerando um egresso com uma formação que lhes permite atuar, com excelência, em todos os espaços das atividades de enfermagem, mirando, de maneira especial, os desafios do SUS quanto à descentralização, interiorização e democratização. Quanto a metodologia, se mostrou inovadora, propondo a integralização de conhecimento entre os cursos de saúde (enfermagem e medicina), com práticas de imersão entre os cursos (informação coletada durante a reunião com os prováveis docentes do curso), outras informações como: estágio curricular supervisionado, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, apoio ao discente e atividades práticas, estão dispostas na matriz curricular do PPC de forma clara e divididas em eixos (comum, conexo e específico), um modelo que favorece as propostas de práticas de imersão dos cursos de saúde.

Dimensão 2 - Corpo Docente

Os futuros docentes do curso de enfermagem (15 docentes no total), apresentam uma formação acadêmica diversa, a saber: Estudos Sociais (n=1); Comunicação Social (n=1); Filosofia (n=2); Enfermagem (n=1); Farmácia e Bioquímica (1); Farmácia (n=1); Medicina (n=3); Ciências Biológicas (n=2); Tecnologia em Processamento de Dados (n=1); Fisioterapia (n=1); Educação Física (n=1). Sendo em quase sua totalidade doutores com dedicação exclusiva e com alta produtividade acadêmica tanto na pesquisa quanto na extensão.

Dimensão 3 - Infraestrutura

O campus Passo Fundo conta com um Bloco que contém aproximadamente 31 espaços, localizados no Bloco A, que se constituem de espaços nos quais a comunidade acadêmica desenvolve de forma plena as atividades. Os laboratórios destinam-se a oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo estas supervisionadas e orientadas por servidores docentes e técnicos administrativos em educação, além de monitores discentes. Os laboratórios são bem equipados e atendem o curso de medicina e tem a capacidade de atendimento para outros cursos na área de saúde, devido a diversidade destes materiais. O campus encontra-se em obras de ampliação, com a construção de anexos, para construção de novas salas de aula (o que atualmente contam com 10 salas), sendo disponibilizadas 06

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 19/20



15/08/22, 15:36

e-MEC - IES

salas para o curso de enfermagem.

Para o campo prático, o campus já possui ambulatórios especializados construídos na própria IES, através de convênios firmados com hospitais locais, nos quais poderão absorver novos discentes de futuros cursos de saúde ofertados pela IES. Neste contexto ainda, os convênios firmados são com setores públicos e privados e que atendem desde níveis básicos de atenção até níveis de alta complexidade.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

O processo avaliativo transcorreu sem intercorrência e de acordo com o planejamento da agenda, com boa receptividade pelos membros da IES e participação ativa dos coordenadores e docentes da UFFS campus Passo Fundo.

CONCEITO FINAL CONTÍNUO

4,82

CONCEITO FINAL FAIXA

5

https://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/avaliacao/comum_avaliacao_relatorio.php?7691a18fdd17da21de5250195bc6766e=MTc1... 20/20